



# REVISTA DA ANPG

---

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E  
POLÍTICAS EDUCACIONAIS

MULHERES E MÃES PESQUISADORAS  
EM TEMPOS DE COVID-19

ANO 3. VOL 3. N. 1. 1º SEMESTRE/2022

REVISTA DA ANPG

# CIÊNCIA, TECNOLOGIA E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

MULHERES E MÃES PESQUISADORAS  
EM TEMPOS DE COVID-19

GESTÃO  
2020

2022



**Revista da ANPG: Ciência, Tecnologia e Políticas Educacionais**

**Mulheres e mães pesquisadoras  
em tempos de Covid-19**

Volume 3 | Número 1 | 2022

### **Conselho Editorial**

Flávia Calé (USP), Stella Gontijo (UFMG), Bruna Garcia (Unicamp), Paulo Maskote (USP), Cássio Borges (UFPI), Carlos Monteiro (UFU), Vinícius Soares (Secretaria do Recife/IMIP), Rai Campos (USP Ribeirão Preto), José Germano Neto (UFRN), Joelson Conceição (Fiocruz - PE), Marcos Johari (UNITAU), Matheus Albino (Unicamp)

### **Conselho Científico**

Carla Vasconcelos (UFMG), Luísa da Matta Machado (Fiocruz - MG), Ederaldo Godoy Júnior (UNITAU), Raísa Romênia Silva Vieira (UFG), Karen Regina Castelli (UNESP), Elisângela Lizardo de Oliveira (IFSP), Elisa de Campos Borges (UFF), Helga Martins (UFG), David Maciel (UFG), Aline Vicente Cavanus (USP), Clarisse Paradis (UNILAB), Manuelle Matias (UERJ), Wagner de Melo Romão (Unicamp), Leonardo Azevedo (UFJF), Wescrey Pereira (UERJ), Francisca Mártir da Silva (UFC).

Os dados e a completude das referências bibliográficas dos artigos são de inteira e única responsabilidade de cada autor

---

Associação Nacional de Pós-Graduandos

Revista da ANPG: ciência, tecnologia e políticas educacionais / Associação Nacional de Pós-Graduandos – vol. 3, n. 1 (1º semestre/2022) – São Paulo, SP: Associação Nacional de Pós-Graduandos, 2022.

Semestral

ISSN 2317-4854 (*Online*)

1. ciência e tecnologia. 2. políticas educacionais. 3. políticas públicas. 4. educação à distância. 5. desenvolvimento nacional.

---

# Mulheres e mães pesquisadoras em tempos de Covid-19

Volume 3 | Número 1 | 2022

---

## Artigos

EDITORIAL	5
Saberes ancestrais: qual a importância das parteiras tradicionais para o combate às violências obstétricas e às cesáreas desnecessárias?   <i>Luana de Paula Santos</i>	7
A invisibilização do gênero e as violências do cotidiano das mulheres e mães na academia   <i>Denise Paula do Nascimento</i>	15
Defendendo durante a pandemia um estudo de como a Covid-19 afetou a finalização da pesquisa das pós-graduandas   <i>Patricia Kawaguchi</i>	22
Pesquisadoras do PIPAUS durante a pandemia do Covid-19: como adaptar à nova realidade?   <i>Graziela de Fátima Souza Carmo, Mariana Silva Pereira e Fernanda Nascimento Corghi</i>	38
Mudanças nas políticas públicas para saneamento e ambiente no Brasil durante a pandemia de Covid-19: reflexões sobre os impactos para as mulheres   <i>Julia Carolina Fatuch e Emília Wanda Rutkowski</i>	53
Deve-se combater a violência contra a mulher através de políticas para os autores?   <i>Alice da Silva Santos de Sousa</i>	61
A construção do Grupo de Trabalho de Políticas para Mulheres da Unicamp em meio à pandemia de COVID-19: a importância de espaços de diálogo, reflexão e resistência   <i>Patricia Kawaguchi e Julia Bahia Adams</i>	73
Pesquisadora é a mãe?! A APG Helenira 'Preta' Rezende como rede de apoio e acolhimento institucional às maternidades na pós-graduação na USP   <i>APG Helenira 'Preta' Rezende</i>	83

---

# Editorial

**Bruna Garcia<sup>1</sup> e Stella Gontijo<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>*Diretora Acadêmico-Científico da ANPG (Gestão 2020-2022)*

<sup>2</sup>*Vice-presidenta da ANPG (Gestão 2020-2022)*

Apresentamos para todas as pós-graduandas e pós-graduandos, para a comunidade acadêmico-científica e para sociedade civil a “Revista da ANPG: ciência, tecnologia e políticas educacionais”, com a chamada “Mulheres e mães pesquisadoras em tempos de Covid-19”. A revista tem como objetivo divulgar a pesquisa feita por pesquisadoras, pesquisadores e acadêmicos de todo o Brasil, além de contribuir para a circulação de um conhecimento de forma acessível, com uma linguagem que dialoga com a população, mas com o rigor acadêmico e das pesquisas científicas. Para enfrentar o negacionismo, uma ciência popular e acessível é fundamental. Também se propõe a refletir sobre os desafios e buscar saídas coletivas para as demandas colocadas para pós-graduação.

No atual cenário em que vivemos, fortalecer a luta da sociedade brasileira pela valorização da pesquisa e da ciência em um momento em que o próprio governo federal é o principal patrocinador do negacionismo, está no centro da tarefa do movimento de pós-graduandas e pós-graduandos. Para disputar um projeto de Universidade, de produção do conhecimento e de ciência que seja popular, é preciso que este lugar e estas questões também façam parte da realidade do povo brasileiro. Sendo assim, precisamos disputar os corações e mentes em defesa das Universidades Públicas e do financiamento público da pós-graduação. Assim, teremos uma pós-graduação a serviço da soberania nacional, construída por toda a diversidade de sujeitos que compõe a nossa sociedade - mulheres, negros/as, indígenas, quilombolas, LGBTQ+, jovens periféricos -, e não estará refém de interesses privados.

Esta revista é parte dos trabalhos empreendidos pela gestão 2020-2022 da ANPG. Uma gestão que ocupou as ruas e as redes de todos os cantos do país em defesa da C&T, das Universidades, da pós-graduação e da democracia. Que lutou cotidianamente ao lado de suas APGs, contra o projeto neoliberal de uma Universidade das elites, contra um projeto de desmonte negacionista. Enfrentamos a maior crise social, econômica, política e sanitária do nosso país e, por isso, não poderíamos deixar de falar sobre a realidade das mulheres e mães pesquisadoras, além de valorizar o trabalho destas que foram aquelas que tiveram o seu trabalho de pesquisa mais afetado durante a pandemia, dentre todos os sujeitos que fazem pesquisa no nosso país. Isso porque são as mulheres que sustentam o capitalismo com seus trabalhos de cuidados e de sustentabilidade da vida, que são não-remunerados e invisibilizados pela sociedade patriarcal.

Por isso, convidamos a todas e todos para a leitura deste número da Revista da ANPG, que traz relevantes contribuições de pós-graduandas sobre a nossa realidade enquanto mulheres e enquanto pesquisadoras. Trazendo o enfoque de gênero para o centro do debate, este número traz uma série de textos que discutem as violências sofridas pelas mulheres e os desafios em enfrentá-las. Entendendo a reprodução social



CIÊNCIA, TECNOLOGIA &  
POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN: 2317-4854 (Online)

Editora:  
Bruna Carolina Garcia

Diagramação:  
Matheus Alves Albino

Publicado em:  
2 de Julho de 2022

Essa obra tem a licença  
“CC BY 4.0”.



como papel central da mulher na sociedade capitalista, Luana Santos debate a importância dos saberes ancestrais de parteiras tradicionais para evitar a violência obstétrica sofrida por mulheres, bem como cesáreas desnecessárias.

Os textos de Denise Nascimento, Patricia Kawaguchi e Graziela Carmo, Mariana Pereira e Fernanda Corghi, tratam de diversas maneiras os desafios enfrentados pelas mulheres na academia, em especial as que ainda estão cursando ou finalizando a pós-graduação. Além disso, esses textos trazem reflexões importantes sobre como a pandemia afetou em particular a produção acadêmica das mulheres, que precisaram enfrentar múltiplas jornadas de trabalho em único espaço.

Julia Fatuch e Emilia Rutkowski discutem como as mudanças na legislação de saneamento e ambiente durante a pandemia afetaram as mulheres. A atualização do marco do saneamento que facilita a participação da iniciativa privada poderá resultar em ainda mais desigualdades ambientais, visto que as áreas mais pobres que necessitam de saneamento não são necessariamente de interesse da iniciativa privada.

Alice Sousa discute os mecanismos da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), em especial das intervenções com autores de violência doméstica. Com base em uma revisão crítica de literatura, a autora aponta que a construção conjunta entre homens e mulheres é o ideal para o enfrentamento das desigualdades de gênero e combate à violência contra a mulher.

Por fim, os textos de Patricia Kawaguchi e Julia Adams e de Laísa, Taís, Ingrid, Rafael, Amanda e Henrique mostram o papel fundamental das associações de pós-graduandas(os) no enfrentamento das desigualdades de gênero nas universidades, em especial na pós-graduação. Os textos mostram que é necessário olhar para as mulheres, e em especial as mães, de forma a elaborar políticas que garantam acesso e permanência destas na pós-graduação. Tais espaços de diálogo, reflexão e resistência, como trazem Patricia e Julia, são essenciais para que continuemos avançando!

Que a produção científica e do conhecimento seja comprometida com a democracia, com a diversidade de sujeitos da nossa sociedade, com as demandas sociais e com a soberania nacional e popular!

Associação Nacional de Pós-Graduandos  
**Gestão 2020-2022**



# Saberes ancestrais:

qual a importância das parteiras tradicionais para o combate às violências obstétricas e às cesáreas desnecessárias?

Luana de Paula Santos<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA

---

## Resumo

O parto é um ritual ancestral, o qual há muitos séculos na história se orquestrou na inter-relação entre parturientes e parteiras tradicionais. No entanto, os avanços do capitalismo e da medicalização do parto como um produto de mercado, passou a deslocar os corpos e saberes femininos que atravessam de modo natural todos os processos de parir e partejar. Este artigo, como resultado de parte da minha pesquisa de mestrado, busca problematizar a colonização e capitalização dos nascimentos, assim como, reconhecer e valorizar o ofício das parteiras tradicionais, constatando a necessidade da descolonização e descapitalização dos partos como uma urgência de saúde pública no Brasil.

*Palavras-chave:* Gênero e saúde pública. Violência Obstétrica. Parto. Parteiras tradicionais.

---

## Introdução

A assistência ao parto desempenhada por mulheres que não detêm formação científico-acadêmica na área da medicina, enfermagem ou obstetrícia é conhecida como partejar tradicional, ou seja, um rito ancestral e milenar que abriga em seu cerne a presença das parteiras tradicionais. Embora exista resistência no imaginário social contemporâneo em relação às atividades profissionais destas mulheres, seus ofícios são reconhecidos pelo Ministério da Saúde, havendo legitimidade e legalidade em suas práticas. A fim de integrar estas mulheres ao Sistema Único de Saúde (SUS) e de ampliar o atendimento aos partos em todas as regiões do Brasil, foi instituído em nível nacional o *Programa Trabalhando com Parteiras*, o qual objetivou ampliar os conhecimentos e acessos das parteiras tradicionais às políticas de assistência aos partos no país.

Apesar dos esforços a partir do programa e do reconhecimento legal do ofício das parteiras tradicionais, o Brasil, enquanto sociedade colonizada e de mentalidade colonizadora, ainda segue na lógica do apagamento cultural destas mulheres, que trazem em si o legado de saberes tradicionais oriundos de todas suas antepassadas indígenas, africanas e quilombolas, as quais contribuíram fortemente para a construção social e cultural brasileira. Esse deslocamento dos partos que antes eram majoritariamente assistidos por parteiras, agora ocupam um alto índice hospitalar, iniciado na transição do

REVISTA  
**AKPG**

CIÊNCIA, TECNOLOGIA &  
POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN: 2317-4854 (Online)

Editora:

Bruna Carolina Garcia

Diagramação:

Matheus Alves Albino

Publicado em:

2 de Julho de 2022

Essa obra tem a licença  
"CC BY 4.0".





século XIX para o século XX, com a inserção da obstetrícia enquanto campo de estudos das faculdades de medicina no Brasil, conforme elucida Martins (2004):

(...) somente no final do século XIX os estudantes de medicina começaram a ter um ensino de obstetrícia voltado para a clínica, aprendendo a realizar exames, a reconhecer as posições e apresentações do feto, a utilizar o instrumental obstétrico e a fazer cirurgias. Mesmo não sendo o ideal, o sistema de enfermarias proporcionou aos estudantes as condições para observar o corpo feminino e saber agir tanto nos partos naturais quanto nas distocias. Somente no século XX as faculdades de medicina passaram a ter um espaço adequado ao ensino das clínicas obstétrica e ginecológica, quando começaram a ser construídas as primeiras maternidades no Brasil (MARTINS, 2004, p. 151).

Essa virada na medicina, se traduziu em um campo repleto de intervenções desnecessárias, o que configura-se em um sério problema estrutural, o qual se imbrica entre as questões de gênero, raça e classe. Logo, a partir desta exclusão às parteiras tradicionais e as diversas tentativas históricas de apagamento de seus saberes e culturas, atualmente nos esbarramos em um país vice campeão de cesáreas desnecessárias no mundo com uma taxa de 56% contrariando as recomendações da Organização Mundial de Saúde, que segundo Batista Filho e Rissin (2018), estipulam como percentuais seguros de 12 a 15%, além de um altíssimo índice de violências obstétricas, e intervenções desnecessárias tanto no que tange às parturientes quanto os recém nascidos.

Neste sentido, este artigo é parte da minha dissertação de mestrado que procurou ouvir os relatos de experiências de parteiras tradicionais ativas ou não em seus ofícios, as quais residem na região do Vale do Ribeira em São Paulo, a fim de, registrar e valorizar seus conhecimentos de modo que se articule com a sociedade em geral. Além disso, reconhecer a importância destas mulheres, não só para o que foi o cenário dos partos no Brasil por muito tempo, mas para o que pode voltar a ser, resgatando a valorização e respeito dos corpos femininos que hoje são marcados pelo racismo, o classismo e o machismo, em que a partir de uma pesquisa realizada no município de Tangará da Serra/MT por Leite (2020): 68,3% das mulheres que afirmaram sofrer violências obstétricas se autodeclararam como pardas, 41,7% como “do lar” e 40% não possuíam o ensino médio completo. Cenário que hoje é marcado por subjugação, mas que outrora era um ritual que trazia um outro significado para as diversas culturas e sociedades humanas.

## **1 A problemática da colonização e capitalização dos partos**

As tentativas de apagamento dos saberes tradicionais das parteiras resultam desde os tempos da colônia, momento em que suas práticas que se encontravam na figura da

mesma mulher entre a parteira, benzedeira e curandeira na maioria das vezes, traziam um legado que tinha suas raízes religiosas, nas quais se debruçavam cotidianamente seus fazeres relacionados aos ofícios de cuidado e cura, como nos traz Del Priore (2001):

Desprovidas de recursos da medicina para combater as doenças cotidianas, as mulheres recorriam a curas informais, perpetrando assim uma subversão: em vez dos médicos, eram elas que, por meio de fórmulas gestuais e orais ancestrais, resgataram a saúde... Além desses conhecimentos havia os saberes vindos da África, baseados no emprego de talismãs, amuletos e fetiches, e as cerimônias, apoiadas na intimidade com a flora medicinal brasileira (DEL PRIORE, 2001, p. 88-89).

Embora tais práticas de cuidados exercerem extrema importância durante a Colônia, ainda segundo a autora houve grande perseguição do Santo Ofício à estas mulheres na época, as quais eram acusadas por suas práticas religiosas em sincretismo com as práticas profissionais do cuidado e cura dos corpos, pois, como na maioria dos casos tratavam-se de práticas amparadas nas religiosidades africanas, eram interpretadas como diabólicas.

Mais adiante na história do ofício do partejar, nos deparamos com mais uma tentativa de exclusão e perseguição em relação às parteiras tradicionais. Após a chegada da família real no Brasil, foi oficializada a formação de parteiras diplomadas em 1832, tendo em 1834 a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro diplomado a primeira parteira, Marie Josephine Matilde Durocher, uma mulher francesa. Acontece, que na ocasião os requisitos para que se ingressasse no curso eram a fluência no idioma francês, além de serem alfabetizadas, feito este impossível para as mulheres negras da época, que em sua maioria ocupavam a condição subjugada de mulheres escravizadas. Neste momento houve uma forte campanha de higienização das parteiras tradicionais, conhecidas também como parteiras leigas, infanticidas e ignorantes, de acordo com Mott (1999).

A partir de então, as parteiras tradicionais passam a lidar além dos resquícios das perseguições religiosas aos seus ofícios, determinadas ainda na colônia, também com a perseguição da própria ciência.

Em um salto histórico a partir destes dois momentos marcantes para as parteiras tradicionais, pode-se compreender estes deslocamentos dos saberes na contemporaneidade, a partir deste diálogo com o passado, o qual marcou-se por toda estrutura do colonialismo, o qual não apenas subjugou e escravizou corpos, mas a todo custo buscou silenciar e apagar culturas, ou mesmo apropriar-se delas, como no caso do partejar, em que atualmente todo apagamento e apropriação, resultou na legitimidade do poder médico acerca dos corpos de mulheres durante seus partos. Essa relação baseada na subjugação de corpos femininos pode ser explicada com a ocupação da obstetrícia enquanto ciência médica por homens, assim como a própria ginecologia:

A ginecologia – e toda a produção em torno da sexualidade e reprodução na mulher – se constitui como um conhecimento elaborado com base na percepção de como as mulheres são distintas dos homens. Não há nada semelhante no caso masculino, ou seja, uma ciência do homem que tenha como ponto de partida a diferença entre ele e a mulher. Na verdade, do ponto de vista lógico essa ciência poderia e mesmo deveria existir. A questão em jogo, portanto, é uma assimetria que se coloca na prática, que aponta para uma relação particular entre a medicina e a mulher (ROHDEN, 2001, p. 52).

Neste sentido, colonialismo e capitalismo, no presente, dialogam de modo que, juntos violentam mulheres em prol do poder, sobretudo econômico, uma vez que a obstetrícia também se configurou em mais um produto de mercado, a fim de aumentar o número de vendas de cesarianas desnecessárias.

Posso enumerar aqui diversos problemas da colonização e capitalização dos partos, dentre eles: a violência a partir da violação e mutilação de corpos durante o parto e nascimento, conhecidas como violências obstétricas, a qual somente no Brasil, atinge ao menos 1 a cada 4 mulheres em seus partos, de acordo com a pesquisa *Nascer no Brasil* realizada pela FIOCRUZ. Além do agravante das violências obstétricas por si só, nos esbarramos aqui em um outro problema, que parece propositadamente resultar deste fator, as cesarianas desnecessárias e eletivas, as quais resultam de indicações enganosas acerca da necessidade da cirurgia, ou mesmo de escolhas, mas estas últimas quase sempre pautadas no medo do horror que se configuram os partos normais hospitalares no Brasil. Ou seja, praticam uma assistência ao parto violenta, a fim de, vender o maior número possível de cesarianas. E no Brasil, esta capitalização da obstetrícia tem dado certo, ao menos para quem segura e lucra com os bisturis e toda indústria por trás do mercado de cesarianas. O país, hoje, é vice-campeão em realização de cesáreas desnecessárias, com 56% dos nascimentos via cirurgia, sendo na América Latina, onde ocorrem mais cesarianas, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS).

As implicações de uma cirurgia cesariana desnecessária podem ser graves e até mesmo irreparáveis, variando desde a recuperação tardia, riscos de infecções e hemorragias até o aumento de risco de morte materna: “A mortalidade materna, por sua vez, parece aumentar em taxas de cesarianas superiores a 15%, sendo estimada em 7,8/100.000 para 15% de cesarianas, 7,9/100.000 para 20%, 8,4%/100.000 para 25% e 8,8/100.000 para razão de cesariana de 30%, tendo impacto contrário ao muitas vezes esperado.” (HORTA; MASCARELLO; SILVEIRA, 2017, p. 10).

Portanto, trata-se de um debate sério, necessário e urgente, o qual objetiva pensar políticas de assistência ao parto e nascimento que de fato, resultem em coibir tais práticas, tanto de violências obstétricas quanto de indicações enganosas de cesáreas. Sendo assim, será necessário mesmo parir com dor? Ou podemos trazer estas discussões em torno da humanização do parto e da integração das parteiras tradicionais ao SUS, para

o campo do debate das políticas públicas, como um tema de interesse de toda a sociedade e não apenas de mulheres mães. Descolonizar e descapitalizar os partos no Brasil e em toda a América Latina, é uma demanda urgente e que deve se enquadrar em uma das pautas dos movimentos sociais, sobretudo o feminismo.

## 2 A importância do reconhecimento e valorização das parteiras tradicionais

Como discutido anteriormente, a problemática em torno dos deslocamentos das parteiras tradicionais ao longo dos séculos dos cenários dos partos, traz para a contemporaneidade, uma série de ônus em relação às práticas da obstetrícia. Portanto, faz-se importante que haja um sério debate e incentivo como foi a proposta do *Programa Trabalhando com Parteiras*, lançado em 2000 com o objetivo de reduzir a mortalidade materna e neonatal e humanizar a assistência obstétrica, tal projeto em parceria com os órgãos de saúde municipais e estaduais visou oferecer formação e atualização dos saberes do partear tradicional, integrando as práticas das parteiras aos projetos de humanização do parto e nascimento no Brasil. A ideia é incluir essas mulheres de forma que seus conhecimentos não sejam subjugados e tampouco sejam compreendidas como auxiliares dos médicos. Parteiras tradicionais são profissionais do partear, capacitadas a partir de seus saberes e práticas ancestrais, a prestar toda assistência possível para um parto natural, e seus saberes não podem estar ou ser considerados abaixo do saber legitimado científico-acadêmico.

Como elucidada Francisca Marquéz (2015), a universidade, enquanto produtora de conhecimentos, precisa urgentemente dialogar e reconhecer a validade destes “outros saberes”:

Las universidades de hoy permanecen también ajenas a las evidencias socioculturales que indican que las fronteras del saber se extienden más allá de las aulas y esos saberes también exigen tener voz. Es el caso de los movimientos sociales indígenas en nuestros países, de los pescadores artesanales, los mineros, los movimientos estudiantiles, los movimientos de los indignados, los movimientos de vecinos que exigen resguardos medioambientales, de los vagabundos y andantes de nuestras ciudades, etc. En todos ellos, hay saberes otros, que exigen el derecho a un lugar en la construcción del conocimiento y en la toma de las decisiones. (MARQUÉZ, 2015, p. 2).

Portanto, as parteiras tradicionais integram estes “outros saberes”, incorporadas nestes movimentos sociais e ancestrais, os quais cotidianamente buscam o reconhecimento e valorização de suas práticas culturais, profissionais, religiosas, etc. A universidade e a ciência como um todo devem constituir-se como lugares de saberes pluriversais e não universais.

Embora o *Programa Trabalhando com Parteiras* tenha articulado de algum modo a integração das parteiras tradicionais ao SUS, ainda há um longo caminho a percorrer neste reconhecimento e resgate à estas práticas. Pois, o programa surtiu muito mais resultados nas regiões Norte e Nordeste do país, especialmente em cidades que há uma certa dificuldade de acesso aos hospitais e maternidades, enquanto nas regiões em que o capitalismo e a modernidade se fazem mais presentes e vorazes, é quase raro deparar-se com uma parteira tradicional atuante. Mesmo as mulheres indígenas têm sido empurradas para partos hospitalares repletos de intervenções desnecessárias e violências obstétricas.

A relação das parteiras tradicionais com as parturientes configurou-se por muito tempo como uma relação muito além da assistência ao parto por si só, quase sempre estas mesmas mulheres quando não eram familiares, ocupavam o lugar de amiga das famílias, e estabeleciam uma relação de cuidado e respeito com quem trazia a vida no ventre, ainda desde a gestação. Auxiliavam em todos os processos desde a gravidez até o pós-parto, inclusive nos próprios cuidados e recuperação não apenas das puérperas, mas também dos recém-nascidos. Segundo Del Priore (2001), como agradecimentos por toda essa prestatividade, na maioria das vezes as parteiras eram presenteadas com o amadrinhamento dessas crianças, criando assim um laço de extrema afetividade e responsabilidade sobre elas. Conhecidas também como mães de umbigo, as parteiras tradicionais não exercem nesta relação, o lugar de poder-saber que a medicina passa a ocupar no cenário dos partos.

Neste sentido, resgatar estas práticas e saberes, trará não apenas o reconhecimento e valorização dos legados do partejar tradicional, mas também auxiliará no combate às violências obstétricas e cesarianas desnecessárias. Resgatar a cultura dos partos domiciliares, não de modo elitizado como infelizmente tem se tornado o caminho da humanização, mas centrado na figura da parteira tradicional, coibir o alto número de cesarianas e de violências, pois o hospital não será mais o único lugar possível para que mulheres periféricas tenham seus partos. Investir também em casa de partos que agreguem as parteiras tradicionais e não apenas os profissionais da saúde, também auxiliaria neste caminho. Sobretudo para que nossa sociedade não se torne aquela na história em que se perdeu a habilidade do partejar e do parto natural.

## **Considerações Finais**

Descolonizar e descapitalizar os partos traria uma série de avanços para as pautas de políticas públicas de saúde das mulheres no Brasil, sobretudo, no momento em que a Pandemia do COVID-19, tornou-se uma grande ameaça para gestantes e puérperas, pois:

Devido ao risco elevado de morbimortalidade, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou as gestantes como grupo de risco para Covid-19. Na maioria dos infectados, os sintomas

apresentados são leves, a exemplo de febre e tosse seca, porém, em mulheres na segunda metade da gestação, há outros sintomas que podem aparecer com menor intensidade nas gestantes, como fadiga, dispneia, diarreia, congestão nasal e coriza. Algumas mulheres podem apresentar ainda complicações mais graves, como a síndrome respiratória aguda grave (SARS) (...) Soma-se a isso o receio quanto à impossibilidade de escolher entre o parto normal ou cesárea. A literatura aponta que gestantes com infecção por Sars-Cov-2 e que evoluem para um quadro grave associado a uma comorbidade têm probabilidade aumentada de passar por um parto cesariano de emergência ou um parto prematuro, o que eleva o risco de morte materna e neonatal (CRUZ et al., 2020, p. 2).

Portanto, uma assistência ao parto que não necessariamente precisasse estar alojada nos hospitais, um país que naturalizasse o parto da maneira que deveria ser, em especial o parto domiciliar, só teria inúmeros benefícios tanto para a segurança destas mulheres ao parir, assim como diminuiria drasticamente o número de leitos ocupados desnecessariamente em hospitais. Uma gestação de baixo risco, requer cuidado e não cura. E onde é que se cuida? Em casa ou numa casa de parto, com o maior respeito e empatia possíveis. E parteiras tradicionais são especialistas em cuidados e afeto há séculos.

O debate acerca do partear tradicional não deve se limitar ao interesse das pessoas que se propõem a pesquisar sobre a temática, afinal, esses deslocamentos que foram apontados ao longo do texto, impactam diretamente em questões de saúde pública, direitos reprodutivos, nas relações sociais, dentre outros fatores de importância coletiva. Não se trata aqui de eliminar as práticas médicas em sua totalidade dos cenários dos partos. Mas de compreender que existe a necessidade de um debate amplo e integração dos saberes com o conhecimento científico, a fim de se prevenir ou mesmo coibir práticas obstétricas que a partir da negação de uma cultura de um rito milenar, colocam toda uma gama de problemas que vai muito além da exclusão das parteiras, atravessando os diversos corpos envolvidos nestes processos.

Precisamos repensar os moldes em que os nascimentos têm se colocado cada vez mais distantes da naturalidade e compreender que não necessariamente o mais moderno e tecnológico é o ideal e mais seguro. Ainda há muitos caminhos a se percorrerem, inclusive dentro da militância da humanização do parto, que cada vez mais elitista, tem se tornado distante das mulheres negras, indígenas, quilombolas e periféricas, que ao serem forçadamente realocadas no cenário hospitalar, encontram em um rito tão natural e corriqueiro como o parto nas suas mais diversas culturas, mais um marcador violento e institucionalizado sobre os seus corpos.

## Referências

- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 11, p. 89–117, 2013.
- BATISTA FILHO, M.; RISSIN, A. A OMS e a epidemia de cesarianas. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, PE, v. 18, p. 5–6, 2018.
- CRUZ, M. A. d. et al. Gestantes no contexto da pandemia da Covid-19: reflexões e desafios. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 30, p. 1–5, 2020.
- DEL PRIORE, M. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In: DEL PRIORE, M.; BASSANEZI, C. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo, SP: Contexto, 2001. p. 78–114.
- HORTA, B. L.; MASCARELLO, K. C.; SILVEIRA, M. F. Complicações maternas e cesárea sem indicação: revisão sistemática e meta-análise. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, SP, v. 51, p. 51–105, 2017.
- MARQUÉZ, F. El desafío ético del respeto a las muchas verdades. Universidad, ciencia y otros saberes. **Polis Revista Latinoamericana**, Santiago, Chile, v. 41, 2015.
- MARTINS, A. P. V. A obstetrícia e a ginecologia no Brasil. In: MARTINS, A. P. V. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2004. p. 139–170.
- MOTT, M. L. B. A parteira ignorante: um erro de diagnóstico médico? **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 7, n. 1, p. 25–36, 1999.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires, Argentina: CLASCO, 2005.
- ROHDEN, F. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2001.



# A invisibilização do gênero e as violências do cotidiano das mulheres e mães na academia

Denise Paula do Nascimento<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca – ENSP/Fiocruz

---

## Resumo

O presente artigo teve como objetivo abordar as inúmeras violências que as mulheres enfrentam no dia-a-dia dentro dos espaços acadêmicos, e o quanto elas são invisibilizadas na sociedade em que vivemos. Verificou-se que nas relações sociais e de gênero, as mulheres são as mais prejudicadas, desencadeando diversos fatores que vão desde a exploração de sua mão de obra, até problemas graves na saúde mental. Constatou-se também a violência contra as mulheres também está inserida na divisão sexual do trabalho extremamente desiguais, posto que mesmo qualificadas, ainda enfrentam salários mais baixos e excesso de trabalho em comparação aos homens. Por esta razão, viu-se a necessidade de trazer a reflexão sobre as relações sociais de gênero, a partir de uma ótica interseccional.

*Palavras-chave:* Gênero e violência. Interseccionalidade. Divisão Sexual do Trabalho. Carreira acadêmica.

---

## Introdução

Diante do complexo fenômeno que estamos vivenciando, no Brasil e no mundo, vê-se a necessidade de abordar os fatores relacionados às vivências das mulheres e mães na academia, e pensar nas transformações e desigualdades marcadas pelas relações de poder que permeiam a vida da sociedade.

A pandemia provocada pelo Covid-19, não somente, aumentou rapidamente as taxas de violência doméstica, como acentuou as desigualdades e também a dominação de gênero no Brasil e no mundo, em maior ou menor grau e em diferentes classes sociais.

Com a necessidade de medidas de isolamento social devido à pandemia do Covid-19, o número de mulheres vivendo em situação de violência teve um crescimento alarmante, e também o aumento das subnotificações, pois a maior parte dos inquéritos de denúncias de violência doméstica exige a presença da vítima. O 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública revela que houve redução dos registros de lesão corporal, estupro e ameaça, porém aumentou o número de feminicídio já no primeiro semestre de 2020 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021).

Conforme destaca Minayo (2006), para compreender e enfrentar a violência, é necessário localizá-la no conjunto de problemas que relacionam saúde, condições, situações e estilo de vida. Salienta ainda, que não é possível reduzir a noção da violência em uma definição fixa e simples, pois possui especificidade histórica, dificultando a sua

REVISTA  
**AKPG**

CIÊNCIA, TECNOLOGIA &  
POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN: 2317-4854 (Online)

Editora:  
Bruna Carolina Garcia

Diagramação:  
Matheus Alves Albino

Publicado em:  
2 de Julho de 2022

Essa obra tem a licença  
"CC BY 4.0".



própria conceituação. E por este ser da ordem do vivido, provoca carga emocional tanto em quem a comete, quanto em quem a sofre e em quem a presencia.

Sendo impossível falarmos de mulheres mães dentro da academia, sem também trazer para o debate, as questões relacionadas as inúmeras violências e exploração do trabalho feminino, remunerado ou não, que é hierarquizado por suas relações de gênero, acarretando sobrecarga na vida das mulheres, e fazendo com que essas diminuam sua produtividade no âmbito acadêmico.

No Brasil, particularmente, a pandemia chega em um momento muito delicado político-economicamente, onde vê-se intensificar as desigualdades sociais, com impactos diretos nas relações de trabalho. No qual, somente no primeiro trimestre de 2021, o índice de desemprego chega ao maior contingente de desempregados desde 2012 de acordo com a PNAD Contínua (IBGE, 2021).

Nesse contexto, as mulheres, não só perdem seus postos de trabalho, como veem aumentar as diversas vulnerabilidades que recaem sobre elas, no qual muitas delas, são as únicas responsáveis pelo cuidado e sustento da família. Outro fator, que chama atenção nesse contexto de relações de trabalho precário, são as novas modalidades de exploração da mão de obra do trabalho, muitas vezes confundidas como liberdade, a precarização vai se tornando normal. Horas de trabalho em home office, sendo compartilhadas com o cuidado dos filhos e da casa, o aumento da carga horária de trabalho e muitas vezes com redução de salários, mulheres vivenciam a exaustão e a exploração do trabalho precarizado, desencadeando problemas também na saúde mental, como depressão, ansiedade, e abuso de substâncias (CAMARGO et al., 2016; LEMOS; BARBOSA; MONZATO, 2020).

De acordo com o relatório *Tempo de Cuidar*, publicado pela Oxfam em janeiro de 2020, estima-se que pelo menos 12,5 bilhões de horas por dia, são dedicadas ao trabalho doméstico pelo mundo, e as demais horas, são voltadas para trabalhos com remuneração baixíssima. Esse trabalho realizado gratuitamente por meninas e mulheres com mais de 15 anos agrega cerca de US\$ 10,8 trilhões por ano à economia. E destas, 42%, não consegue emprego porque ocupa todo seu tempo com trabalho de cuidado da casa e da família, o que só acontece com 6% dos homens (OXFAM, 2021).

Dessa forma, este estudo visa trazer a invisibilidade da violência estrutural e institucional na vida das mulheres e mães acadêmicas durante a pandemia do Covid-19, trazendo três pontos importantes: *a saúde mental das mulheres em tempos de pandemia do Covid-19, as relações de trabalho e a invisibilidade da violência contra as mulheres nos espaços acadêmicos.*

## **1 A saúde mental das mulheres em tempos de pandemia do Covid-19**

A pandemia provocada pelo Covid-19 revela inúmeras vulnerabilidades na vida das mulheres, entre elas, efeitos deletérios da saúde mental das mulheres, muitas vezes invisibilizado. Não à toa, cada vez mais percebe-se mulheres apresentando sintomas de-

pressivos, estados de ansiedade, irritabilidade, insônia e fadiga, que estão diretamente associados ao excesso e a dupla jornada de trabalho, conforme destacam Camargo et al. (2016).

A. P. L. Souza et al. (2018) deixam explícito o impacto negativo da limitação que algumas mulheres vivenciam, sendo a condução de suas vidas estritamente ligada ao cuidado e funcionamento do lar e de seus membros. Percebem inúmeras vezes, a manifestação não apenas de sintomas de quadros psicopatológicos, mas de condições de aprisionamento da própria subjetividade, que se reflete em isolamento e solidão, além de manifestações de desequilíbrios afetivos, emocionais e sociais.

Ainda hoje, os fatores sociais estão diretamente associados ao aparecimento de transtornos mentais em mulheres, posto que, mulheres com baixa renda e escolaridade, ausência de atividades de lazer e ausência de serviços em saúde possuem maior potencial de desenvolverem doenças mentais. De forma que, é imprescindível que toda a discussão de gênero considere o contexto social em que as mulheres estão inseridas, uma vez que o aumento na qualidade de vida e o acesso a direitos básicos, possuem um efeito direto na vida e na saúde psicológica das mulheres (PINHO; ARAÚJO, 2012).

Para Santos (2009) o adoecimento psíquico entre mulheres possui relação estreita com o problema da violência contra as mulheres, e que pode ser observado enquanto manifestação da desigualdade de gênero, tanto nas relações interpessoais, quanto no campo do cuidado da saúde.

Nesse sentido, a autora traz questionamentos sobre os serviços e as políticas públicas de saúde para mulheres vítimas de violência e a articulação dessas com a política nacional de saúde mental, de forma que essas políticas levem em consideração questões relacionadas às relações sociais de gênero, de forma a desconstruir as certezas que são impostamente produzidas pela ordem racional patriarcal (SANTOS, 2009).

Em uma pesquisa realizada por Zanello, Fiuza e Costa (2015), que as questões relacionais entre homens e mulheres são perpassadas pelos estereótipos de gênero, que são construídos socialmente. Assim, para as mulheres, são reforçados valores voltados para o lar, a família e a maternidade, como uma condição feminina, e para os homens padrões de virilidade, sexualidade e produtividade.

Posto isto, percebe-se a importância das mulheres dentro dos espaços acadêmicos, e na criação dos serviços e das políticas públicas, de maneira que essas possam articular com as demandas e dificuldades das classes minoritárias, dentro de uma sociedade altamente patriarcal.

## **2 As relações de trabalho na atualidade**

A divisão sexual do trabalho durante muito tempo esteve configurada com a falsa simetria de homens como provedores e das mulheres como cuidadoras, configuração essa que vem sendo desconstruída ao longo dos anos, mas não com tanta facilidade. Pensando nisso, viu-se a necessidade de pensar a posição subalternizada da mulher

na sociedade, como uma das formas de violência, que permeiam as relações sociais, acentuando as desigualdades de gênero.

Em alguns países, pautas voltadas para questões de gênero já avançaram bastante se compararmos ao Brasil, como é o caso da Argentina, primeiro país da América Latina a reconhecer oficialmente as identidades não binárias, as cotas de trabalho para pessoas trans e travestis e recentemente com a descriminalização do aborto e reconhecimento do cuidado materno como trabalho.

Já o Brasil, anda na contramão do avanço no que diz respeito aos direitos das mulheres, com uma história marcada pela desigualdade de gênero, e também marcado pelo desequilíbrio no mercado de trabalho, onde mesmo mulheres altamente qualificadas, ainda se veem no reflexo dessas diferenças. De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, metade das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres, e essas destinam em média 21 horas semanais para atividades tidas como invisíveis. Ao analisar as relações de trabalho com um olhar voltado para as mulheres, outro ponto relevante deve ser considerado, que é a invisibilidade do trabalho doméstico não remunerado, aumentando dessa forma a sobrecarga das mulheres nas esferas sociais.

Hirata e Kergoat (2007) nos revelam que, ao longo da história, a divisão sexual do trabalho tem uma enorme plasticidade, e que esta molda as formas do trabalho e as relações de poder dentro de um sistema de classes. As autoras chamam atenção para o que definem como duplo “mascaramento” da nova configuração social, onde de um lado vê-se a acentuação dos contratos entre homens e mulheres, com a intenção de apaziguar ou mascarar as desigualdades de gênero, e do outro o crescente número de mulheres em situação precária, como o desemprego, a flexibilização do trabalho e a feminização das correntes migratórias.

Assim, o que vemos no contexto atual é o acúmulo das demandas dispensadas às mulheres, tarefas estas, que muitas vezes são colocadas socialmente como trabalho feminino, onde a autora Silvia Federici (2019) chama atenção em seu livro *O Ponto Zero da Revolução*, que no passado esperavam que as mulheres cuidassem das crianças, e agora esperam que essas mesmas mulheres trabalhem de forma assalariada, mas que continuem a limpar as casas, a ter os filhos e que ao final de uma intensa jornada de trabalho, estejam prontas para serem sexualmente atraentes.

A divisão sexual do trabalho e a não consideração do trabalho doméstico enquanto trabalho, tornou as mulheres invisíveis durante muito tempo, colocando-as em lugar de subalternidade e opressão, onde o papel dessas mulheres se encerra nos lugares de mães, esposas e cuidadoras do lar (SOUZA, M. H. T. et al., 2016).

Todavia, mesmo com o crescente número de trabalhos abordando a temática, a partir do impulso das teóricas feministas, ainda é preciso avançar muito no que concerne a mudanças concretas nas relações sociais em que as mulheres estão inseridas. Na ordem patriarcal de gênero, o projeto de dominação-exploração dos homens não precisa sequer de legitimação, pois estes já possuem autorização no sistema patriarcal vigente, em que Saffioti (2001) reflete sobre o lugar das mulheres enquanto vítimas, pois de

acordo com ela “na posição vitimista não há espaço para se ressignificarem as relações de poder” (SAFFIOTI, 2001, p. 11).

A imersão das mulheres no mundo do trabalho remunerado não equilibra as relações entre homens e mulheres, mas reforça a exploração e a violência por elas sofridas, de forma que agora, mulheres realizam as atividades em seus lares e também fora deles, e geralmente em posições de subalternidade. Para Hirata e Kergoat (2007) nesse novo modelo de conciliação, cabe somente às mulheres conciliar a vida familiar e a vida profissional, ou seja, na prática, as mulheres continuam sobrecarregadas dentro de uma estrutura social que é altamente desigual.

E no cerne do debate da divisão sexual do trabalho, encontra-se também outro relevante, que é o trabalho reprodutivo, que para Bruschini e Ricoldi (2012), a concepção atual de família e a própria relação entre os sexos, precisa ser repensada por parte dos gestores públicos, de forma a redesenhar as políticas sociais existentes, fundamentada sobre a figura da “mãe trabalhadora” (BRUSCHINI; RICOLDI, 2012, p. 27), e pensar nos trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares iguais.

### **3 A invisibilidade da violência contra as mulheres nos espaços acadêmicos**

A questão de gênero atravessa o debate relacionado à violência contra as mulheres, uma vez que diz respeito a uma hierarquia social que posiciona os indivíduos na sociedade. Sua definição é abordada por Joan Scott (1995), como:

O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único (SCOTT, 1995, p. 21).

Pensando nisso, a própria estrutura social exclui essas mulheres e mães dos seus lugares de construção e de trocas mútuas. E na academia, esse espaço por vezes excludente em sua própria historicidade, não haveria de ser diferente. Sendo dessa forma, é imprescindível polemizar os lugares das mulheres no campo acadêmico, podendo assim, alavancar-se a construção de novas possibilidades de fala e de elaboração dentro do campo acadêmico.

A violência contra as mulheres está intimamente relacionada à suas posições nas relações sociais, sejam elas afetivas ou profissionais, de forma que um estudo realizado pelo IPEA em 2019 demonstra que, apesar das mudanças sociais que ocorreram nas últimas décadas, no que se diz respeito à emancipação política, sexual e econômica das mulheres, os modelos de gênero atuais continuam contribuindo para manter ativo o ideário da subordinação das mulheres aos homens.

Não obstante, a violência enraizada numa estrutura branca e eurocentrada, está intimamente ligada aos lugares de poder, e os espaços acadêmicos não ficam fora desse lugar, tornando ainda mais tortuoso, por vezes inacessíveis às mulheres mães que reclamam seus lugares de construção do saber científico, entre tantos outros campos de troca, que deveria ter como objetivo, a formação de vínculos, de fala e articulação dos diversos saberes e entre pessoas diversas.

## Considerações Finais

A partir do que foi exposto neste estudo, verificou-se a urgência de interpretar a saúde mental das mulheres a partir das relações de gênero, pois conforme afirma Zanello e Silva (2012, p. 3) reler a saúde mental sob o viés de gênero leva a outras reflexões e a compreensão do quanto a loucura pode ser engendrada.

Aliado a desigualdade de gênero encontra-se a precariedade das relações de trabalho, em que mulheres tendem a sofrerem efeitos das altas demandas de trabalho remunerado e não remunerado, acarretando grande sobrecarga física e mental. Porém, conforme destaca Federici (2019, p. 256), “muitas vezes esse trabalho é tão naturalizado que, para as mulheres, tem sido difícil lutar contra ele sem lidar com um enorme sentimento de culpa e sem que se tornem vulneráveis a maus-tratos”.

Por fim, se faz necessário trazer à tona todas as invisibilidades e silenciamentos que recaem sobre os corpos femininos, não somente nos espaços acadêmicos, como também em todos os espaços sociais e políticos, enquanto detentoras de direitos.

Finalizando, é urgente que voltemos nossa atenção às inúmeras violências do cotidiano de mulheres e meninas, da precariedade dos trabalhos e das tarefas desenvolvidas por elas, na sua grande maioria, invisibilizadas e naturalizadas em seu dia a dia. Os desafios são inúmeros, mas é necessário construir pontes e diálogos coletivos neste processo.

## Referências

BRUSCHINI, M. C. A.; RICOLDI, A. M. Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 20, n. 1, p. 344, 2012.

CAMARGO, V. P. et al. Distúrbios psiquiátricos menores em mulheres do extremo Sul do Brasil: prevalência e fatores associados. **Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médica**, São Paulo, SP, v. 14, n. 1, p. 27–32, 2016.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo, SP: Elefante, 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, São Paulo, SP, v. 1, n. 14, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, SP, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

IBGE. **Taxa de desocupação é de 14,2% e taxa de subutilização é de 29,0% no trimestre em janeiro de 2021**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=pnad%20desemprego%202020&start=500>. Acesso em: 28 jun. 2021.

LEMOS, A. H.; BARBOSA, A. O.; MONZATO, P. Mulheres em home office durante a pandemia da Covid-19 e as configurações do conflito trabalho-família. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, SP, v. 60, n. 6, p. 388-399, 2020.

MINAYO, M. C. S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2006.

OXFAM. **Relatório Tempo de Cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade**. 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/>. Acesso em: 30 jul. 2021.

PINHO, P. S.; ARAÚJO, T. M. Associação entre sobrecarga doméstica e transtornos mentais comuns em mulheres. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, SP, v. 15, n. 3, p. 560-572, 2012.

SAFFIOTI, H. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 115-136, 2001.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, RS, v. 20, n. 2, p. 71-100, 1995.

SOUZA, A. P. L. et al. Imagem corporal de mulheres que sofreram violência física. **Revista de Enfermagem UFPE**, Recife, PE, v. 12, n. 9, p. 2276-2282, 2018.

SOUZA, M. H. T. et al. Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 31, n. 4, p. 767-776, 2016.

ZANELLO, V.; SILVA, R. M. C. Saúde mental, gênero e violência estrutural. **Revista de Bioética**, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p. 267-279, 2012.

ZANELLO, V.; FIUZA, G.; COSTA, H. S. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, RJ, v. 27, n. 3, p. 238-246, 2015.



# Defendendo durante a pandemia

## um estudo de como a Covid-19 afetou a finalização da pesquisa das pós-graduandas

Patricia Kawaguchi<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual de Campinas – Unicamp

---

### Resumo

Este artigo traz o resultado de uma pesquisa realizada com pós-graduandas da Unicamp que defenderam o mestrado ou doutorado remotamente durante a pandemia de Covid-19, entre os meses de março de 2020 e maio de 2021. O objetivo foi identificar se o isolamento social e estar em casa prejudicou a conclusão da pesquisa e quais foram as maiores dificuldades. Dentre as questões mais apontadas temos a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidado, o aumento na demanda de trabalho remoto, falta de local adequado para trabalhar e piora na saúde mental com sentimentos de angústia e ansiedade. A partir da exposição desses problemas, podemos refletir sobre a importância de discutir permanência estudantil e maternidade na pós-graduação, saúde mental e a divisão sexual do trabalho.

*Palavras-chave:* Gênero e Saúde. Saúde Mental. Divisão Sexual do Trabalho. Carreira Acadêmica. Trabalho Doméstico e de Cuidado.

---

### Introdução

A pandemia de Covid-19 trouxe inúmeras dificuldades e desafios para toda a população. Com o isolamento social da quarentena, as tarefas de cuidado se concentraram em cima das mulheres, que passaram a ter que cuidar de familiares, acompanhar os estudos remotos de crianças e realizar as tarefas domésticas, acumulando diversas outras atividades em sua rotina junto com trabalho, pesquisa ou estudo.

No caso das pós-graduandas da Unicamp, além da sobrecarga decorrente da pandemia, houve diversas complicações em relação ao relacionamento com docentes, cobranças, o prazo para conclusão que não foi suficientemente prorrogado, a mudança para defesa em formato virtual, entre outros. Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada com pós-graduandas que defenderam o mestrado ou doutorado remotamente durante a pandemia, considerando o período de março de 2020 a maio de 2021. Para obter as respostas, entrei em contato com as coordenações de pós-graduação para encaminharem a pesquisa para as ex-alunas. A grande maioria das coordenadoras e coordenadores respondeu positivamente.

A pesquisa foi feita através de um formulário do Google, com questões de múltipla escolha, além de espaço para deixar comentários. Neste trabalho serão apresentados os resultados quantitativos intercalados com depoimentos, no intuito de dar voz para



CIÊNCIA, TECNOLOGIA &  
POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN: 2317-4854 (Online)

Editora:  
Bruna Carolina Garcia

Diagramação:  
Matheus Alves Albino

Publicado em:  
2 de Julho de 2022

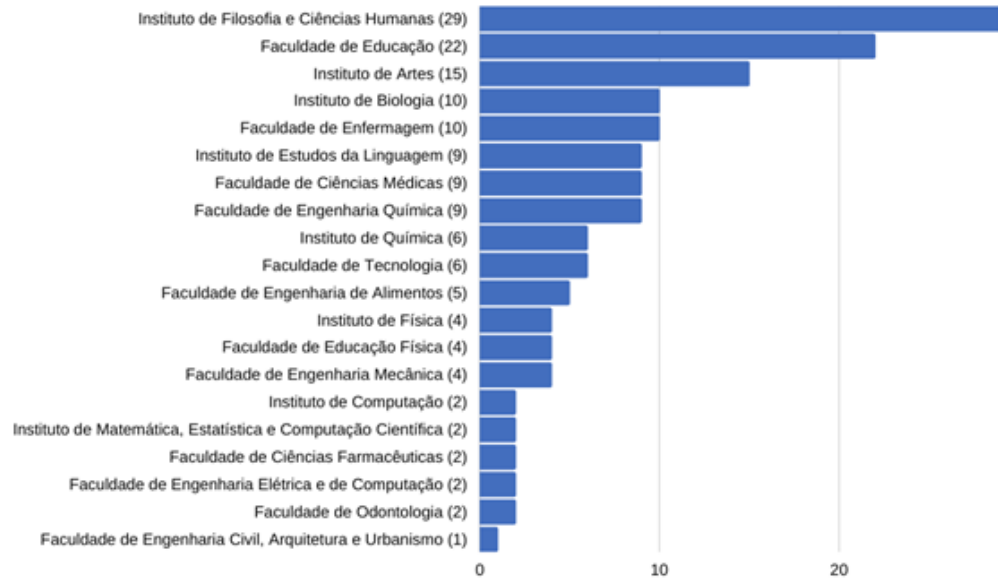
Essa obra tem a licença  
"CC BY 4.0".



as mulheres que responderam. Foram deixados longos depoimentos, mostrando uma necessidade de expor essas dificuldades pelas quais a maioria de nós precisou passar em maior ou menor escala. Todos os nomes foram trocados.

Houve um total de 153 respostas, sendo 81 defesas de mestrado e 72 de doutorado. Todas as áreas do conhecimento foram contempladas em maior ou menor número. Não houve respostas do Instituto de Economia, Faculdade de Ciências Aplicadas, Faculdade de Engenharia Agrícola e Instituto de Geociências.

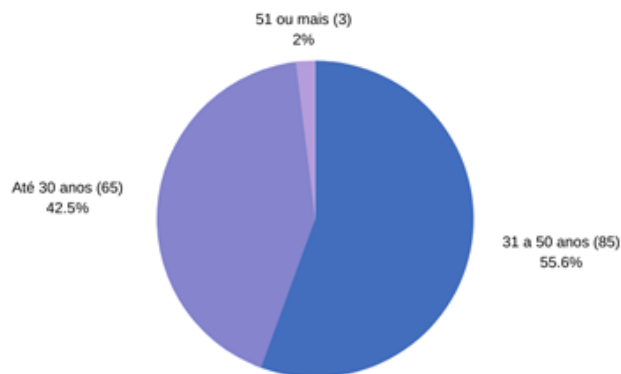
Figura 1. Unidade das participantes da pesquisa com pós-graduandas da Unicamp



Fonte: Resultados da Pesquisa.

Os meses com maior número de defesas foram os do segundo semestre de 2020. Em seguida, fevereiro e março de 2021. Os demais meses tiveram um número mais baixo de defesas.

Figura 2. Idade das participantes da pesquisa com pós-graduandas da Unicamp



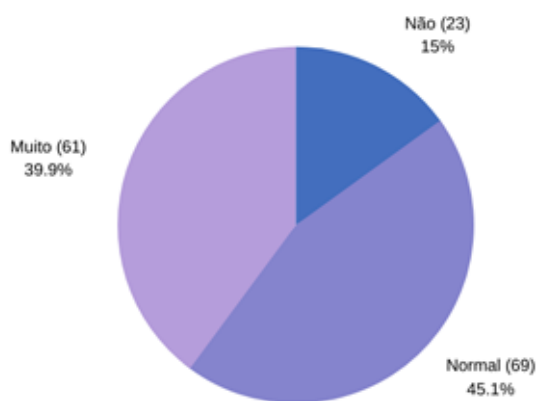
Fonte: Resultados da Pesquisa.

## 1 Questões acadêmicas: atividades e orientação

Em 2020 a Unicamp concedeu apenas 3 meses de prorrogação no prazo de integralização de estudantes da pós-graduação, sendo a estadual paulista que deu a menor prorrogação. Apesar dos insistentes esforços da representação discente no Conselho Universitário e da Associação de Pós-Graduandas e Pós-Graduandos, não houve nenhum aumento adicional até a troca da gestão da reitoria, que aconteceu no final de abril de 2021. A justificativa da Pró-Reitoria de Pós-Graduação era de que os prazos seriam prorrogados individualmente, porém muitas pessoas foram desligadas ou precisaram se apressar para terminar dentro do prazo pois não conseguiram essa prorrogação.

Das mulheres que responderam a pesquisa, 50 conseguiram a extensão de prazo para além dos 3 meses solicitada, 1 pessoa pediu e não foi atendida e 102 não pediram extensão. A maioria delas diz ter sentido pressão para terminar no prazo; 45 afirmaram que queriam ter tido mais tempo para concluir. Em relação ao tempo extra, ao serem questionadas quanto tempo pensavam que seria o ideal para conseguirem finalizar a pesquisa com calma, as respostas variaram entre 1 mês e 1 ano, com os mais indicados sendo 3 ou 6 meses. Foi comum nos relatos um sentimento de frustração por não ter conseguido concluir ou defender da melhor maneira possível.

Figura 3. Respostas sobre a pressão para terminar no prazo estabelecido: Você se sentiu pressionada a terminar no prazo estabelecido?

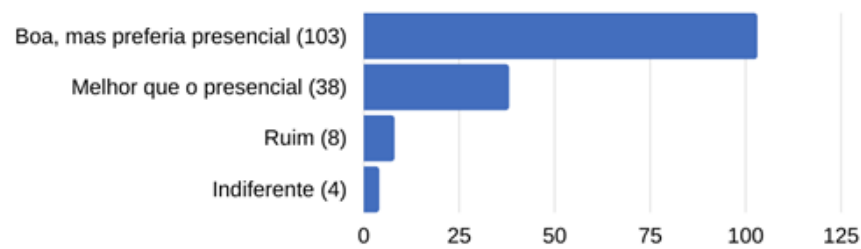


Fonte: Resultados da Pesquisa.

Além da escrita da dissertação ou tese, a pressão para produzir artigos ou realizar outras atividades acadêmicas esteve presente na vida da maioria das mulheres: 103 responderam afirmativamente. Em relação à defesa online, a maioria preferiria que tivesse sido presencial.

50 mulheres relatam que tiveram dificuldades relacionadas a equipamentos para concluir a pesquisa e, dentre as que especificaram, a maior queixa foi com relação à falta de acesso à biblioteca e a materiais de pesquisa. Uma mulher relatou que precisou comprar equipamentos caros para a conclusão da pesquisa. 99 mulheres não tiveram dificuldades relacionadas a etapas presenciais da pesquisa como entrevistas e observa-

Figura 4. Respostas sobre a defesa online: como foi a defesa remota?



Fonte: Resultados da Pesquisa.

ções, sendo que algumas destacaram que já haviam terminado essa fase da pesquisa, caso contrário seria um problema. 54 responderam afirmativamente, destacando congressos cancelados e maior dificuldade para dialogar e tirar dúvidas.

Laura relata uma sensação de insegurança e desamparo em relação à pesquisa, pois a comunicação remota ficou mais difícil:

As maiores dificuldades enfrentadas por mim durante a pandemia são a sensação de estar perdida com relação à pesquisa e ser improdutivo por não trabalhar mais, além da impressão de estar sem amparo acadêmico por parte do orientador. (...) Entendo que o período é difícil para todos, mas como antes eu já me sentia insegura e incapaz com relação à pesquisa, com a pandemia esses sentimentos só se reforçaram. A comunicação com o orientador ficou escassa, chegando a demorar três meses para receber e-mail de resposta (**Laura**).

Leilaine afirmou ter se sentido sozinha para encontrar uma banca, sem receber ajuda do orientador. Também diz que a falta de contato e aparente falta de preocupação do orientador aumentou sua ansiedade: “Passei o ano de 2020 sem sequer ter uma única reunião, mesmo que virtual, com meu orientador, ele sequer me enviou qualquer e-mail para saber se eu estava bem, achei um descaso total” (**Leilaine**).

A falta de convívio presencial também foi uma questão para Mirela: “Eu tinha uma rotina com a minha orientadora. Em caso de dúvidas era fácil e rápido esclarecer. O ambiente virtual, evitou deslocamentos para a faculdade mas em compensação a comunicação foi escassa, que em geral me atrapalhou para chegar até a defesa” (**Mirela**).

Sophia também relata a ansiedade e insegurança que esse afastamento trouxe: “Estar distante da orientadora e das colegas do grupo de pesquisa aumentou a minha ansiedade, me senti perdida e extremamente isolada. Hoje vejo que isso foi a pior coisa, porque teve consequências na escrita e na defesa” (**Sophia**). Priscila denuncia a atitude negligente de alguns docentes: “Uma das coisas que mais me revoltou foi ver alguns orientadores burlarem medidas de distanciamento ou uso de máscara nas dependências da universidade, dentro de seus laboratórios” (**Priscila**).

Bianca foi a primeira da sua unidade a realizar a defesa de forma remota:

Foi difícil convencer a banca a aceitar esse formato, visto que inicialmente as pessoas acreditavam que a pandemia duraria apenas alguns meses. (...) Todas e todos envolvidos não estavam preparados para o evento remoto, tudo era novidade. Eu tive problema de conexão no momento de início da defesa; para além da banca, ninguém pôde participar da atividade visto que havia muita insegurança em relação a eficácia da conexão; um membro da banca teve problemas no computador e precisou realizar a defesa pelo celular; o formato gerou tensão nos membros mais velhos da banca etc. Eu fiquei bastante frustrada. Eu fui muito pressionada para defender no prazo e chegado o momento não pude realizar o desfecho como planejado. O formato remoto comprometeu bastante a qualidade da defesa (**Bianca**).

Fernanda também teve dificuldades por ter sido uma das primeiras a defender assim:

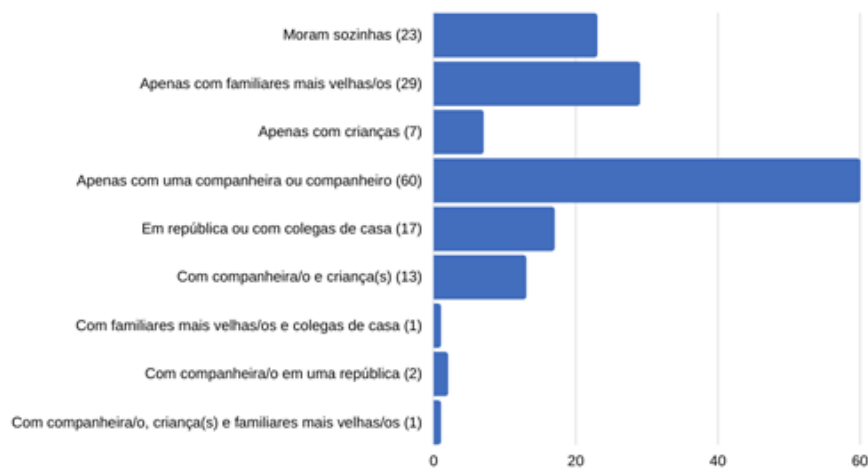
Com a interrupção das atividades, minha defesa foi cancelada quatro dias antes da data em que se realizaria. Fiquei muito abalada, pois estava me preparando para a defesa e já havia feito todos os arranjos para que as professoras da banca viessem. Após o cancelamento, solicitei (...) que eu e as membras da banca pudéssemos realizar a defesa de forma remota, mas aprovaram o formato remoto somente três semanas após meu pedido. Durante esse período, fiquei sem perspectivas sobre quando minha defesa seria realizada (**Fernanda**).

## 2 Local de estudo, moradia e aumento na quantidade de trabalho

Em relação à moradia, era possível marcar múltiplas opções, resultando nas seguintes composições:

Muitas mulheres relataram dificuldades em relação a ter um local de estudo, por não conseguir se concentrar em suas casas devido às demais pessoas no ambiente e/ou pela falta de ter o acervo das bibliotecas para pesquisar. É o caso de Andreza, Rosa e Vitória: “O equipamento que mais senti falta foi a biblioteca, não só pelo acervo, mas pela possibilidade de isolamento para trabalho concentrado, fundamental na fase final de redação da pesquisa” (**Andreza**). “A maior dificuldade foi não poder sair para um lugar para só escrever, nem poder ir para uma biblioteca, por exemplo, ao menos parte do dia, isto me fez muita falta. Em casa com criança tudo foi mais difícil” (**Rosa**). “Fazer pesquisa presencialmente é visto como um trabalho, mas estando em casa não. Em muitos momentos era requisitado mais atenção e demanda com tarefas domésticas, já que eu estava ‘o dia inteiro em casa sem fazer nada, só na frente do computador’. Isso atrapalhou muito a pesquisa” (**Vitória**).

Figura 5. Com quem as mulheres moram: qual a composição da moradia?



Fonte: Resultados da Pesquisa.

Tatiana explicita as dificuldades em sua casa:

Quando a universidade estava aberta eu conseguia revezar com a minha mãe os cuidados com meu irmão, mas trancada em casa ficou difícil poder me concentrar nos estudos. (...) no meu caso não foi só uma questão de tempo, foi uma dificuldade de produção com a nova rotina trancada em casa e sem acesso a um lugar onde eu pudesse me concentrar melhor (**Tatiana**).

Pesquisas práticas trazem outras dificuldades relacionadas ao ambiente, como foi o caso de Joana: “Há uma sobrecarga mental quando você precisa fazer da sua casa o seu lugar de prática de pesquisa corporal. Meu corpo é fundamental na minha pesquisa de mestrado, fiquei sobrecarregada ao ter que transformar minha casa em um ambiente cênico” (**Joana**).

Renata e Fátima não encontraram outra opção a não ser trabalhar durante a madrugada:

Como retornei para minha cidade, estava em uma casa com meus familiares, 3 idosos e 1 adolescente (que pegou covid em março), logo, só eu saía para supermercado, farmácia entre outros serviços. As interrupções, o barulho da rua, limpar a casa (...), não ter um ambiente adequado para trabalhar e acompanhar o tratamento de câncer do meu familiar tornaram ainda mais difícil o processo final. Por vezes, trabalhei durante a madrugada, o horário em que tinha mais silêncio e não tinha interrupção de alguém da casa (**Renata**).

Acredito que as atividades domésticas estão triplicadas na pandemia, o que nos leva a trabalhar muito mais em casa, e ficar

com pouco tempo para a dedicação a pesquisa. Além disso, existe muita dificuldade em encontrar momentos de silêncio em casa para concentração, sendo a madrugada a única opção, o que prejudica muito o sono e a qualidade do sono. E consequentemente, isso prejudica o raciocínio... **(Fátima)**

Foram muitos os relatos de aumento na quantidade de trabalho em decorrência das atividades remotas, o que causou uma sobrecarga: “toda hora é hora de trabalhar e você basicamente mora no seu ambiente de trabalho” **(Monalisa)**. “Acho que a pandemia confundiu demais os espaços/tempo de trabalho e da casa. Me vi trabalhando todo o tempo, foi (e é) bastante exaustivo” **(Jenifer)**. “O maior dificultador foi organizar o final da pesquisa estando em home office, pois senti que trabalhava muitas horas mais que as 8 horas de trabalho...” **(Luana)**

Bruna Garcia traz os dados da pesquisa da Sempreviva Organização Feminista, que indica que houve um aumento da carga de trabalho, com grande número de mulheres afirmando trabalhar mais em home office. “Além disso, o trabalho remunerado fica comprometido devido à alta demanda de trabalho doméstico e cuidados, uma vez que 65,4% das mulheres relataram que a responsabilidade com tais atividades dificulta a realização do trabalho remunerado” (GARCIA, 2021, p. 206).

A área da saúde e da educação em particular tiveram um grande aumento na quantidade de trabalho e estresse: “Na saúde nós tivemos uma demanda de trabalho aumentada multiplicada pela pandemia, no campo, na gestão e em nossos lares, fato que leva uma dificuldade na produção científica” **(Polyana)**.

Mas o que percebo sobre a pandemia e as mulheres é o aumento gigantesco da jornada de trabalho, e a dificuldade de gerenciar a casa e o trabalho ao mesmo tempo. Sou professora e trazer a sala de aula para dentro de casa foi algo que rompeu a fronteira entre os espaços público e privado (...). A jornada de trabalho triplicou pelas demandas de alunos e pela necessidade do registro das atividades em plataformas online, para além dos registros comuns **(Nise)**.

Outro ponto a se considerar é que a própria convivência pode ser difícil:

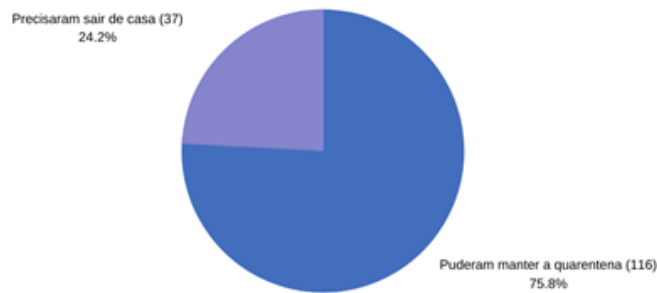
O desafio começou quando nos vimos isolados, eu e meus pais. Eles são apoiadores convictos do Bolsonaro, consomem as redes sociais, lives, programas de opinião etc. Até que absorveram bem as orientações de isolamento e uso de máscara, mas o ambiente, as notícias, o tipo de conversa tornavam o ambiente bem pesado, debochado, raivoso. Brigamos várias vezes, a convivência forçada ali foi mostrando uma faceta deles que me fazia muito triste, mesmo. (...) Com essa atmosfera e pandemia avançando, uma solidão batendo, foi ficando cada vez mais difícil concentrar no trabalho **(Gabriela)**.



### 3 Saúde mental e física

Quando perguntadas se puderam manter a quarentena, saindo de casa minimamente, ou se precisaram sair para realizar atividades da pesquisa e/ou outro trabalho não relacionado à pós-graduação, as respostas foram as seguintes:

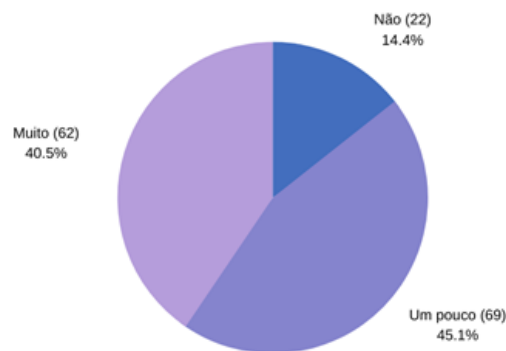
Figura 6. Condições para manter a quarentena



Fonte: Resultados da Pesquisa.

Os sentimentos de preocupação, ansiedade e/ou angústia em relação à pandemia atrapalharam a maioria das mulheres:

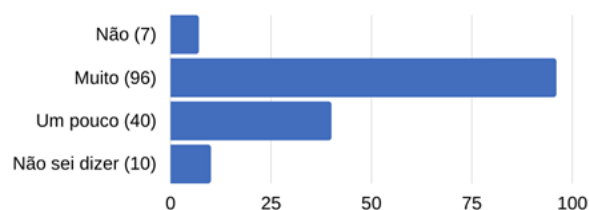
Figura 7. Sentimentos de ansiedade atrapalharam a conclusão?



Fonte: Resultados da Pesquisa.

Felizmente, a maioria das orientadoras e orientadores demonstrou compreensão e acolhimento com a situação.

Figura 8. A orientadora ou orientador demonstrou compreensão e acolhimento?



Fonte: Resultados da Pesquisa.

Relatos sobre saúde mental foram os mais dramáticos, como o de Laura:

Entre em depressão no ano de 2020 pela perda de um ente querido e estou em tratamento até hoje, com terapia e medicação. Durante o ano de 2020 me senti pressionada a terminar o mestrado diversas vezes, tanto por pressão interna quanto do orientador, e isso acabou piorando minha depressão. Em alguns momentos, cogitei o suicídio porque meus pais tinham perdido o emprego e eu estava sendo um fardo para eles e, também, para o instituto, já que eu não estava trabalhando. (...) Se alguém chegar a ler esse relato e estiver passando por situação parecida, gostaria de dizer que as coisas melhoram com o tempo (que às vezes é bem longo, o meu já tem mais de um ano e contando). Tente conversar com alguém de confiança se não puder fazer terapia. Tente buscar ajuda psiquiátrica na UNICAMP (é gratuito). E se for seu sonho, não desista da pós. A saúde e os sonhos são importantes e podem ser conciliados (**Laura**).

De fato é muito importante reforçar a importância do acompanhamento psiquiátrico e psicológico, que é gratuito na Unicamp. Porém há “a dificuldade de depois da defesa (dezembro de 2020) não poder mais usar o sistema de saúde da UNICAMP, embora ainda esteja trabalhando nas correções da tese” (**Alexandra**).

“A pandemia afetou minhas emoções, minha relação com o estudo, a pesquisa, com as pessoas e, acredito que eu tenho estado num crescendo de angústia e ansiedade. Tenho tido sessões virtuais de psicanálise desde o período do doutorado, o que parece estar me ajudando” (**Cinthia**).

Federici (2019) também aborda em seu livro a saúde mental das mulheres, atribuindo suas aflições principalmente ao fardo da dupla jornada ou às cobranças por uma dedicação integral à casa: “As mulheres, especialmente no começo dos trinta anos, apresentam a maior taxa de suicídio entre a população jovem, assim como as maiores taxas de uso de drogas, colapso nervoso e tratamento para doenças mentais (com ou sem internação)” (FEDERICI, 2019, p. 110).

Anamaria relata a angústia enquanto profissional da educação que trabalhou em meio à pandemia:

O excesso de ansiedade com a situação sanitária e social decorrente da falta de respaldo, seriedade e consideração do governo com a gravidade da pandemia, afetou ainda mais a minha capacidade de trabalho, inclusive por ser da área educacional (...) Além do mais, o duplo degaste - trabalho e pesquisa - mais tarefas domésticas e problemas interpessoais como desemprego e situação financeira pessoal e de pessoas próximas, afetaram completamente minha capacidade de trabalho, concentração e desenvolvimento (**Anamaria**).

A pressão por produtividade em meio aos ataques que a universidade pública sofreu também foi mencionada:

Fazer uma pós-graduação já era algo que demandava muito desse trabalho, devido à pressão constante - ainda que às vezes velada - por produtividade, o que havia se agravado mais e mais em decorrência das políticas de desmonte das universidades públicas. Juntando-se a isso o isolamento, as constantes preocupações com a saúde (tanto a minha, quanto a das demais pessoas todas) e com todo o resto da crise política e social na qual o país tem terminado de se afundar, foi realmente muito pesado (**Michele**).

Todos esses sentimentos e angústias provocam uma exaustão física e mental que dificultam as atividades acadêmicas:

Além da carga de trabalho triplicada por ser mãe, cuidar da vida doméstica e concluir a dissertação de mestrado, minha carga mental e emocional estiveram extremamente abaladas durante a pandemia. Me sinto exausta (física e mentalmente) constantemente, mesmo quando meu companheiro fica com meu filho para que eu possa escrever (**Katherine**).

Helena diz que a pandemia não teve grande impacto na defesa pois seu trabalho já estava praticamente concluído, mas está passando por um esgotamento mental:

Publiquei um artigo que já havia escrito no período anterior a pandemia, depois disso vivo um apagão acadêmico. Tenho algumas ideias, alguns dados, mas não consigo escrever com o rigor que exige a escrita acadêmica. Trabalho em home office, tenho filho pequeno, cuido da casa sozinha. Ainda bem que concluí a tese antes do começo da pandemia, caso contrário, acho que não conseguiria (**Helena**).

A saúde mental precisa ser levada em consideração tanto quanto questões financeiras e de saúde física. São problemas reais e, infelizmente, muitas vezes um afastamento para nos cuidarmos ainda é visto por nós mesmas como um luxo, sendo que não deveria ser assim.

Eu amo meus pais, mas esse ano com eles tão de perto me destruiu um pouco. Não tenho filhos, não me falta dinheiro, minha vida é boa, e mesmo assim eu nunca me senti tão triste, sozinha, impotente como nesse período. Isso impactou meu trabalho de uma forma que eu nunca tinha vivenciado. Eu nem posso imaginar como está sendo para as mulheres que são também mães, fonte de renda da família, e não podem se dar ao luxo de travar (**Gabriela**).

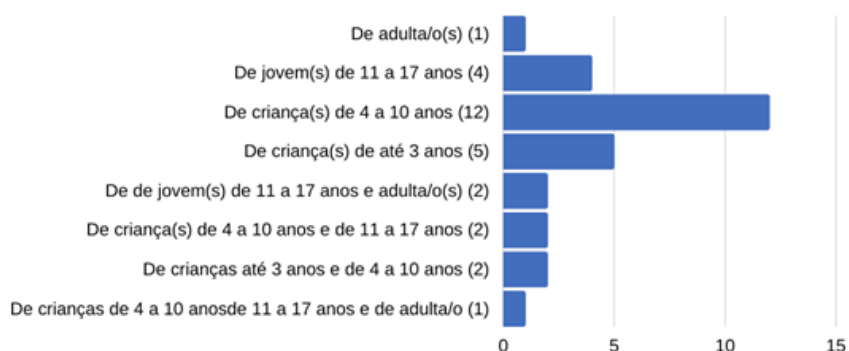
## 4 Trabalho doméstico e de cuidados

A pandemia aumentou muito a demanda de trabalho doméstico e de cuidado, especialmente para as mães:

Com a maior circulação de pessoas no domicílio, aumenta a demanda por limpeza e manutenção. As pessoas passam a fazer mais refeições em casa, que antes eram feitas em outros lugares, como em restaurantes ou nas escolas. Além disso, com o fechamento das escolas, as crianças passam o dia todo em casa, elevando as necessidades de cuidado e o trabalho doméstico derivado das atividades de entretenimento e atenção para as crianças (GARCIA, 2021, p. 204).

40 participantes da pesquisa são responsáveis diretamente pelos cuidados de quem mora junto e 32 precisaram auxiliar crianças durante o auxílio remoto. 27 tiveram Covid e/ou conviveram com uma pessoa que pegou a doença e 58 passaram pelo falecimento de uma pessoa próxima em decorrência da Covid. 124 mulheres não são mães.

Figura 9. Número de mulheres que são mães, separadas pelas idades das/os filhas/os



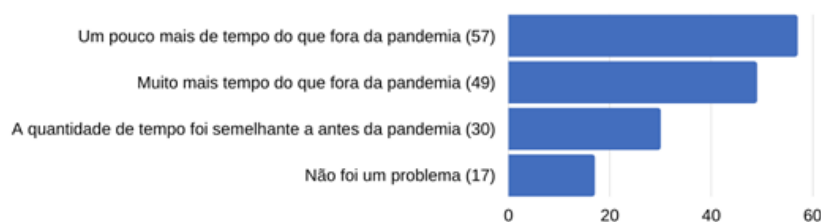
Fonte: Resultados da Pesquisa.

A maioria considera que as tarefas domésticas e de cuidado atrapalharam a conclusão da pós-graduação em algum grau. Em comparação com a demanda de tempo antes da pandemia, as respostas foram as seguintes:

Dessas 17 que consideram que não foi um problema, vale salientar que a maioria mora apenas com uma companheira ou companheiro e apenas duas moram com crianças.

O isolamento teve grande impacto para as mães: “O que mais impactou foi a saúde mental diante da obrigatoriedade de dividir integralmente o tempo de modo solitário com uma criança. Havia saído há um pouco mais de um ano do puerpério, foi como retornar a ele” (Dayane). Em nossa sociedade “a mulher sempre tem que escolher entre trabalhar, seguir carreira acadêmica ou ser mãe. Isso é injusto e triste pois não sou só profissional, e também não sou só mãe” (Angela).

**Figura 10.** Demanda das atividades domésticas e de cuidado: Considera que as tarefas domésticas e de cuidado atrapalharam sua conclusão pela demanda de tempo/dedicação?



Fonte: Resultados da Pesquisa.

Mesmo com ajuda do meu marido, os filhos requerem de atenção e mais quando a educação é remota. Cozinhar diariamente, limpar muito mais a casa porque agora ficamos nela o tempo todo, fazem que sinta esgotamento físico e mental. E mesmo tendo defendido, ainda sinto o peso e a pressão de concluir os artigos que ficaram por ser escritos (**Lua Nova**).

Andreza lembra que:

as mulheres mesmo que não sejam responsáveis pelo cuidado de outra pessoa sofrem um peso desigual do trabalhos domésticos, já que companheiros de casa se valem da ideia "que mulheres sabem fazer melhor" e limpam e cozinham proporcionalmente menos, ou simplesmente se encarregam das tarefas mais fáceis e deixam pras mulheres as mais difíceis. A casa sempre ocupada também eleva as tarefas domésticas" (**Andreza**).

Já dizia Engels: "A família individual moderna foi fundada sobre a escravização doméstica aberta ou dissimulada da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais" (ENGELS, 2019, p. 75). Silvia Federici também diz que o trabalho doméstico "não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas (...). Foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado" (FEDERICI, 2019, p. 42-43).

Monalisa fala sobre a carga mental do planejamento:

Um dos maiores problemas relacionado às mulheres nesse contexto é conseguir se dissociar da carga mental de ter que organizar e planejar absolutamente tudo que se refere a tarefas domésticas e cuidados de outras pessoas. Dói ter que pensar o tempo todo na próxima refeição, na próxima limpeza, na próxima obrigação... todas tarefas que são impostas para nós ao longo da nossa vida (**Monalisa**).

Não importa a dinâmica de relacionamentos entre as pessoas na casa:

Mesmo morando em república, num ambiente relativamente mais progressista que o normal, senti que as atividades domésticas eram desigualmente distribuídas (...). Nós, mulheres da casa, acabamos nos preocupando mais na parte da limpeza e cuidado mais geral, além de sermos sempre as responsáveis por organizar e demandar o cumprimento das regras, somos verdadeiras burocratas da limpeza (**Vera**).

Glenda menciona o desgaste das tarefas de cuidado somado às demandas do ensino remoto:

Com a pandemia as demandas domésticas nos exigiram sobremaneira. No meu caso, tive que me desdobrar para poder concluir a tese, trabalhar e ainda resolver problemas extra domiciliares em função de ter uma pessoa idosa na minha responsabilidade. Tudo isso, de modo particular, me esgotou e ainda tem me esgotado física e mentalmente. As aulas remotas, nesse sentido, demandaram muito mais atenção e horas sentada aumentando minhas limitações na saúde e os níveis de estresse (**Glenda**).

Josefina também precisou cuidar de uma pessoa: “Faltando um mês e meio para defender a tese tive que cuidar de um doente com covid em casa, me lembro que foi bem pesado durante uns 15 dias, pois tinha que me dedicar a estudar, a cuidar do doente, trabalhar em casa e remotamente. (**Josefina**)”. Grazielly precisou auxiliar os filhos nas atividades escolares e passou pela perda de seu companheiro:

Tenho dois filhos, 6 e 4 anos. Precisei acompanhar a vida escolar de ambos e concluir a pesquisa. Tudo isso compartilhando o tempo de trabalho e tarefas domésticas com meu companheiro, que também estudava e trabalhava. Foi muito difícil, sobretudo por estar no momento de análise dos dados. Para complicar a situação, perdi meu companheiro para covid faz um mês (**Grazielly**).

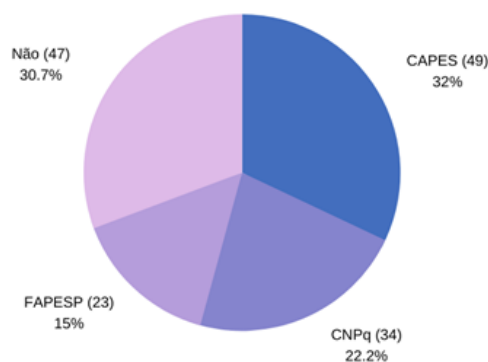
O cerne da questão é que a pandemia acentuou ainda mais uma sobrecarga de trabalho que normalmente faz parte do cotidiano das mulheres. “Precisamos pensar em um modelo que avance para uma distribuição mais igualitária do trabalho doméstico entre homens e mulheres dentro do domicílio, bem como uma consolidada e robusta organização social do cuidado” (GARCIA, 2021, p. 207). Pensando em alternativas, Angela Davis defende a socialização do trabalho doméstico, com o uso de tecnologias especializadas para isso e acessíveis à classe trabalhadora: “O cuidado das crianças deve

ser socializado, a preparação das refeições deve ser socializada, as tarefas domésticas devem ser industrializadas” (DAVIS, 2016, p. 221). Contudo, a autora pondera que isso seria muito difícil de se conseguir em uma sociedade capitalista: “Os únicos passos significativos na direção da eliminação da escravidão doméstica foram dados, de fato, pelos países socialistas atuais” (DAVIS, 2016, p. 229).

## 5 Insegurança financeira

A maioria das pesquisadoras contou com bolsa de agência de fomento.

Figura 11. Bolsas de agência de fomento: você teve bolsa de agências de fomento?



Fonte: Resultados da Pesquisa.

Quanto a auxílios do SAE (*Serviço de Apoio ao Estudante*), a maioria não solicitou auxílios; 5 solicitaram mas não receberam, 5 receberam Bolsa Auxílio Moradia, 2 foram contempladas com vaga no Programa de Moradia Estudantil e 1 recebeu a Bolsa Auxílio Transporte, que durante a pandemia teve nome e função alterados para Benefício Emergencial de Atividades Não Presenciais.

Muitas mulheres falaram sobre a insegurança financeira após a defesa, que se agravou por causa da falta de contatos pessoais. “Um ponto que acredito que foi muito maléfico para quem concluiu pesquisas nessa conjuntura, e precisa se colocar no mercado, foi a impossibilidade networking - na própria defesa, em congressos etc. Nesse caso não apenas a questão de gênero, mas as assimetrias de classe se acentuaram muito” (Andreza).

Tinha que terminar a tese e ainda procurar emprego. Durante a pandemia o estresse em casa, devido a falta de perspectiva de emprego já nos meses próximos ao fim do doutorado, questões relacionadas a dinheiro e intensa convivência com familiares que necessitavam ou não de cuidados, foram fatores que dificultaram ainda mais a dedicação a tese (Flora).

Hosana fala sobre a pressão para produzir em meio a um mar de incertezas profissionais e financeiras:



Defendi (...) logo após voltar de um estágio sanduíche devido a muita pressão da minha pós-graduação para que eu não ultrapassasse 4 anos de doutorado e acabasse prejudicando o conceito CAPES da pós. Essa pressão gerou muito desgaste emocional e físico que se somou à incerteza de onde viria minha renda já que várias oportunidades de trabalho (acadêmicas) foram suspensas no período da pandemia que sucedeu minha defesa. Alguns meses depois da defesa, eu entrei como pesquisadora em um projeto com universidades e empresas, o que me tranquilizou quanto às minhas contas, porém me colocou a pressão de produzir com um apocalipse acontecendo lá fora (**Hosana**).

Federici fala sobre as pressões na academia e as exigências que são feitas de mulheres: “Na ausência de um movimento forte de mulheres, o trabalho na academia pode ser sufocante, porque você deve atingir padrões que você não tem o poder de determinar e, logo, você começa a falar um idioma que não é o seu” (FEDERICI, 2019, p. 129).

É um momento particularmente difícil para estrangeiras: “Minha pressão era por ser estrangeira e ter a necessidade de regressar para meu país de origem e conta de já estar sem bolsa quando a pandemia começou” (**Silmara**).

Yasmin desabafa: “O momento pós-defesa tem sido muito mais difícil. Do ponto de vista financeiro, não tenho mais a bolsa de estudos e as perspectivas de trabalho são escassas e muito concorridas. (...) Atualmente tenho sido sugada por essa maré fúnebre e de desânimo” (**Yasmin**).

Isis e Weridiana destacam a importância de terem tido bolsa de fomento: “A dificuldade é a mesma de sempre: respeitar o prazo, com bolsa. A pandemia só demonstrou o quanto o financiamento (bolsa) faz diferença: quem teve bolsa, pode se isolar sem se preocupar com as contas” (**Isis**).

Quero ressaltar que não sei o que teria sido da minha pesquisa se a bolsa CAPES não tivesse chegado exatamente junto com a Pandemia. Eu perdi simplesmente todos os trabalhos que eu tinha e precisava ficar reclusa. Como eu iria me sustentar, pagar minhas contas e ter condições emocionais de estudar e escrever uma dissertação se estivesse totalmente desamparada financeiramente? (**Weridiana**).

## Considerações finais

Esta pesquisa mostrou as principais dificuldades pelas quais mulheres que estavam terminando suas pesquisas de pós-graduação durante a pandemia de Covid-19 passaram, sendo que a maioria dos problemas gira em torno da sobrecarga de tarefas domésticas

e de cuidado, falta de local ou tempo para se dedicar à pesquisa, sobrecarga de trabalho remoto, questões relacionadas à saúde mental que se agravaram em decorrência da pandemia e insegurança financeira.

A questão da insegurança financeira mostra como foi importante para a maioria das mulheres ter bolsa de fomento. Em uma época onde sofremos constantes ataques à educação e cortes de orçamento, isso mostra como as agências de fomento são fundamentais para a pesquisa e também como a questão de permanência na pós-graduação precisa ser mais abordada nas universidades, o que inclui não apenas bolsas e auxílios com caráter socioeconômico, mas também atenção às questões de saúde mental.

Por fim, buscou-se neste artigo dar voz para as experiências e vivências de mulheres que superaram as adversidades de estar em meio a uma pandemia e a um governo inóspito para terminar suas pesquisas de pós-graduação. Gabriela, por exemplo, disse ao fim de seu relato: “Por isso seu trabalho é tão importante: para fazer isso visível, para debater, para imaginar soluções” (**Gabriela**). Da mesma forma que muitas me agradeceram pelo espaço para contar suas histórias, agradeço pela confiança ao compartilhar suas histórias. Ressalto que o objetivo foi apresentar aqui um panorama geral das dificuldades, pois são questões muito complexas que poderiam e devem ser aprofundadas futuramente. Seguiremos trazendo essas questões tão importantes para o debate. Lutemos como pesquisadoras!

## Referências

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan. São Paulo, SP: Boitempo, 2019.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo, SP: Elefante, 2019.

GARCIA, B. C. O trabalho doméstico não remunerado na pandemia: novos modelos ou velhos dilemas? In: ABEP. **População e desenvolvimento em debate: impactos multidimensionais da pandemia de Covid-19 no Brasil**. Campinas, SP: Traço, 2021.

# Pesquisadoras do PIPAUS durante a pandemia do Covid-19: como adaptar à nova realidade?

Graziela de Fátima Souza Carmo<sup>1</sup>, Mariana Silva Pereira<sup>1</sup> e Fernanda Nascimento Corghi<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de São João del-Rei

## Resumo

A pandemia ocasionada pelo SARS-COV 2 trouxe novos desafios para a humanidade. Assim, este artigo objetiva relatar as dificuldades e entraves enfrentados por dezessete mulheres pesquisadoras do Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS), da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Tais relatos foram obtidos em maio de 2021 por meio da aplicação de um formulário online, de caráter voluntário, via plataforma Google. O texto organiza-se em: contextualização histórica da vivência da mulher brasileira em sociedade; explicações sobre a Instituição (UFSJ) e o Programa de pós-graduação (PIPAUS), aos quais as participantes estão inseridas; pontuações acerca dos desafios para a educação na universidade pública, considerando o atravessamento da pandemia de COVID-19; apresentação dos resultados do formulário aplicado e exposição das reflexões sobre estes. Em busca de contribuir com a materialização histórica da cotidianidade de mulheres pesquisadoras, entre os resultados, percebeu-se que: a pandemia ampliou as incertezas vivenciadas pelas pós-graduandas, com destaque para alterações na pesquisa, trancamento/ abandono de curso; percepção de existência de uma rede de apoio acadêmica deficitária; percepção de sobrecarga de tarefas domésticas; e existência do sentimento de insegurança para produção e publicação científica.

*Palavras-chave:* Gênero e trabalho. Universidade Pública. Carreira acadêmica. Pesquisadoras. Covid-19.



ISSN: 2317-4854 (Online)

Editora:  
Bruna Carolina Garcia

Diagramação:  
Matheus Alves Albino

Publicado em:  
2 de Julho de 2022

Essa obra tem a licença  
"CC BY 4.0".



## Introdução

Desde o início da pandemia de Covid-19, a sociedade a qual vivíamos se transformou forçadamente, causando mudanças na rotina das pessoas de forma direta e indireta. A cotidianidade vivida passou a ser transcrita pelos momentos de isolamento social, *lockdown*, ondas de cores, *hashtags* de conscientização para permanecer em casa (para quem poderia atuar em *home-office*), aumento da higiene das mãos, ansiedade, horas de conexão em telas, constante uso de máscaras, álcool em gel, medo, saudade, luto e preocupação pelos agravos à saúde coletiva.

Também devido ao SARS-CoV-2, houve o fechamento das instituições de ensino pela modalidade presencial, e com isso, o processo educativo assumiu novos contornos –

as bibliotecas, laboratórios, salas de estudo, participação em grupos de debate e congressos deveriam realizar-se no ambiente doméstico. O processo de ensino necessitou exclusivamente de ser mediado por telas e conexão com internet, além de contar com o desafio do trabalho em casa, o qual, em determinados momentos, apenas foi possível por meio da cooperação das pessoas que habitavam a mesma residência. Dessa forma, a aprendizagem passa a enfrentar atravessamentos exclusivos e grandes desafios no momento vivido, inclusive no caso da categoria de profissionais intitulada pesquisadoras.

É considerada pesquisadora o ser humano que desenvolve pesquisas científicas, sejam essas praticadas nos diversos tipos de laboratórios aplicados – desde os tradicionais, com bancadas e microscópios, aos laboratórios ampliados no espaço - no meio urbano ou rural. Há também as pesquisas unicamente bibliográficas. Todas essas pesquisadoras podem ser encontradas em programas de mestrados ou doutorados, em instituições públicas e privadas de ensino.

Os conhecimentos produzidos nos territórios das universidades voltam-se para a sociedade, pois capacitam profissionais habilitados, os quais ao adquirirem diferencial competitivo, melhor se inserem na sociedade capitalista. Assim, o conhecimento gerado passa a ser mercadoria, podendo “ser produzida e vendida a quem pagar mais” (HARVEY, 1992, p. 63). Destaca-se que a função social da universidade não se resume apenas a este quesito - o papel é extenso, apoiando-se nos princípios sociais aos quais pertence, transformando as formas de agir da própria sociedade, ampliando as percepções dos problemas sócio-históricos, possibilitando inclusive a compreensão para além do tempo presente. Pode-se entender que os conhecimentos gerados pelos pesquisadores impactam e modificam as culturas e os meios de produção.

O presente artigo objetiva relatar as dificuldades e desafios enfrentados por dezessete mulheres pesquisadoras do Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS), da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Tais relatos foram obtidos por meio da aplicação de um formulário online de caráter voluntário pela plataforma *Google* em maio de 2021.

Entretanto, para se entender a colocação das participantes, faz-se necessário primeiramente pontuar sobre os papéis desempenhados pela mulher na sociedade ao longo da história, especialmente no Brasil. Por essa razão, os próximos tópicos serão divididos em: contextualização histórica da vivência da mulher brasileira na sociedade; explicações sobre a Instituição (UFSJ) e o Programa de pós-graduação (PIPAUS) ao quais as participantes são inseridas; pontuações acerca dos desafios para a educação na universidade pública, levando em consideração o atravessamento da pandemia de COVID-19; resultados do formulário aplicado; e a exposição das reflexões acerca dos resultados obtidos. Estima-se nesta produção textual contribuir com a materialização histórica da cotidianidade de mulheres pesquisadoras, que por si já é um fator único e importante, mas devido à pandemia de SARS-CoV-2, evidencia a singularidade do momento vivido pela sociedade.

## 1 Contextualização histórica

No Brasil colonial, a sociedade era dividida em três grupos: os indígenas, africanos e europeus. Com relação às mulheres, as pertencentes aos dois primeiros grupos eram submetidas ao trabalho e ao abuso sexual, justamente pela condição de escravizadas. Já as mulheres brancas, eram submetidas a aprender apenas tarefas do lar, como: cozinhar, cuidar das crianças, costurar e cuidar da horta. Neste sentido, tais ações são arraigadas às funções de servidão, reproduzindo o sentido da etimologia da palavra família, onde, advindo do latim *famulus*, o termo possui o significado como escravo doméstico. A construção do papel da mulher foi exposta por várias instituições, entre elas a religiosa. “Era função da Igreja castrar a sexualidade feminina, usando como contraponto a idéia do homem superior a qual cabia o exercício da autoridade. Todas as mulheres carregavam o peso do pecado original e, desta forma, deveriam ser vigiadas de perto” (SILVA et al., 2005, p. 68).

De acordo com Teles (1999, p. 19), “o fundamental era que ela se colocasse de forma subalterna em relação ao homem, aceitando passivamente o que lhe fosse determinado”. Caso a mulher recebesse alguma instrução mais aproximada da que os homens recebiam, era enviada para o convento e posteriormente, até para hospitais manicômios (ARBEX, 2013).

A participação política da mulher nesse período foi suprimida da história oficial do país, e, de acordo com Teles (1999, p. 22), “Quando isso não foi possível devido em alguns casos à projeção popular alcançada, tratou-se logo de lhes atribuir qualidades negativas como a loucura ou a prostituição, no sentido de desmerecê-las, como foi o caso de Bárbara Heliadora, Dona Beja, Chica da Silva, Marília de Dirceu, entre outras”.

A Revolução Francesa, em 1789, pode ser considerada um importante marco histórico para a história da civilização contemporânea, dada a apresentação de ideais políticos que inspiraram a independência de vários países, seguindo o lema de Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Tais avanços fizeram com que as mulheres também reivindicassem seu espaço de liberdade e ensino, porém, as limitações de acesso ao ensino permaneceram, sendo que a primeira mulher a se graduar conseguiu o feito apenas em 1887. De acordo com Teles (1999, p. 28), “no século XIX, à mulher competia, tanto quanto no período colonial, o papel de dona-de-casa, esposa e mãe”.

Em meados do século XIX, a luta abolicionista e os jornais que eram editados por mulheres, contribuíram para a disseminação da potencialidade da mulher para se envolver nos assuntos mais sérios da sociedade. E na virada do século XIX para o XX, a sociedade brasileira já enfrentava algumas mudanças significativas, como a implementação da república, o trabalho assalariado e o crescimento das cidades. Devido às ruins condições de trabalho, mulheres publicavam em jornais “dirigido às mulheres, conclamando-as à luta em defesa dos trabalhadores; em particular, pela regulamentação do trabalho feminino” (TELES, 1999, p. 43). Protestos e repressões policiais se tornaram constantes e logo surgiram as movimentações direcionadas ao direito ao voto feminino (liderados por operárias e intelectuais), e também as relacionadas à proteção da maternidade e

das crianças, o que contribuiu para que outras mulheres se envolvessem na luta.

Destaca-se na área da educação, que o movimento de entrada das mulheres na universidade é inaugurado nos Estados Unidos em 1837, e só na segunda metade do século que se ampliou as universidades femininas no mesmo território (BEZERRA, 2010, p. 3). No Brasil, Aranha (1993, p. 92) aponta que algumas mulheres eram educadas em conventos, sendo fundados entre 1678 e 1685, porém expressiva raridade, e em 1827 que surgiram as primeiras escolas primárias e as contratações das mulheres para ocupar cargo de professoras e educadoras. O autor também destaca que em 1881 houve a primeira mulher aceita na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde posteriormente mais três matricularam-se, mas tendo a ressalva que o pai ou uma senhora de idade as acompanhasse em sala de aula.

A fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922, defendeu os direitos das mulheres e representou um marco das lutas femininas no país. Por este feito, efetivou-se a inserção das mulheres nos espaços públicos, resgatando o papel social deste e afirmando a política das mulheres. Um ano antes, a mulher possuía historicamente a expansão do uso do território de ação, participando do primeiro jogo brasileiro de futebol feminino, estrelado pelas tremembeenses e as catarinenses (MELO; MELO, 2016).

Com Getúlio Vargas no poder, a luta das mulheres se fundiu com a luta da sociedade, que clamava pela democracia. Durante a 2ª Guerra Mundial, foi um momento para que ampliassem a formação como enfermeiras e aumentarem seu poder de fala na sociedade. Após a Guerra, foram surgindo comitês, associações e federações em prol dos direitos das mulheres, onde elas se organizavam para a iniciação de greves, palestras, campanhas e reivindicações. “Com o Golpe de 64 essas associações femininas praticamente desapareceram, voltando a tomar impulso a partir de 1975, com o Ano Internacional da Mulher” (TELES, 1999, p. 51).

Mas a chamada primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. As sufragetes, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo. O direito ao voto foi conquistado no Reino Unido em 1918. No Brasil, a primeira onda do feminismo também se manifestou mais publicamente por meio da luta pelo voto. A sufragetes brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha

pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro (PINTO, 2010, p. 15-16).

Em 1983 a 1984, o Movimento das Diretas Já pode ser visto como uma ação política de cunho social, que buscou estabelecer um movimento mais democrático, com o voto direto para presidente. Esta ação esboça as mudanças políticas que ocorreram no Brasil, rumando na criação da Constituição Federal em 1988, corroborando para a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Neste sentido, o marco histórico da lei federal nº 8080/90 (BRASIL, 1990), impacta na vida das mulheres de forma direta, dado que são construídas novas políticas de corpos vulneráveis e inspira a luta para novas políticas para mulheres, crianças, população em situação de rua, pessoas que fazem uso de substâncias. Assim, constroem-se ferramentas necessárias para o atendimento humanizado às diversas pessoas e que dão suporte à sobrevivência, como por exemplo, a Lei Maria da Penha. Essas lutas sociais facilitam uma melhora da saúde da população feminina gerando consequências na sociedade, tal como taxa de natalidade, redução da mortalidade infantil.

Percorrendo a cronologia da história brasileira, houve um importante fato: uma mineira, nascida em Belo Horizonte, amplia vôo e fortalece novos caminhos no âmbito da política - em 2010, Dilma Rousseff é eleita a primeira mulher presidente do Brasil, com 56,05% dos votos válidos. Assim, o lugar de destaque da mulher no país foi notado, gerando impactos positivos, críticas e oposições. Apesar da conquista da presidência, ainda há na política diversas desigualdades entre gênero, e uma das mais simbólicas é o banheiro feminino do Plenário do Senado. Tal direito foi conquistado após diversas reivindicações das senadoras apenas em 2016, 55 anos depois da inauguração do Congresso Nacional de Brasília; até então, elas utilizavam o banheiro do restaurante ao lado. Na época, a senadora Vanessa Grazziotin disse que “não é um banheiro que vai mudar toda a situação, mas o fato de não ter banheiro no plenário é um indicativo de que a Casa não foi preparada para as mulheres”<sup>1</sup>

Esta contextualização histórica buscou frisar que todos os direitos que as mulheres gozam no século XXI são fruto de muitas lutas femininas anteriores, e que mesmo assim não impede potenciais retrocessos. A pandemia do COVID-19 ajudou a mostrar que por mais que se tenha avançado muito nos direitos e debates acerca do papel da mulher na sociedade, ainda existem muitas diferenças entre as tarefas desempenhadas por homens e mulheres, as vivências cotidianas e as cobranças da própria sociedade. Veladas ou escancaradas, é certo que a diferença de gênero se faz presente na nossa história desde a chegada dos portugueses, há 521 anos.

1 <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/bancada-feminina-do-senado-conquista-direito-a-banheiro-feminino-no-plenario>



## 2 A UFSJ e o PIPAUS

A Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), foi fundada em 21 de abril de 1987, inicialmente nomeada como Fundação de Ensino Superior de São João Del Rei (FUNREI). Ela é localizada em quatro cidades mineiras (Divinópolis, Ouro Branco, São João del-Rei e Sete lagoas) e possui seis *campi*<sup>2</sup>.

No Campus Tancredo de Almeida Neves (CTAN), localizado em São João del-Rei, aconteciam, antes da pandemia, as aulas do Programa Interdepartamental de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS). O programa compreende em um mestrado acadêmico interdisciplinar que abarca cinco departamentos: Letras, Artes e Cultura; Arquitetura e Urbanismo e Artes Aplicadas; Ciências Naturais; Zootecnia; Ciências Administrativas e Contábeis. É o único programa da América Latina a unir de maneira transdisciplinar as artes, urbanidades e sustentabilidade.

De acordo com as premissas do PIPAUS (UFSJ, 2015), a junção dessas três áreas se dá pela necessidade de ampliar as fronteiras da discussão de artes com práticas sociais e questões de sustentabilidade e desenvolvimento (as duas últimas firmadas no Manifesto de Tutzing em 2001); e da necessidade de construir novas estratégias para o desenho da paisagem, que considerem tanto a sustentabilidade ambiental (foco nos processos ecológicos) quanto à sustentabilidade social (foco na relação com a população).

O PIPAUS é dividido em três linhas de pesquisa: (i) Processos Criativos; (ii) Processo de Difusão: Popularização, Educação e Aplicabilidade; (iii) Recepção, Crítica e Experiência: Narrativas Contemporâneas.

De acordo com as explicações contidas no site oficial da Universidade, a primeira linha consiste em “investigar os processos poéticos de produção em arteciência<sup>3</sup> e urbanidades tanto em suas especificidades próprias quanto nas suas possíveis interfaces com outros campos do saber, institucionalizados ou não”. A segunda linha de estudo consiste em utilizar da junção entre pesquisa e extensão, prática e teoria, de maneira a ampliar as “possibilidades humanas de ação no mundo, nos campos da educação, comunicação, novas práticas e formas pedagógicas e de popularização do conhecimento”. A última linha possui uma abordagem de investigação teórica, no que diz respeito “à recepção e às experiências provocadas e produzidas pelas poéticas artísticas e socio-culturais, históricas e na contemporaneidade, de modo a criar novos recortes epistemológicos inter-transdisciplinares desde a perspectiva da sustentabilidade”.

Como um todo no programa, nota-se um escopo de trabalho voltado a serviço da sociedade, ao qual se amplia os processos ensino-aprendizagem, ao ter a vinculação das pesquisas aos discentes de graduação (projetos de extensão). Neste sentido é exposta uma construção coletiva de caráter interdisciplinar, expondo várias camadas da ciência na própria sociedade.

2 [https://ufsj.edu.br/dplag/a\\_ufsj.php](https://ufsj.edu.br/dplag/a_ufsj.php).

3 Compreensão do laço construído entre a arte e a ciência. Tal relação estabelecida já foi exposta na história pelas obras de Leonardo da Vinci, Leon Batista Alberti, Galileu, Thomas Harriot, Dürer e entre outros.



Salientando o papel da mulher, nota-se desde a fundação do PIPAUS, a atuação de professoras lapidando, cedendo e construindo novos saberes. Desde dezembro de 2020 a equipe gestora do PIPAUS conta com a coordenação de Renata de Souza Reis e vice-coordenação de Zandra Coelho de Miranda Santos. A UFSJ consta com a atuação de Rosy Maciel de Azambuja Ribeiro como vice-reitora na gestão atual (2020-2024), expondo o protagonismo da mulher no atual cenário.

Por fim, nas produções das discentes, entre as cinquenta e três dissertações defendidas, o PIPAUS contabiliza a participação de 31 mulheres e 22 homens desde 2017, sendo que das cinco turmas existentes até o momento todas elas possuíam ou possuem, em sua maioria, discentes mulheres. Explicita-se que no corpo docente há 11 homens professores e 11 mulheres professoras.

### **3 A pandemia e os desafios para a educação da universidade pública**

Em meio à pandemia de SARS-CoV 2, uma série de pesquisas relacionada às mulheres e a pandemia foram desenvolvidas<sup>4</sup>. Algumas pontuam a relação da sobrecarga de tarefas no meio profissional, incluindo as tarefas acadêmicas.

Entre os dias 02 e 14 de junho de 2020, a UFSJ realizou um mapeamento entre docentes, discentes e técnico-administrativos e terceirizados, para diagnosticar a situação geral dessas pessoas durante a pandemia da COVID-19. Foram obtidas 6.338 respostas dos discentes, que corresponde a menos da metade dos aproximadamente 14.000 alunos da Instituição. Deste total, apenas 192 respostas compreendiam estudantes da pós-graduação.

Neste mapeamento, havia perguntas que contemplavam desde o acesso à internet e a viabilidade de realização de atividades de forma remota, até o quanto a pandemia até aquele momento havia comprometido a saúde física e mental do indivíduo. Diante da baixa quantidade de respostas e dos resultados obtidos na época, já era possível notar que o momento vivido e a ausência de um espaço físico comum a todos, era um atravessamento negativo para a maioria das pessoas, e que a desigualdade social e econômica se escancara na Instituição.

Em um mapeamento construído por uma comissão de representantes discentes de colegiados de cursos de pós-graduação, em julho de 2020, houve a resposta de 533 discentes, representando uma participação expressiva de 1279 matriculados, ou seja, 41,67% desta categoria. O mapeamento foi direcionado a compreender sobre a possibilidade de implementação do Ensino Remoto Emergencial (ERE), considerado uma forma de ensino e pesquisa em meio à pandemia. Assim, estimava-se a retomada das atividades da pós-graduação, com o aval da própria universidade, mas cabe salientar que vários pesquisadores, já faziam uso de laboratórios de pesquisa, com o objetivo de

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, <http://mulheresnapanademia.sof.org.br/>; <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2020/08/19/pandemia-impacta-mais-vida-das-mulheres>; <https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-pesquisa-saude-das-mulheres-na-pandemia>.

não perderem os dados experimentais, mesmo com o iminente risco da Covid-19.

Assim, questionou-se aos pós-graduandos sobre os meios adequados (computador, internet) para acompanhamento de aulas online que estes possuíam; quanto à possibilidade de o projeto de pesquisa ser desenvolvido remotamente; o grau de dificuldade no deslocamento para o Campus e sugestões para o uso de laboratórios, em pesquisas experimentais. Neste sentido, os participantes solicitaram o revezamento de horários nos laboratórios, e foi quase unânime o posicionamento de retomada às atividades laboratoriais assim como as aulas, porém em caráter online.

A partir de então foram construídos dois semestres remotos completos, onde os pós-graduandos e as pós-graduandas realizam estágios-docentes, completam a carga horária exigida em disciplinas, participam de grupos de pesquisa, horas de orientações acadêmicas, fazem exames de qualificação e defesas. Todo este construto é feito em meio à pandemia e seus desdobramentos – aumento de casos da Covid-19, crise sanitária e política.

Buscando respostas que se aproximasse ainda mais da realidade das autoras deste artigo, foi realizado um formulário pela plataforma Google, com as discentes do PIPAUS, que haviam iniciado a pós-graduação antes da pandemia (no Brasil, em março de 2020) e defendida ou qualificada durante a mesma. Houve a participação de 30 mulheres, das quais, 17 concordaram em se voluntariar nas respostas, após serem convidadas individualmente - para que apenas tivesse acesso à pesquisa, pessoas que fizessem parte deste recorte temporal pré-determinado.

O formulário foi dividido em quatro seções: a primeira seção referia-se aos dados pessoais, onde a voluntária escolhia um codinome para manter sua identidade em anonimato, informava idade e ano de ingresso no programa. A segunda seção do formulário aplicado, era composta por perguntas com alternativas em escala Likert de 5 pontos, para entendimento do dia-a-dia dessas mulheres durante a pandemia e uma última questão aberta para “desabafo”, ao qual estimava a recepção de falas singulares.

Na terceira seção apresentada, intitulada “os papéis da vida da pesquisadora”, misturava questões abertas e fechadas para um maior entendimento da situação de cada uma. Na última seção do formulário buscava-se humanizar a pesquisa, dando abertura para um contato com as autoras do artigo, para quem não se sentissem bem ao responder as perguntas, visto que podiam causar algum gatilho psicológico. Havia por fim uma confirmação da autorização do uso das respostas obtidas.

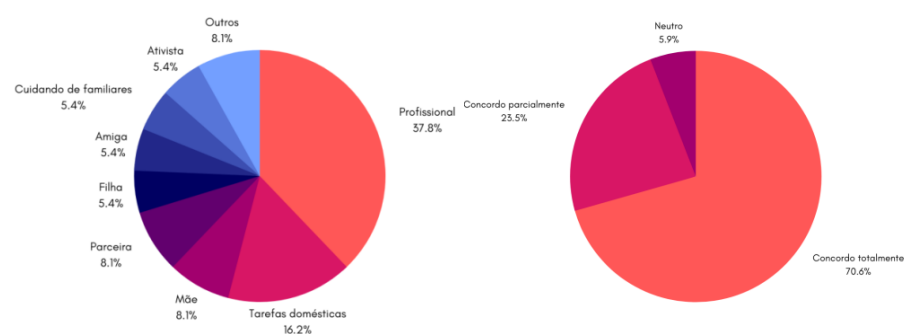
## 4 Resultados do formulário

Na primeira seção, começa-se a expor quem são essas mulheres do programa: das dezessete respostas, quinze foram desenvolvidas por mulheres entre 25 e 39 anos, apenas uma de 40 a 50 anos e uma também acima de 60 anos. Ao total de doze participantes ingressaram em 2019/2, e esse número pode ser justificado por ser de fato a turma que não teria concluído ainda a pós-graduação mesmo se não tivesse acontecido a pande-

nia, ou seja, possui mais alunas ativas e talvez por atualmente, estarem mais engajadas nas produções acadêmicas. Foram obtidas três respostas da turma 2018/2 e duas respostas da turma 2017/2. O reduzido número de participantes na pesquisa referente a tais turmas, expressa a saída de algumas discentes no cenário de produção do programa, dado que apenas no último ano está sendo implementado o vínculo com os *alumni*.

Na Figura 1, nota-se a exposição dos papéis sociais desempenhados pelas participantes. O setor profissional é bem variado e as tarefas domésticas ficam em foco. Os vínculos familiares são salientados como papéis sociais desempenhados, ao qual se relaciona que a rotina acadêmica foi alterada em função da pandemia.

**Figura 1.** Papéis desempenhados pelas mulheres pesquisadas e à esquerda refere-se ao grau de alteração da rotina acadêmica na pandemia



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

Por saber que poderiam existir realidades além das que foram colocadas nas questões, havia uma última questão na seção 2: “Gostaria de falar algo?”. Nela, a discente poderia se quisesse, visto que a questão não possuía obrigatoriedade, relatar outras experiências vividas. Foram obtidas oito respostas, das quais apenas duas possuíam caráter próximo ao otimista, como o relato de uma mulher que com a dificuldade de morar sozinha durante a pandemia, estar na universidade auxiliou na saúde mental devido à possibilidade de se manter produtiva e em contato com os colegas de curso; outra relatou que apesar de tudo, a pandemia fez com que ela repensasse sobre “o tempo da gente”, o valor da saúde, das alegrias, do conhecimento. Porém, os outros seis relatos demonstraram as dificuldades que elas têm vivido: desmotivadas e sem orientação; sem conseguir “visualizar dias melhores para o pós-pandemia”; o luto causado pela perda de amigos para o vírus e também o desgaste emocional de ter cuidado de familiares também infectados; e a sensação de estar vivendo a vida de outra pessoa e querer a sua de volta.

Por fim, dois relatos de realidades de vidas opostas, mas que demonstram o quanto apesar de possuírem situações diferentes, o comum a todas é a diminuição da produtividade, o desgaste intelectual e a dificuldade em concentrar-se. Tita foi uma das voluntárias que concordou totalmente com a afirmativa de que a pandemia impactou financeiramente a ela ou à sua família.

A minha vida e a de vários colegas foi completamente afetada.

No meu caso, principalmente em aspectos financeiros, profissionais e sociais. Além de minha pesquisa, que necessitou de completa reestruturação. Uma constante que percebi ao conversar com colegas, amigos e familiares que fazem algum tipo de pesquisa ou trabalham com criatividade / ensino é que diante de tanta incerteza, medo e mudanças, estamos bastante limitados intelectualmente. Muitas vezes só consigo trabalhar no mínimo da minha capacidade intelectual, para me manter produtiva e não me deixar enferrujar. Na minha opinião, são tempos muito difíceis para manter a concentração (**Tita**, nome fictício).

Já Hortênsia, assinalou a alternativa discordo totalmente na afirmativa de impacto financeiro, e justamente inicia seu relato pontuando as dificuldades que não tem enfrentado durante a pandemia, todavia, assim como na resposta de Tita, demonstra a dificuldade em manter estável a saúde mental.

Gostaria de enfatizar que por mais que eu tenha uma rede de apoio para as atividades do dia-a-dia, não esteja sobrecarregada de funções e não esteja passando por necessidades financeiras, ainda sim me sinto (e de fato estou) muito menos produtiva do que no período que precedeu a pandemia por questões de saúde mental. Me sinto ansiosa e ao mesmo tempo que sei que tenho muita coisa para fazer, quando eu paro para me dedicar é difícil concentrar. Tenho me sentido menos capaz, e ver toda a situação política e de saúde do país me deixa mal, alguns dias até perco o interesse em fazer as atividades acadêmicas por desmotivação (**Hortênsia**, nome fictício).

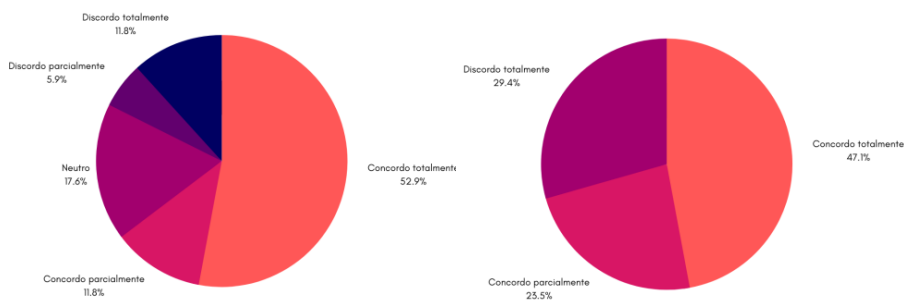
Importante destacar que a pandemia acirrou várias dificuldades que as universidades já estavam atravessando, ao qual impactava a vida das pesquisadoras, provocando sentimentos similares. Desta forma, a vida pandêmica permitiu que este grupo mais vulnerável se encontrasse em um estado de carência de recursos internos e externos.

## 5 Correlações dos resultados obtidos

Com os resultados obtidos na seção 2, foram feitos cruzamentos que buscassem correlacionar às respostas das voluntárias. A Figura 2, exibe a relação entre a necessidade de alteração do projeto e ter pensado em trancar ou abandonar o curso, ambos devido à pandemia.

Os dados mostraram que de fato, das doze pessoas que pensaram em interromper a pós-graduação, onze precisaram alterar o projeto, em partes. Esse fator demonstra a frustração das pesquisadoras ao perceber que o planejamento inicial seria inviável,

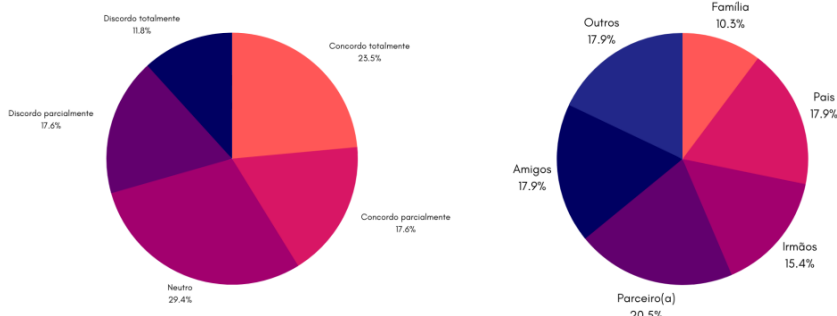
**Figura 2.** À Esquerda refere se a pessoa alterou e partes a pesquisa. À direita questionou-se a eventualidade do trancamento ou abandono do curso.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

devido à razão de algumas pesquisas (principalmente as pertencentes à linha 2) terem um viés de extensão, que requer contato físico com outras pessoas, o que devido ao distanciamento social realizado na tentativa de conter o vírus, ser impossível. Outra razão pode ser pela universidade ter ficado parada por seis meses, sem a obrigatoriedade de orientações e reuniões, visto que em dado momento da pesquisa elas justificam que a intenção do abandono se dava pelo desânimo.

**Figura 3.** À esquerda, refere-se à existência da rede de apoio e à direita exibe qual é a rede de apoio.



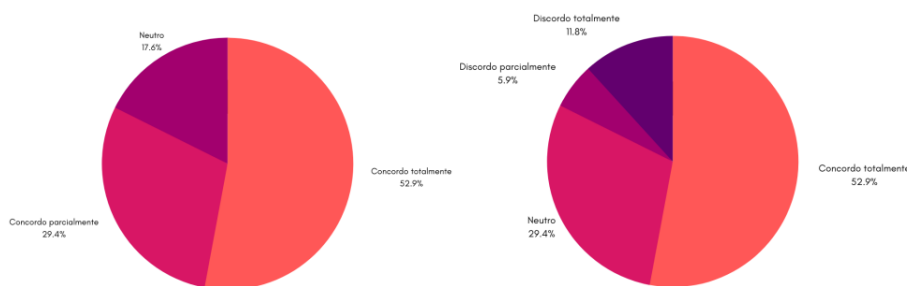
Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

O segundo cruzamento de dados foi feito de forma tripla, relacionando as redes de apoio (Figura 3), o aumento da realização de tarefas domésticas e as discentes se sentindo sobrecarregadas (Figura 4).

Teoricamente, se pode achar que por sete mulheres terem assinalado as opções de concordância total ou parcial de possuírem redes de apoio, que elas não teriam aumento de tarefas ou se sentiriam sobrecarregadas, entretanto, quatro marcaram realizar sim mais tarefas e cinco se sentem sobrecarregadas. Assinalaram essas alternativas apesar de todas terem informado em outra seção, em questão aberta, que essa rede de apoio era composta por familiares (pais e irmãos) e parceiros, que são pessoas que vivem na mesma casa.

Na Figura 5, o terceiro cruzamento diz respeito à insegurança para publicar, a constatação se publicou ou não e o distanciamento com o(a) orientador(a), ao qual para o pro-

**Figura 4.** À esquerda exibe resposta do questionamento se a participante sentia que possuía mais tarefas domésticas. À direita refere-se à existência do sentimento de sobrecarga.



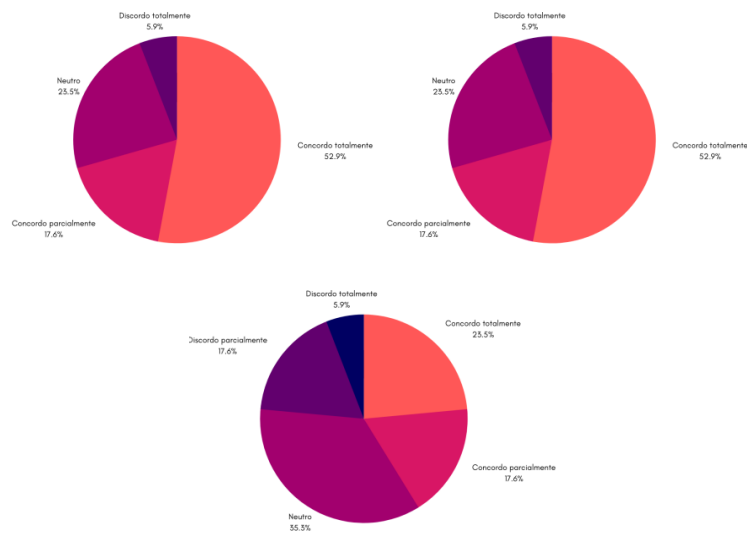
Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

grama, é necessária a parceria entre ambos na construção dos artigos científicos. Entre o distanciamento com os colegas, pontua-se que muitas vezes tais encontros são provenientes das reuniões em Grupos de pesquisa, significando, portanto, que boa parte das participantes afastaram da participação destes encontros, assim como não tiveram o apoio desta rede de suporte. Ao perceber tal dado, questiona-se de fato os grupos de pesquisas cumprem a função de rede de suporte emocional e acadêmico, haja vista que as participantes da pesquisa se afastaram dos encontros em um momento de urgência e emergência em toda a sociedade. Surge a necessidade futura de melhor estudar como as pesquisadoras sentem a função dos Grupos de pesquisa. Mas, as autoras hipotetizam que em quantitativo impere que os Grupos de pesquisam sejam um ambiente de forte cobrança em maior produtividade e pouco acolhimento das angustias que as pesquisadoras possam vir a sentir, referente ao meio acadêmico e os demais ambientes que as mulheres vivenciam.

Das seis mulheres que concordam totalmente que se sentem inseguras para publicar, apenas uma publicou, e, dentre elas metade concorda totalmente que se distanciou do orientador(a) e a metade se considerou neutra - dentre elas, a que publicou. Entre as sete mulheres que concordam parcialmente que se sentem inseguras para publicar, três publicaram e mantêm mais contato com os orientadores do que as que não publicaram. Das quatro mulheres restantes, todas se demonstraram neutras em relação à insegurança, apenas uma não publicou e duas se mantêm próximas do(a) orientador(a). Pode-se perceber nesses cruzamentos, que quanto menos insegura a discente se sente em relação a publicar, mais ela se aproxima do(a) orientador(a) ou é incentivado por essa pessoa de fato publicar. Já as pessoas que relatam que se sentem mais inseguras, acabam não tendo esse apoio. Como dito anteriormente, a universidade ficou com portões fechados por seis meses e esse distanciamento pode ter contribuído para a diminuição do contato social, principalmente para aquelas que já finalizaram as disciplinas obrigatórias.

A Lei nº 8080/90 dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, no artigo terceiro estabelece que a saúde tenha como fatores determinantes e condicio-

**Figura 5.** À esquerda refere-se á existência do sentimento de insegurança para publicação. Ao centro refere ao grau de distanciamento com orientador(a). À direita, refere-se ao grau de distanciamento com os colegas.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

nantes, “entre outros [...] o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País” (BRASIL, 1990). Sabendo disso, o isolamento social, vivenciado na era pandêmica do Covid-19, pode favorecer agravos na saúde dos corpos, haja vista que foi impossibilitado o pleno direito de ir e vir no meio urbano, podendo impactar significativamente no aumento da insegurança para publicação. Ainda que o momento vivido possa ter ampliado este sentimento, destaca-se a mulher vêm historicamente lutando por direitos que foram negados, pelo simples fato de possuírem tal gênero e o ambiente acadêmico, como apontado anteriormente, pode ser visto ainda como um lugar de constante conflito de forças para as mulheres.

## Conclusão

Foi solicitada às voluntárias que estas respondessem à pergunta tema do artigo, também proposta pela organização do edital de ser respondida para as autoras deste artigo. “O que é ser mulher cientista em tempos de COVID-19?” essa pergunta ressoa até o momento da entrega final deste artigo. São tempos desafiantes para as mulheres pesquisadoras manterem o alto padrão que o academicismo prega: leituras exaustivas, regras em mínimos detalhes, concentração para a clareza das ideias em momentos de construção textual, incertezas frente ao objeto de pesquisa, aos rígidos prazos, aos flexíveis prazos, e entre outros tantos atravessamentos.

Conforme as entrevistadas desta pesquisa, ser mulher cientista neste país é “ser resistência e ser resiliente” e, apesar de “mais do que nunca ter a oportunidade de contribuir para novos projetos de sociedade”, é “extremamente cansativo”, pois estão

“sobrecarregadas”. “É ter incerteza. Incerteza sobre a nossa saúde e da nossa família. Incerteza sobre o nosso trabalho, resultados e rendimentos. Incerteza sobre os processos e sobre as possibilidades de realizá-los e concluí-los. Incerteza sobre o país e sobre quando tudo isso vai passar. Essas incertezas aumentaram, e muito, a minha insegurança. O sentimento que tenho é que nunca me senti tão vulnerável”. Elas se sentem “uma verdadeira equilibrista, por dar conta de tantas atividades ao mesmo tempo e manter ainda certa sanidade mental em meio a tanto caos”. Houve “mudanças de rotas, sobrecarga física e/ou emocional, insegurança e falta de concentração para refletir, produzir e concluir sobre as questões da pesquisa, e outras”.

Como se não bastassem às dificuldades acarretadas pelo momento atual, elas ainda precisam lidar com o machismo ao qual são submetidas em casa e pela academia: “é dar conta do trabalho acadêmico em paralelo com o trabalho invisível, que é o trabalho doméstico e de cuidado. É um trabalho invisível porque ele não é quantificado, não é considerado produtivo, mas é essencial para a manutenção da vida. É também tentar conscientizar e evidenciar aos homens a nossa volta sobre a estrutura patriarcal que vivemos, e que está escancarada na pandemia”. “A situação cotidiana fica mais explícita e realça como fatores sociais, domésticos e familiares recaem muito mais sobre os ombros femininos do que em qualquer outro”. E por fim, “ser uma mulher cientista com ou sem COVID-19 é extremamente cansativo. Temos que validar nossas opiniões por homens de forma constante e para, além disso, galgar posições relevantes exige uma flexibilização nas próprias regras. Para mim, enquanto mulher, por diversas vezes fui invalidada no meu discurso, durante minha pesquisa e minha trajetória acadêmica”.

Não é fácil ser uma mulher brasileira e cientista em tempos de COVID-19, há insegurança, as pessoas estão distantes tanto virtualmente quanto afetuosamente, a falta de acessos a lugares afeta a saúde mental e física e em alguns momentos se pensa em desistir. Porém, apesar da angústia e das cobranças, percebe-se a garra de cada uma em continuar pesquisando aquilo que acreditam e contribuindo com a sociedade.

## Referências

ARANHA, M. L. A. **Filosofia da educação**. São Paulo, SP: Moderna, 1993.

ARBEX, D. **Holocausto Brasileiro**. São Paulo, SP: Geração Editorial, 2013.

BEZERRA, N. Mulher e universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE OS SETE SABERES NECESSÁRIOS EDUCAÇÃO DO PRESENTE, 2010, 1. **Anais...** Fortaleza, CE: IEPRO, 2010. Disponível em: [https://www.mp.ba.gov.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-dasmulheres/artigostesesdissertacoes/teorias\\_explicativas\\_da\\_violencia\\_contra\\_mulheres/a\\_m%20ulher\\_e\\_a\\_universidade.pdf](https://www.mp.ba.gov.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-dasmulheres/artigostesesdissertacoes/teorias_explicativas_da_violencia_contra_mulheres/a_m%20ulher_e_a_universidade.pdf). Acesso em: 15 mai. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.**, Brasília, DF, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm). Acesso em: 15 jun. 2022.



HARVEY, D. **Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1992.

MELO, E. M.; MELO, V. H. **Para Elas. Por Elas, Por Eles, Por Nós**. Belo Horizonte, MG: Folium, 2016.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, PR, v. 17, n. 36, p. 15–23, 2010.

SILVA, G. C. C. et al. A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, RJ, v. 8, n. 2, p. 65–76, 2005. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-08582005000200006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582005000200006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 24 ago. 2021.

TELES, M. A. A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1999.

UFSJ. **Premissas do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade**. 2015. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pipaus/PIPAUS-Premissas.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2021.

# Mudanças nas políticas públicas para saneamento e ambiente no Brasil durante a pandemia de Covid-19

reflexões sobre os impactos para as mulheres

Julia Carolina Fatuch<sup>1</sup> e Emília Wanda Rutkowski<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual de Campinas - Unicamp

## Resumo

O presente artigo discute recentes alterações na legislação relacionada ao saneamento, que ocorreram durante a atual pandemia, e os potenciais impactos às mulheres. Quanto ao manejo de resíduos sólidos, as catadoras tiveram seus trabalhos prejudicados no período, apesar da importância socioambiental de suas atividades. Com relação ao tratamento de água e esgoto, a atualização do marco legal do saneamento básico facilitou a participação da iniciativa privada, com a justificativa de universalizar o acesso ao serviço. No entanto, como as áreas mais pobres não são necessariamente de interesse do setor privado, poderá resultar em mais injustiças ambientais, afetando principalmente as mulheres em situação de vulnerabilidade.

*Palavras-chave:* Gênero e Saneamento. Saneamento e Ambiente. Políticas Públicas. Mulheres na Pandemia.

## Introdução

A pandemia de Covid-19 tem nos mostrado como nosso ecossistema é vulnerável aos efeitos da poluição e das mudanças climáticas, decorrentes da negligência humana com o meio ambiente. Conforme demonstrado por Marazziti et al. (2021), a relação entre a pandemia e poluição ambiental foi bem explorada em diversos trabalhos ao redor do mundo.

Este deveria ser o momento, então, para encontrarmos esforços globais para a preservação ambiental. No entanto, no Brasil o movimento vem seguindo o sentido exatamente contrário do necessário. Foram enfraquecidas instituições, prejudicando a fiscalização ambiental federal e a gestão de áreas protegidas. Com orçamentos cortados e infraestrutura para operações de fiscalização reduzida, especialmente para conter o desmatamento na Amazônia, os órgãos federais competentes foram limitados. Durante a pandemia, embora tenha sido notado um aumento no desmatamento, o número de multas ambientais aplicadas reduziu em 72% (VALE et al., 2021).

Todos esses problemas ambientais não afetam igualmente todas as pessoas. A maior parte dos danos ambientais atingem populações de baixa renda, segmentos raciais dis-



CIÊNCIA, TECNOLOGIA &  
POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN: 2317-4854 (Online)

Editora:  
Bruna Carolina Garcia

Diagramação:  
Matheus Alves Albino

Publicado em:  
1 de Julho de 2022

Essa obra tem a licença  
"CC BY 4.0".



criminosos e parcelas marginalizadas, criando um cenário de Racismo Ambiental<sup>1</sup>, formado por injustiças sociais e ambientais. Por sua vez, a maior parte das pessoas em situação de pobreza extrema são mulheres, que, conseqüentemente, possuem menos recursos para adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, como por exemplo, enchentes e tempestades, que causam mais impactos em regiões desprovidas de infraestrutura adequada. Quando pensamos em mulheres negras, indígenas e quilombolas, são criadas condições de vulnerabilidade ainda maiores (OLIVERA et al., 2021).

Não foi necessário muito tempo de pandemia para surgirem publicações científicas que indicassem maior taxa de desempregos para mulheres, assim como a sobrecarga com as atividades domésticas e maior exposição ao risco de infecção (CARLI, 2020). Como constatado em um estudo realizado com estudantes acadêmicas de diversos países, as rotinas diárias de mulheres acadêmicas com crianças foram desproporcionalmente afetadas na pandemia (YILDRIM; ESLEN-ZIYA, 2021).

Em uma análise para a América Latina e Caribe, a ONU Mulheres reportou impactos específicos para mulheres, especialmente as de grupos marginalizados, como comunidades indígenas e afrodescendentes, comunidades rurais, migrantes e refugiadas, com o acesso reduzido a água potável e saneamento (ONU MULHERES, 2020).

Em ambientes urbanos, Ruprecht et al. (2020) demonstraram que a pandemia tem afetado desproporcionalmente as pessoas de acordo com sua identidade de gênero, etnia e orientação sexual, sendo que esta tendência foi observada em grupos marginalizados.

Embora no início do período pandêmico tenham sido observadas melhorias para alguns indicadores ambientais, como para a qualidade do ar e a poluição sonora, em razão da redução do tráfego de veículos durante os períodos de lockdown ou quarentena, a geração de resíduos biomédicos, como luvas, máscaras, seringas e frascos, aumentou intensamente. A reciclagem reduziu em muitos países, especialmente no início da pandemia, a fim de evitar contaminação de trabalhadores, ou em razão da falta de materiais para catadores (SINGH; MISHRA, 2021).

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que contemplam ações a serem desenvolvidas pelos países para a proteção ambiental e erradicação da pobreza global, também têm sido mais difíceis de serem atingidos com a pandemia. São 17 Objetivos, sendo que o Objetivo número 5, denominado “igualdade de gênero”, contempla alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Ao avaliar possíveis impactos da pandemia nos ODS, Wang e Huang (2021) relacionaram diversos impactos negativos, através de uma detalhada revisão bibliográfica, tais

---

1 Segundo Porto, Pacheco e Leroy (2013), a luta contra o racismo ambiental se iniciou nos Estados Unidos, no final da década de 1970, quando foi demonstrada a presença de populações negras em locais escolhidos para a implantação de estabelecimentos potencialmente poluidores. Nas décadas seguintes, o racismo ambiental passou a abranger os movimentos de justiça ambiental que contemplam a relação com a classe social, etnia e gênero.

como: aumento da violência contra mulheres e meninas; o trabalho na economia informal aumenta a probabilidade de as mulheres ficarem desempregadas; direitos das mulheres prejudicados; salário diferente para trabalho igual. Outro Objetivo, o de número 6, chamado “água potável e saneamento”, também tem sido negativamente afetado, compreendendo a redução da água potável, instalações reduzidas para higienização, aumento do risco de propagação de doenças e risco de interrupção do abastecimento de água.

Em uma revisão de diversas publicações que relacionam Covid-19 e meio ambiente, Shakil et al. (2020) sugeriram pesquisas futuras para compreender a relação entre gênero e os casos da doença, a fim de reduzir a transmissão e taxas de mortalidade em grupos vulneráveis.

Diante de todo o exposto, é possível concluir que a pandemia pode ocasionar os mais diversos efeitos ao meio ambiente, afetando as mulheres de modo desigual. Neste sentido, como estudante da área de Saneamento e Ambiente, escolhi dois temas do saneamento que sofreram alterações legais durante a pandemia: manejo de resíduos sólidos e tratamento de água e esgoto.

O saneamento básico é compreendido pelo conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas (BRASIL, 2020).

Tais alterações podem até mesmo não terem sido percebidas por grande parte da população, mas têm potencial impacto às mulheres. Apesar de serem várias as publicações sobre mulheres e pandemia, por se tratar de um assunto relativamente recente, ainda há poucos estudos descrevendo como essa crise ambiental, agravada pela pandemia, afeta as mulheres.

O objetivo deste artigo é apresentar os possíveis impactos de atos legais sancionados durante a pandemia de Covid-19, relacionados à temática ambiental, às mulheres brasileiras, a partir da análise da literatura e da legislação.

## **1 Resíduos sólidos, Covid-19 e as Mulheres**

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei Federal nº 12.305 de 2010, possui como um de seus princípios a integração de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, através do incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, formadas por pessoas físicas de baixa renda. Por meio da PNRS, um dos objetivos é proporcionar a inclusão social e a emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis (BRASIL, 2010).

Segundo o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), a maior parte é do gênero feminino (70%), sendo que muitas são negras e chefes de famí-

lia. Portanto, é uma atividade de grande importância social e ambiental no Brasil (MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, 2014). No entanto, os trabalhos de catadores, com o início da pandemia global, foram prejudicados, por serem realizados em espaços públicos, com alto potencial de contaminação, resultando em uma situação de alta vulnerabilidade. O assunto foi estudado pelas Defensorias Públicas do Estado e da União, que recomendaram medidas de segurança e subsistência para a categoria (SÃO PAULO, 2020).

Diante desta exposição, observamos que as catadoras compreendem um grupo muito vulnerável social e ambientalmente, que obtém sua renda a partir de materiais que são considerados inservíveis para boa parte da população, promovendo um trabalho que grande importância para o meio ambiente.

Ao contrário do esperado para a gestão dos resíduos sólidos, uma das polêmicas ações do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) e Ministério do Meio Ambiente, durante a pandemia, foi regulamentar a queima de resíduos sólidos em fornos da indústria cimenteira, através da Resolução Conama/MMA nº 499, publicada em outubro de 2020 (CONAMA, 2020). Destaco o parágrafo 4º, inciso II, do artigo 11 da referida Resolução, conforme grifos abaixo:

Art. 11. São permitidos, para fins de coprocessamento em fornos de produção de clínquer, resíduos ou misturas de resíduos passíveis de serem utilizados como substituto de matéria-prima e/ou de combustível, desde que as condições do processo assegurem o atendimento às exigências técnicas e aos parâmetros fixados na presente Resolução, comprovados a partir dos resultados práticos do Plano do Teste de Queima proposto.

...

§ 4º considera-se que há **ganhos ambientais** quando ocorrem eventos tais como:

I - a redução de emissão de substâncias poluentes, gases de efeito estufa, entre outros;

II - **a eliminação ou a redução da necessidade de disposição final de resíduos...** (CONAMA, 2020)

De acordo com a PNRS, a disposição final ambientalmente adequada é a distribuição ordenada de rejeitos em aterros. A queima dos resíduos sólidos, na forma proposta da referida Resolução, seria uma alternativa para os rejeitos em aterros sanitários, contrariando a referida Política.

É importante destacar que, no Brasil e em muitos outros países, mesmo nos aterros sanitários é possível encontrar materiais que ainda possam ser utilizados, retornando ao ciclo produtivo. Tal prática, denominada “mineração dos aterros”, pode ser uma ferramenta estratégica para alcançar os ODS, pois, através da mesma, é possível encontrar materiais valiosos, como os metais, incluindo terras-raras. Ainda, a mineração de aterros promove a inclusão social das catadoras (CALDERÓN MÁRQUEZ et al., 2019).

Observamos, portanto, que a pandemia desencadeou não apenas um problema ambiental, que foi a redução da separação de materiais reutilizáveis e recicláveis, mas também afetou diretamente as mulheres e mães catadoras, que tiveram suas atividades profissionais prejudicadas e passaram a depender de programas de auxílios sociais, insuficientes para custear suas despesas essenciais e sustentar suas crianças. Ainda, a resolução publicada abre caminhos para facilitar a queima de resíduos sólidos, incluindo resíduos com concentrações de poluentes orgânicos persistentes superiores aos valores estabelecidos, desde que haja o “ganho ambiental” descrito no artigo 11 (CONAMA, 2020).

Assim, os problemas ambientais resultantes da pandemia afetam as mulheres de forma desproporcional, principalmente as mais vulneráveis, como é o caso das catadoras.

## 2 Tratamento de Água e Esgoto, Covid-19 e as Mulheres

Durante a pandemia, o consumo de água para higienização aumentou e a disponibilidade hídrica foi afetada, em razão também de fatores climáticos. Neste ano, a Agência Nacional de Águas (ANA), alertou para a seca extrema em alguns estados (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2021).

O aumento do desmatamento e de queimadas, o enfraquecimento da fiscalização e outras medidas que resultam na precariedade da proteção ambiental, adotadas de forma oportunista durante a pandemia, podem agravar a disponibilidade de água no Brasil, afetando ainda mais as mulheres.

A falta de água não atinge toda a população da mesma forma. Nas favelas, por exemplo, as mulheres são atingidas pela escassez de água e outros recursos, associada à falta de cumprimento de obrigações familiares por parte dos homens. Essas mulheres, dentre outros inúmeros problemas que enfrentam, tentam fazer a “gestão” de suas águas de forma autônoma, que resulta muitas vezes em conflitos com outras moradoras (FERNANDES, 2020). Em áreas urbanas, situações críticas de manejo de águas pluviais acontecem frequentemente em regiões mais pobres, tanto em razão da falta de infraestrutura, como também porque, sem opção, as pessoas habitam inadequadamente às margens dos corpos d’água.

No cenário pandêmico, após muitos anos em tramitação, foi sancionado o novo Marco Legal do Saneamento Básico, a Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020 (BRASIL, 2020). Tal lei tem como objetivo a universalização do saneamento, a fim de que toda a população brasileira possa ter acesso à água potável e ter seu esgoto tratado.

No entanto, a lei possibilita maior participação e investimentos privados no saneamento, afastando a responsabilidade pública. É importante pontuar que o modelo adotado pelo Brasil, através do referido marco legal, não é uma tendência internacional, mas que já foi testado e rejeitado em outros países, por diversos motivos, incluindo baixa qualidade na prestação do serviço e aumento significativo nos preços e tarifas. Em

se tratando de setor privado, com finalidade lucrativa, não é certo que as regiões pobres terão recursos alocados de forma justa e igualitária (DE SOUSA, 2020).

Recentemente, foram destacados pela mídia estudos realizados pelo *Instituto Trata Brasil*, realizados com base em dados governamentais secundários, chamando à atenção de como as mulheres são mais prejudicadas pela falta de saneamento adequado. Contudo, tal Instituto compreende uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) formada por diversas empresas privadas com interesse no saneamento básico, mostrando como o setor privado consegue utilizar dados para defender seus interesses na ampliação da privatização, resultando na desqualificação da gestão pública, ao invés de defenderem sua viabilidade (BRITO, 2018).

Neste sentido, a privatização do saneamento básico, que já vinha sendo discutida há anos, mas com muitas ressalvas, encontrou a oportunidade de ser aprovada no atual contexto político, deixando bastante insegurança com relação aos benefícios à população, especialmente às parcelas mais vulneráveis. Diante do exposto, é necessário refletir sobre a privatização como caminho para a universalização do saneamento, e se as maiores beneficiadas serão as mulheres ou as empresas privadas de saneamento.

## Conclusão

Através deste artigo, abrangendo dois eixos da temática do saneamento ambiental, foi possível analisar alterações na legislação realizadas durante a pandemia e refletir sobre os potenciais impactos às mulheres. Por se tratar de um tema recente e atual, ainda não foram encontrados estudos que avaliassem as mesmas políticas no contexto da pandemia. Há, ainda, muitas outras alterações legais que estão em curso ou que já foram realizadas na temática ambiental e que precisam ser analisadas.

Com relação aos resíduos sólidos, os avanços das discussões sobre a incineração de resíduos não explicitam como será a participação das catadoras, associações e cooperativas que atuam nesse processo, promovendo a economia solidária e fortalecendo os movimentos sociais. Ainda, poderá ser reduzida a disponibilidade de materiais recicláveis, afetando as catadoras, que compreendem grupos formados por mulheres, principalmente mães, de grupos mais vulneráveis.

Quanto ao tratamento de água e esgoto, a ampliação da participação privada não é necessariamente o caminho para a universalização do serviço, principalmente em localidades mais pobres, onde não há interesse de atuação por parte da iniciativa privada. Ao contrário, pode resultar em mais desigualdade e injustiça social para as mulheres.

## Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Monitor de Secas**. 2021. Disponível em: <http://monitordesecas.ana.gov.br/mapa?mes=6&ano=2021>. Acesso em: 15 jun. 2022.



BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências**, Brasília, DF, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm). Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. **Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 e dá outras providências**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.026-de-15-de-julho-de-2020-267035421>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRITO, A. L. Estudo Proposições para acelerar o avanço da política de saneamento no Brasil: Tendências atuais e visão dos agentes do setor. In: HELLER, L. **Saneamento como política pública: um olhar a partir dos desafios do SUS**. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2018. p. 91. Disponível em: [https://cee.fiocruz.br/sites/default/files/2\\_Leo%20Heller%20et%20al\\_saneamento.pdf..](https://cee.fiocruz.br/sites/default/files/2_Leo%20Heller%20et%20al_saneamento.pdf..) Acesso em: 27 ago. 2021.

CALDERÓN MÁRQUEZ, A. J. et al. Landfill mining as a strategic tool towards global sustainable development. **Journal of Cleaner Production**, Cambridge, MA, v. 226, n. 1, p. 1102, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959652619311345?via=ihub..> Acesso em: 24 ago. 2021.

CARLI, L. L. Gender equality and Covid-19. **Gender in Management**, Bradford, UK, v. 35, n. 1, p. 647, 2020. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/GM-07-2020-0236/full/pdf?title=women-gender-equality-and-Covid-19..> Acesso em: 24 ago. 2021.

CONAMA. Resolução Conama/MMA nº 499, de 6 de outubro de 2020. **Dispõe sobre o licenciamento da atividade de coprocessamento de resíduos em fornos rotativos de produção de clínquer**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-conama/mma-n-499-de-6-de-outubro-de-2020-281790575>. Acesso em: 24 ago. 2021.

DE SOUSA, A. C. A. O que esperar do novo marco do saneamento? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 36, p. 12, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/S4RRsCRpr4XqGYwzCh5gnwz/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2021.

FERNANDES, C. A força da ausência. A falta dos homens e do “Estado” na vida de mulheres moradoras de favela. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, RJ, v. 36, n. 1, p. 206, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/q6T8GxYmvPy3k6jN6fbRbZB>. Acesso em: 24 ago. 2021.

MARAZZITI, D. et al. Climate change, environment pollution, Covid-19 pandemic and mental health. **Science of the Total Environment**, Amsterdam, Netherlands, v. 773, n. 1, p. 145–182, 2021.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Mulheres são maioria entre catadores de materiais recicláveis**. 2014. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas>. Acesso em: 31 mai. 2022.



OLIVERA, M. et al. A dimensão de gênero no Big Push para a Sustentabilidade no Brasil: as mulheres no contexto da transformação social e ecológica da economia brasileira. In: COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Documentos de Projetos (LC/TS.2021/6; LC/BRS/TS.2021/1)**. Santiago, Chile e São Paulo, SP: CEPAL/Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2021. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46643/1/S2000925\\_pt.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46643/1/S2000925_pt.pdf). Acesso em: 24 ago. 2021.

ONU MULHERES. **Latin America And The Caribbean Rapid Gender Analysis For Covid-19**. 2020. Disponível em: <https://www2.unwomen.org/-/media/field%20office%20americas/documents/publicaciones/2020/05/enlac%20rga%20report%20english%20final%20junio2%201comprimido.pdf?la=en&vs=250>. Acesso em: 24 ago. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução A/RES/70/1. **Resolução adotada pela Assembleia Geral em 25 de setembro de 2015**, New York, NY, 2015. Disponível em: [https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A\\_RES\\_70\\_1\\_E.pdf](https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_70_1_E.pdf). Acesso em: 24 ago. 2021.

PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J. P. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos**. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2013.

RUPRECHT, M. M. et al. Evidence of Social and Structural Covid-19 Disparities by Sexual Orientation, Gender Identity, and Race/Ethnicity in an Urban Environment. **Journal of Urban Health**, New York, NY, v. 98, n. 1, p. 27-40, 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11524-020-00497-9>. Acesso em: 24 ago. 2021.

SÃO PAULO. Defensoria Pública da União e Defensoria Pública do Estado de São Paulo. **Ofício nº 72/2020/DPU/DPE/SP/NCDH**, São Paulo, SP, 2020. Disponível em: [https://www.dpu.def.br/images/stories/pdf\\_noticias/2020/Of%C3%ADcio\\_Recom.\\_Cjto-NCDH\\_DPU-catadores\\_-\\_vers%C3%A3o\\_final\\_-\\_assinada\\_1.pdf](https://www.dpu.def.br/images/stories/pdf_noticias/2020/Of%C3%ADcio_Recom._Cjto-NCDH_DPU-catadores_-_vers%C3%A3o_final_-_assinada_1.pdf). Acesso em: 24 ago. 2021.

SHAKIL, M. H. et al. Covid-19 and the environment: A critical review and research agenda. **Science of The Total Environment**, Amsterdam, Netherlands, v. 745, n. 141022, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0048969720345514>. Acesso em: 24 ago. 2021.

SINGH, V.; MISHRA, V. Environmental impacts of coronavirus disease 2019 (Covid-19). **Biore-source Technology Reports**, v. 15, n. 1, 2021. Disponível em: [www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2589014X21001225](http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2589014X21001225). Acesso em: 24 ago. 2021.

VALE, M. M. et al. The Covid-19 pandemic as an opportunity to weaken environmental protection in Brazil. **Biological Conservation**, v. 255, n. 108994, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S000632072100046X>. Acesso em: 24 ago. 2021.

WANG, Q.; HUANG, R. The impact of Covid-19 pandemic on sustainable development goals – A survey. **Environmental Research**, v. 202, n. 111637, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0013935121009312>. Acesso em: 24 ago. 2021.

YILDRIM, T.; EYLEN-ZIYA, H. The differential impact of Covid-19 on the work conditions of women and men academics during the lockdown. **Gender Work and Organization**, v. 28, n. 1, p. 243, 2021. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/gwao.12529>. Acesso em: 24 ago. 2021.

# Deve-se combater a violência contra a mulher através de políticas para os autores?

Alice da Silva Santos de Sousa<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

---

## Resumo

O tema violência contra a mulher tem sido muito debatido e combatido atualmente, mas se faz necessário envolver nesse debate os autores de tais violências. A Lei 11.340/06 possui previsão legal para as intervenções junto aos autores de violência doméstica. No âmbito acadêmico este debate tem sido feito, porém ainda carece de maior amplitude. Por isso torna-se necessária uma revisão literária crítica em busca de maior visibilidade para esta problemática. Diante desse cenário, o objetivo deste ensaio é refletir sobre a previsibilidade dos atendimentos aos autores de violência doméstica, compreendendo os estereótipos dados pela sociedade às mulheres e aos homens e ainda entendendo como a dinâmica do ciclo de violência ocorre. Tais reflexões nos possibilitam combater com maior assertividade a violência contra a mulher.

*Palavras-chave:* Violência contra a mulher. Violência doméstica. Lei Maria da Penha. Autores de violência. Políticas Públicas.

---

## Introdução

A violência contra a mulher tem sido muito debatida atualmente, mas não é um assunto tão recente. Este debate tem ocorrido com maior afinco a partir do final dos anos 70 e início dos anos 80 em nosso país, período esse que, segundo Santos (2018), foi de redemocratização do Brasil, marcado pelos movimentos sociais. Para refletirmos acerca desta problemática será feita uma revisão de literatura<sup>1</sup> que, de acordo com Figueiredo (1990, p. 131), consiste em dois formatos: “Revisão anual, descritiva e ampla das contribuições da literatura a determinada área de estudos; Revisão, seletiva, crítica e analítica, focalizando um problema científico particular e sua solução”. Além disso, ela busca preencher dois papéis que para a autora estão interligados, sendo estes, a função histórica como parte do desenvolvimento da ciência e a função de atualização do profissional de qualquer área, deixando-o atualizado em relação ao desenvolvimento da ciência e da sua literatura.

Primeiramente faz-se um recorte histórico sobre a visão que temos em relação aos papéis masculinos e femininos, constatando-se como o patriarcalismo nos impôs estereótipos que buscaram sempre legitimar a sociedade capitalista, estereótipos estes,

---

<sup>1</sup> Os autores ainda conceituam *review* como sendo o mesmo que artigo de estado da arte (*state of the art*); estas publicações, por sua vez, são também conhecidas como relatórios do estado da arte, ou ainda como progress reports ou relatórios de avanços em determinada área (FIGUEIREDO, 1990, p. 134).

por exemplo, como a mulher enquanto ser frágil, delicada, e o homem um ser forte e viril. Em seguida é explicitada a questão da violência contra a mulher, através dos tipos de violência e do seu ciclo, além da análise da violência, que ganhou maior visibilidade em nosso país devido aos movimentos feministas nas décadas de 80 e 90, culminando no século XXI com a conquista da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), considerando a violência contra a mulher uma violação de direitos humanos. No último tópico são abordadas as intervenções com os autores de violência através de grupos reflexivos, que possuem garantia legal por meio da Lei Maria da Penha, sendo esta uma intervenção importante tanto para a mulher quanto para o homem.

## 1 O feminino e o masculino na história

Na sociedade ocidental sempre coube aos homens o papel de demonstração de virilidade, força, decisão, estando sempre como protagonistas de sua história e também da história de vida da mulher, não importando ser ela esposa ou irmã. Para eles estava pautado o poder da tomada de decisão, com soberania, sendo imputada uma dominação sobre a mulher. Conforme afirma Teles e Melo (2003), existia assim um controle masculino, que foi forjado em um primeiro momento pela força bruta. Novos métodos e formas de dominação masculina foram sendo incorporados em diversas áreas da sociedade, como na cultura, nas leis e na política, dentre outras. E essa dominação fica ainda mais latente no século XIX com o advento do capitalismo que pauta o sexo feminino como um impeditivo ao desenvolvimento social e “a inferiorização social da mulher, passa a interferir de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais” (SAFFIOTI, 2013, p. 66). Temos assim uma sociedade que impõe barreiras para o desenvolvimento e integração da mulher, visando exclusivamente à regulação da ordem capitalista de uma sociedade competitiva.

[...] A mulher faz, portanto, a figura do elemento obstrutor do desenvolvimento social, quando, na verdade, é a sociedade que coloca obstáculos à realização plena da mulher. As barreiras que a sociedade de classes coloca à sua integração social, todavia, não apresentam, no processo de seu aparecimento e vigência, muita uniformidade. Na medida em que esses obstáculos são regulados pelas necessidades da ordem imperante na sociedade competitiva, e não pela necessidade que porventura tenham as mulheres de se realizar através do trabalho, as oportunidades sociais oferecidas aos contingentes femininos variam em função da fase de desenvolvimento do tipo social em questão ou, em outros termos, do estágio de desenvolvimento atingido por suas forças produtivas (SAFFIOTI, 2013, p. 66-67).

A figura feminina, devido ao fato de sempre ter atrelado a si um caráter submisso, que advém há milênios por parte de outras sociedades, se tornou na sociedade capi-

talista algo de grande relevância para a sua exploração produtiva. “[...] A consciência de que os homens da burguesia tinham da situação da mulher representava também um dado importante da colocação em prática de tal sistema de exploração” (SAFFIOTI, 2013, p. 72). O patriarcalismo impôs às mulheres condições de subordinação ao homem, perpetuando juntamente a condição de submissão da mulher e colocando-a em um patamar de inferioridade, fazendo com que homens e mulheres acreditem que estas são frágeis, volúveis, dependentes, instáveis emocionalmente e também que “as mulheres eram seres perigosos e que todas as partes do seu corpo podiam provocar desgraça.” (TELES; MELO, 2003, p. 31–32). Dentro dessa perspectiva, a mulher tinha inclusive sua felicidade condicionada à relação de casamento, que a colocava em uma posição social e de estabilidade.

A felicidade pessoal da mulher, tal como era então entendida, incluía necessariamente o casamento. Através dele é que consolidava sua posição social e se garantia sua estabilidade ou prosperidade econômica. [...] as mulheres dada a sua incapacidade civil, levavam uma existência dependente de seus maridos. [...] Sob a capa de uma proteção que o homem deveria oferecer à mulher em virtude da fragilidade desta, aquele obtinha dela, ao mesmo tempo, a colaboração no trabalho e o comportamento submisso que as sociedades de família patriarcal sempre entenderam ser dever da mulher desenvolver em relação ao chefe da família (SAFFIOTI, 2013, p. 63).

Saffioti (2013) nos aponta que de uma forma ou de outra as mulheres sempre estiveram inseridas no âmbito do trabalho, não apenas na sociedade capitalista, mas é dentro desse sistema que vemos a exploração sofrida pela mulher ser ainda maior, quando a mesma está na camada pobre e tem no trabalho o meio de subsistência para si e para a sua família. Embora as mulheres sempre tenham sido estigmatizadas pelo caráter de inferioridade a elas atribuído pelos homens, estas, mesmo em minoria, sempre desempenharam um papel de trabalho, seja no âmbito privado, que era mais comum, ou no âmbito público.

No Brasil, já em meados do século XIX, com a intensificação do processo de urbanização, mesmo de forma bastante tímida a mulher passou a transitar um pouco mais pela cidade, apesar de ainda estar inserida quase que exclusivamente na dedicação à família, à Igreja e às festas. É importante destacar que se trata de mulheres brancas e de classe alta, pois as mulheres negras, devido a suas condições desde a escravidão, eram postas a desempenhar um papel mais ativo para o trabalho. Nascimento (2019) distingue bem a diferença entre a mulher branca e a mulher negra no século XIX, tendo a mulher branca os papéis de esposa e de mãe, com a vida totalmente dedicada a casa e aos filhos. E para a mulher negra o papel era de mulher produtora, trabalhadora, semelhante ao homem negro. Esse resgate é de extrema importância, pois quando o

fazemos podemos perceber que a mulher na sociedade brasileira nunca foi tratada com equidade em seu próprio gênero.

A partir de meados do século XX e com o grande impulsionamento da industrialização nos anos de 1930, há modificações no contexto da economia com a modernização da vida econômica, o que propicia uma abertura um pouco maior em relação à escolarização da mulher. Houve assim um avanço para as mulheres “[...] em virtude de se terem alterado profundamente os seus papéis no mundo econômico. O trabalho nas fábricas, nas lojas, nos escritórios rompeu com o isolamento que vivia grande parte das mulheres [...]” (SAFFIOTI, 2013, p. 256). Apesar de tais avanços não se pode deixar de ressaltar que foi um período de transição, com uma influência da Igreja Católica em relação à família para manter os “bons costumes”. Nesse contexto temos a mulher sendo inserida na educação, com direito a cursar o nível superior e direito ao voto, com a Constituinte de 1934. Nas últimas décadas do século XX estava posta uma modificação do papel da mulher na sociedade.

A maior escolarização e a profissionalização da mulher acarretaram um contato social mais amplo e constante; como consequência, o questionamento se intensificou e atingiu muitas áreas. Os seus efeitos estão presentes até hoje. Isto significa existir um descontentamento com o passado, uma análise depreciativa de como as mulheres eram criadas, da sua submissão, dos limites estreitos impostos ao seu movimento dentro dos grupos sociais e às possibilidades de escolha profissional. Todos esses aspectos aparecem na discussão, quer de grupos feministas quer de outros que passam a enfatizar o excesso de trabalho que recai sobre a mulher que, agora, mantém atividades fora do lar, mas ainda é a responsável pelo bom andamento da casa, dos filhos e do bem estar do marido. É como se um caldeirão estivesse no fogo, pronto para entrar em ebulição a qualquer momento (BIASOLI-ALVES, 2000, p. 237).

Apesar dessa importante conquista sabemos que ela não foi igualitária para todas as mulheres, pois “numa sociedade como a brasileira, em que a dinâmica do sistema econômico estabelece espaços na hierarquia de classes, existem alguns mecanismos para selecionar as pessoas que irão preenchê-los” (NASCIMENTO, 2019, p. 261). Então, podemos compreender que a educação para as mulheres negras não chegou da mesma forma que para as mulheres brancas<sup>2</sup>, esta foi fruto de muita luta do movimento negro para que as mulheres negras pudessem obter acesso à educação.

Entre os séculos XVIII e XIX temos no Brasil uma construção de nacionalidade que acarreta ao homem, segundo (GAMA; LYRA, 2014), ter a valorização de um tipo físico

2 “[...] elemento de grande importância para a legalização da instrução à população negra e às mulheres negras no Brasil, será o Movimento Negro Brasileiro, que se levantará para motivar o povo à conquista. Surgindo no início do século XX [...]” (OLIVEIRA, 2014, p. 1595).

pautado na força e na dominação. E devido a essa valorização, novas performances e rótulos passam a permear os homens, mais precisamente, no Brasil. A partir do século XX temos os padrões masculinos sendo ainda mais moldados. No “[...] contexto envolto por guerras, vê-se crescer e serem forjados ainda mais fortemente padrões masculinos pautados na coragem e na bravura como regras [...]” (GAMA; LYRA, 2014, p. 2839).

A partir dos anos 1970 as mulheres passam a adquirir maior abertura no mercado de trabalho. Isso advém mais precisamente da reestruturação produtiva, com o capitalismo e sua característica de se obter ainda mais lucro, com o advento do neoliberalismo. Além disso, alguns fatores, como a deterioração do salário dos trabalhadores, expansão da escolaridade das mulheres, o crescimento da urbanização, já mencionados aqui, e os movimentos feministas contribuíram para a expansão do trabalho feminino, acarretando grandes conquistas para as mulheres até os dias atuais.

## 2 Violência contra as mulheres e a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha)

Anteriormente vimos que as mulheres em seu percurso histórico na sociedade ocidental foram estigmatizadas pelo patriarcalismo e pelo machismo, que as puseram em condições de desigualdade e inferioridade em relação ao homem, sendo estas discriminadas e consideradas em condições subalternas, o que se perpetua até hoje. Com a redemocratização do Brasil, na década de 70 as mulheres começaram a ganhar força com os movimentos feministas<sup>3</sup>, trazendo à tona a pauta de igualdade de gênero<sup>4</sup>. Vale ainda ressaltar que nesse contexto está engendrada a luta do movimento feminista negro<sup>5</sup>. E na década de 80 há maior discussão acerca da violência contra a mulher, ocorrendo o crescimento das políticas públicas de gênero que ganham peso e visibilidade devido a dois tratados internacionais, que são a Convenção da Organização das Nações Unidas sobre Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar. No Brasil o maior avanço foi na década de 90 com a Convenção de Belém do Pará, que definiu e detalhou aspectos importantes da violência contra a mulher reconhecendo a violência contra a mulher como uma violação de direitos humanos “[...] ainda que ocorra no âmbito da família ou unidade doméstica, interessa à sociedade e ao poder público” (TELES; MELO, 2003, p. 68).

Podemos entender que a violência contra a mulher constitui-se:

- 3 É sabido que, no fim dos anos 1970, os assassinatos de mulheres cometidos pelos respectivos maridos, ex-maridos e companheiros, localizados nos segmentos de classe média, ganharam visibilidade midiática e das autoridades. Esse processo culminou na mobilização da militância feminista, que passou a demandar políticas públicas de combate à violência contra as mulheres (BANDEIRA, 2014, p. 300).
- 4 A partir da década de 1980 passa-se a discutir o termo “gênero” não se tratando do sexo, mas referindo-se “[...] às relações sociais de poder e às representações sobre os papéis e comportamento dos gêneros masculino e feminino na nossa sociedade [...]” (PEREIRA, 2005, p. 6).
- 5 O Movimento de Mulheres Negras enquanto contra discurso surge a partir de demandas ausentes nas reivindicações propostas pelo feminismo dominante, a fim de pensar as necessidades das políticas da diversidade que contemplam a existência das mulheres negras, assim como aquelas que se identificam como não-brancas (COSTA, 2020, p. 1).

[...] em fenômeno social persistente, multiforme e articulado por facetas psicológicas, moral e física. Suas manifestações são maneiras de estabelecer uma relação de submissão ou de poder, implicando sempre situações de medo, isolamento, dependência e intimidação para a mulher. É considerada como uma ação que envolve o uso de força real ou simbólica por parte de outrem com a finalidade de submeter o corpo e a mente à vontade e à liberdade de alguém (BANDEIRA, 2014, p. 304).

Considera-se enquanto violências cometidas contra a mulher: a violência de gênero<sup>6</sup>, violência doméstica, violência intrafamiliar, violência física, violência sexual, violência psicológica, violência patrimonial, violência institucional. Considerando a violência doméstica<sup>7</sup>, ela ainda hoje está atrelada a preconceitos por parte da sociedade. Embora muito se fale e se veicule sobre dar um basta nesses tipos de violência, culturalmente a sociedade ainda encara que se uma mulher passa anos sendo vítima de algumas dessas agressões é porque a mesma consente, não considerando o histórico da relação e as amarras que esta muitas das vezes impõe, dificultando quebrar o ciclo de violência. O ciclo da violência de gênero pode ser considerado enquanto um processo regular dividido em três fases, de acordo com Santos (2008) citado em Souza (2000): construção da tensão (consiste em agressões verbais, crises de ciúmes, ameaças, destruição de objetos), explosão da violência (é marcada por agressões mais graves, sendo atingido o ponto máximo da tensão) e lua-de-mel (momento em que cessa a violência física e que o agressor demonstra medo de perder a companheira e remorso, jurando não mais agir de forma agressiva).

Em 1995 com a criação do o Juizado Especial Criminal (JECRIM), através da Lei 9.099 temos o julgamento das infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos nas hipóteses previstas em lei de acordo com Teles e Melo (2003). Nele se tratava de crimes contra as mulheres, mas não com a eficácia merecida para que o agressor não retornasse a praticar tal crime, geralmente o mesmo era condenado a pagar cestas básicas a entidades e sua pena era inferior a dois anos.

O movimento feminista, articulado com as pesquisadoras e as ONGS, reagiu ao atestar a insuficiência de atuação dos Jecrim's para enfrentar a complexidade e as especificidades da violência

6 As autoras Teles e Melo (2003) afirmam que a violência de gênero é basicamente o primeiro tipo de violência com a qual o ser humano tem contato de maneira mais direta, e esta infelizmente se perpetua entre as gerações, passando assim a se aprender a partir desta outras práticas violentas. Elas ainda ressaltam que a violência de gênero ocorre entre pessoas que se amaram ou que se amam e, portanto, existe ou existiu uma relação de intimidade que acaba deixando a mulher ainda mais vulnerável aos ataques do agressor, pois este conhece muito bem seus hábitos.

7 "Violência doméstica é a que ocorre dentro de casa, nas relações entre pessoas da família, entre homens e mulheres, pais/mães e filhos, entre jovens e pessoas idosas. Podemos afirmar que, independentemente da faixa etária das pessoas que sofrem espancamentos, humilhações e ofensas nas relações descritas, as mulheres são o alvo principal" (TELES; MELO, 2003, p. 19).



de gênero, assim como pelo descrédito ao caráter punitivo as-  
sentado nas penalidades alternativas e pecuniárias (BANDEIRA,  
2014, p. 304).

Foi somente no início do século XXI, enquanto resultado da luta dos movimentos feministas, que a Lei 11.340<sup>8</sup> (Lei Maria da Penha) foi promulgada, trazendo uma total modificação no Código Penal, reconhecendo a agressão contra as mulheres como uma violação de direitos humanos, modificando o Código Penal brasileiro e aumentando o rigor das punições em relação à violência contra a mulher. É de fundamental importância na garantia da efetivação da Lei Maria da Penha o acompanhamento das mulheres vítimas de violência através de políticas públicas garantidas na lei, para que ocorra o rompimento do ciclo de violência. Pensar no rompimento deste ciclo é algo bastante doloroso não só fisicamente, mas psicologicamente, pois a mulher muitas vezes investe no relacionamento e nem sempre abrir mão dele é tão simples. Ela precisa vencer ainda a vergonha, o silêncio, e pensar no rompimento desta relação pode gerar também muito medo. Além disso, existe a nutrição de uma esperança de mudança do marido/companheiro, nem sempre existe uma rede de apoio e muitas vezes ela pode estar presa na relação, não somente pelo seu estado emocional, mas pelo estado financeiro, sendo dependente do agressor.

De acordo com o Atlas da Violência do IPEA e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021, p. 41), nos últimos onze anos houve um aumento da violência doméstica. “[...], enquanto os homicídios de mulheres nas residências cresceram 10,6% entre 2009 e 2019, os assassinatos fora das residências apresentaram redução de 20,6% no mesmo período, indicando um provável crescimento da violência doméstica”. Isso nos mostra o quanto ainda precisamos avançar na garantia de políticas públicas incluindo o autor destas agressões, fornecendo subsídios para o seu tratamento através dessas políticas, que está garantido em lei. Sobre isto trataremos com mais profundidade no próximo tópico.

### 3 Intervenção com os autores de violência doméstica

Existem fatores citados por Teles e Melo (2003), como costumes, educação e meios de comunicação, que acabam reforçando e preservando a ideia de que o homem tem o poder de controlar as mulheres, o seu ir e vir, sua liberdade. Com isto podemos compreender que os autores de violência doméstica acabam por perpetuarem em suas atitudes aquilo que já está posto em suas dinâmicas de vida, padrões já pré-estabelecidos

8 A Lei Maria da Penha resulta da luta feminista pela criação de um expediente jurídico capaz de combater as situações de violência contra as mulheres, possibilitando mudanças significativas no âmbito dos direitos. Trata-se também de uma nova forma de administração legal dos conflitos interpessoais, embora esse estatuto ainda não seja de pleno acolhimento pelos operadores jurídicos. Além de definir o que é e quais são as formas de violência, consolidou estratégias de prevenção, assistência e proteção às mulheres, articulando as três esferas do poder: Executivo, Legislativo e Judiciário (BANDEIRA, 2014, p. 307).



pela sociedade.

Nesse contexto é necessário fazer uma reflexão em relação ao acompanhamento desses homens autores de violência doméstica, tomando por base os Artigos 30 e 35 da Lei Maria da Penha, que garantem o desenvolvimento, por parte de equipe multidisciplinar de acompanhamento, de trabalhos de orientação, encaminhamento e prevenção voltados não somente para a mulher e seus familiares, mas também para o agressor (BRASIL, 2006). Além disso, tanto a União, o Distrito Federal, quanto os estados e municípios podem criar centros de educação e reabilitação para os agressores. Recentemente o Artigo 22 da Lei Maria da Penha foi alterado pela Lei 13.984/2020, tornando como medidas protetivas de urgência a participação obrigatória do agressor em programas de recuperação e reeducação e o acompanhamento psicossocial por meio de atendimento individual ou grupo de apoio (BRASIL, 2020). Vale ressaltar que, apesar da atual garantia em lei, intervenções envolvendo os homens agressores já vinham sendo realizadas. Temos como exemplo o Instituto NOOS, que é uma organização da sociedade civil com atuação há mais de 25 anos, trabalhando com terapia de família sistêmica e também com a questão da violência intrafamiliar, de gênero e com grupos reflexivos com homens, dentro dessa perspectiva. O Instituto NOOS é pioneiro nesse campo. Esse trabalho tem sido realizado muitas vezes através de grupos reflexivos no âmbito do judiciário ou encaminhado por este.

Fica bastante perceptível que trabalhar com intervenções junto aos autores de violência doméstica é fundamental, e que ainda existem dificuldades de compreensão deste fato por parte de uma parcela do poder público, que acaba não garantindo de fato o que já é previsto em lei, e que precisa ser amplamente discutido. Nas palavras de Nothhaft (2015, p. 6) “parte-se do princípio que trabalhar somente com uma das partes da relação violenta é insuficiente, pois, mesmo em caso de separação, o agressor não deixará de perpetrar violência sem uma mudança de percepção”. E essa mudança de percepção só ocorre quando há intervenção com base em educação e informação, que precisam ser incorporadas pelo poder público, não se limitando às organizações civis. Além disso, as intervenções não devem ocorrer somente no âmbito judiciário, quando já houve agressões. Elas precisam estar presentes na construção da educação masculina, aliás, na construção da educação masculina e feminina desde a educação básica, sendo trabalhada essa temática nas escolas e nos demais âmbitos da sociedade.

Entendendo assim que as intervenções junto aos autores de violência doméstica se fazem necessárias através de políticas de enfrentamento da violência contra a mulher, sendo realizada pelo meio mais comum, que é através de grupos reflexivos, podemos compreender melhor, de acordo com Lima e Büchelle (2011), que tais grupos surgiram no final da década de 1970 e começo da década de 1980 nos Estados Unidos e também no Canadá, tendo por objetivo ser uma complementação de iniciativas que buscavam a prevenção à violência contra as mulheres. No Brasil e América Latina tais iniciativas começaram a ocorrer nas décadas de 1980 e 1990, conforme afirmam Belarmino e Leite (2020). Estes ainda relatam que as primeiras intervenções foram realizadas por ONGs e com financiamentos internacionais, tendo por cooperadores estados ou municípios.

No Brasil ainda são poucas as experiências de Grupos Reflexivos com homens autores de violência contra a mulher, e, apesar de serem previstas em lei (Art. 35, inciso V da Lei 11.340/06, Lei Federal Maria da Penha), e contarem com resultados significativos em algumas regiões do país, com frequência essas iniciativas carecem de avaliação sistemática de seus resultados e efeitos [...] (VASCONCELOS; CAVALCANTE, 2019, p. 2).

Além do que foi citado acima, ainda permeia uma desarticulação nas redes de enfrentamento à violência doméstica, sendo realizadas algumas intervenções políticas de forma descontinuada, devido à mudança de governos, não gerando continuidade. Esses acompanhamentos são essenciais para a busca da erradicação desse tipo de violência.

Tais intervenções devem ser realizadas com homens e mulheres, pois o acompanhamento de ambos acaba contribuindo para uma equidade de gênero. Segundo Saffioti (2013, p. 68), “as pessoas envolvidas na relação violenta devem ter o desejo de mudar [...] As duas partes precisam de auxílio para promover uma verdadeira transformação da relação violenta.” Podemos compreender que o caminho de transformação da relação violenta começa com o acompanhamento de ambos e buscando a educação e prevenção dos agressores, pois apesar de haver a medida prisional para estes, e tal medida por muitas vezes precisa ser tomada, ela por si só não possui eficácia no sentido de entendimento real da situação causada e no objetivo de transformação. Conscientizar os autores sobre a violência praticada auxilia na desmistificação dos conceitos pré-estabelecidos que discutimos, onde o homem para ser homem precisa ser impositivo, dominador, gerando assim a brutalidade, a agressão. Têm sido obtidos resultados bastante positivos. Segundo Beiras e Bronz (2016, p. 13), “no caso dos homens, há uma melhora na capacidade de controle da violência, e no caso das mulheres uma melhora na autoestima [...]”. Nothaft (2016, p. 47) registra que os “participantes percebem melhorias no convívio familiar [...] possibilita a construção de novas formas de resolver conflitos, perceber/controlar a própria agressividade [...]”. Existe assim uma nova possibilidade de um novo olhar e novas condições de relações através do trabalho realizado pelos grupos reflexivos com estes homens e também com as mulheres.

É importante salientar que a doença causada pelo coronavírus (COVID-19), que teve início em 2020, exigiu que todos fizessem isolamento e distanciamento social. Isto afetou também os casos de violência contra a mulher. Segundo Bortoli e Zucco (2020), o isolamento atrelado ao desemprego mostra a fragilidade que as mulheres vítimas de violência estão enfrentando. De acordo com Lisboa e Zucco (2020, p. 2), “no atual contexto de COVID-19 (primeiro semestre do ano de 2020), temos constatado em diversos países, entre eles o Brasil, que o Confinamento Social agravou os comportamentos violentos.” Culturalmente temos o espaço do lar designado às mulheres, e ao homem cabe o sair de casa para adquirir o sustento da família, embora essa não seja a realidade, pois a mulher também sai para trabalhar. Isso está enraizado em nossa cultura. E para os homens, ter de ficar em um espaço de isolamento não legitimado por eles pode causar ainda mais conflitos.

O espaço privado, da casa, dos serviços domésticos e dos cuidados, na sua grande maioria foi destinado às mulheres. E o que está acontecendo agora com o confinamento? Os homens estão sendo confrontados com a troca de espaços, estão impedidos de frequentar as ruas, e são obrigados a se limitar à casa, bem como à convivência intensa e diária com a companheira, filhos, enfim, com a família. Sentimentos frente à permanência no espaço doméstico, um espaço que segundo a maioria não é deles, apresentam-se e vão da inconformidade à negação. As inseguranças se agravam na medida em que vêem suas “masculinidades” afetadas pelo fato de não estarem produzindo e, muitos, de terem suas atribuições de provedores afetadas. São chamados a repensar seus valores e a mudar drasticamente seu cotidiano. Ou seja, é uma situação nova que os leva a refletir e repensar suas condições de vida (LISBOA; ZUCCO, 2020, p. 5).

Essa é a realidade enfrentada atualmente, que necessita ser mais vista e mais discutida. Para dar maior subsídio ao homem e à mulher dentro desse contexto é necessária a obtenção de políticas públicas contínuas e que de fato busquem enfrentar a violência contra a mulher. Somente a continuidade de um trabalho interdisciplinar entre psicólogos e assistentes sociais, com o apoio da área de saúde e a assistência de estados e municípios, garantirá uma real efetividade no combate à violência doméstica.

## Conclusão

Ao longo do tempo vimos que a mulher teve seu papel modificado diante da sociedade, e isso com muitas lutas e também sendo alvo de resistências, que se perpetuam até os dias atuais. Tais resistências se dão nitidamente pelo patriarcalismo imposto por nossa sociedade, que ainda hoje discrimina e faz certas distinções entre mulheres e homens. Essas desigualdades ficam bem claras quando analisamos a questão através de uma crítica de gênero. Elas se encontram interligadas na relação de poder que envolve não somente o gênero, mas também as relações de raça e classe. Pois ainda hoje vemos na discussão de gênero um distanciamento com relação à questão de raça e classe que permeia a nossa sociedade e deixa cada vez mais evidente a diferença entre as mulheres negras e brancas na questão, por exemplo, de sua inserção no mercado de trabalho, além da diferença em relação à escolaridade e aos baixos cargos e salários. Podemos perceber que a luta feminista, que ganhou força entre as décadas de 70, 80 e 90, continua até hoje. Apesar de ter representado um avanço bastante significativo no combate à violência doméstica, a Lei Maria da Penha, nos dias atuais, apresenta entraves para a plenitude de sua execução. Vemos em lei ser previsto o atendimento aos autores de violência e não enxergarmos na sociedade uma real efetividade desta política, principalmente quando sabemos que estes grupos de apoio são fundamentais

para a desconstrução da dominação masculina sobre a mulher e para a busca da equidade de gênero. Então, a resposta à pergunta que é feita no título deste artigo é que, apesar de não termos uma política mais abrangente, incisiva e consolidada em nossos estados e municípios, podemos observar, através de literaturas sobre esse tema, que os grupos que fazem um acompanhamento contínuo com os homens agressores apresentam resultados bastante positivos, deixando claro que o trabalho conjunto com os homens e também com as mulheres é a construção ideal nessa longa caminhada que ainda temos de percorrer, sendo peça fundamental para o combate da violência contra a mulher, principalmente no atual cenário de pandemia que ainda estamos vivendo.

Como vimos no último tópico, trabalhar as questões que permeiam o cenário de pandemia, principalmente o desemprego, é de extrema importância no combate à violência contra a mulher. Considero ainda que os grupos reflexivos e sua continuidade também são fundamentais para a construção de uma sociedade mais igualitária e com menos violência de gênero, mas isto não basta. É necessário que os conceitos de masculino e feminino, raça, classe e interseccionalidade sejam trabalhados de maneira contínua em nossa sociedade, através do poder público.

## Referências

BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014.

BEIRAS, A.; BRONZ, A. **Metodologia de grupos reflexivos de gênero**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Noos, 2016.

BELARMINO, V. H.; LEITE, J. F. Produção de sentidos em um grupo reflexivo para homens autores de violência. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, MG, v. 32, n. 1, p. 1-16, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/G4bK64xrwWxpxQFC6q57vYH/?lang=pt>. Acesso em: 2 ago. 2021.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, Brasília, DF, v. 16, n. 3, p. 233-239, 2000.

BORTOLI, R.; ZUCCO, L. P. **COVID-19: violências contra as mulheres em pauta**. 2020. Disponível em: <https://nusserge.paginas.ufsc.br/files/2020/05/COVID-19-viol%C3%AAs-contra-as-mulheres-em-pauta-1.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...]; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.**, Brasília, DF, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.984/2020, de 3 de abril de 2020. **Altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer como medidas protetivas de urgência frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação e acompanhamento psicos-**

**social**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/L13984.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13984.htm). Acesso em: 15 jun. 2022.

COSTA, S. S. Movimentos e Ações políticas Nacionais e Internacionais: Trajetória do Feminismo Negro no Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ONLINE DE ESTUDOS SOBRE CULTURAS, 2020, 2. **Anais...** Foz do Iguaçu, RS: Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura (CLAEAC), 2020.

FIGUEIREDO, N. Da importância dos artigos de revisão da literatura. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, SP, v. 23, n. 1/4, p. 131-135, 1990.

GAMA, J. F. A.; LYRA, J. Os modos de subjetivação masculinos no mundo contemporâneo. In: REDOR, 2014, 18. **Anais...** Recife, PE: REDOR, 2014.

IPEA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência**. São Paulo, SP: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em: 30 abr. 2022.

LIMA, D. C.; BÜCHELLE, F. Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 21, n. 2, p. 721-743, 2011.

LISBOA, T. K.; ZUCCO, L. P. **O trabalho com Homens autores de violência no contexto de COVID 19 e o Serviço Social**. 2020. Disponível em: [https://nusserge.paginas.ufsc.br/files/2020/05/Texto-Teresa-e-Luciana\\_Homens-autores-de-viol%C3%A2ncia.docx.pdf](https://nusserge.paginas.ufsc.br/files/2020/05/Texto-Teresa-e-Luciana_Homens-autores-de-viol%C3%A2ncia.docx.pdf). Acesso em: 30 abr. 2022.

NASCIMENTO, B. A mulher negra no mercado de trabalho. In: BUARQUE DE HOLLANDA, H. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo, 2019. p. 259-263.

NOTHAFT, R. J. Políticas Públicas voltadas aos autores de violência de gênero e masculinidades violentas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, 2015, 1. **Anais...** Porto Alegre, RS: UFRGS, 2015.

NOTHAFT, R. J. **Intervenções com autores de violência doméstica e familiar na produção acadêmica nacional (2006-2015)**. 2016. Dissertação (Mestrado Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/148960>. Acesso em: 15 ago. 2021.

OLIVEIRA, F. C. S. Mulheres negras, letras e literatura: uma análise da condição da mulher negra no final do século XIX a meados do século XX. In: REDOR, 2014, 18. **Anais...** Recife, PE: REDOR, 2014.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo, SP: Editora Expressão Popular, 2013.

SANTOS, E. C. Políticas públicas e cidadania para as mulheres no Brasil. In: MEDEIROS, L. **Políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher**. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital, 2018.

TELES, M. A. d. A.; MELO, M. d. **O que é Violência contra a Mulher?** São Paulo, SP: Brasiliense, 2003.

VASCONCELOS, C. S. d. S.; CAVALCANTE, L. I. C. Caracterização, reincidência e percepção de homens autores de violência contra a mulher sobre grupos reflexivos. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, MG, v. 31, n. 1, 2019.

# A construção do Grupo de Trabalho de Políticas para Mulheres da Unicamp em meio à pandemia de COVID-19:

a importância de espaços de diálogo, reflexão e resistência

Patricia Kawaguchi<sup>1</sup> e Julia Bahia Adams<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual de Campinas – Unicamp

## Resumo

Este artigo apresenta o Grupo de Trabalho de Políticas para Mulheres (GT Mulheres), criado pela Associação Central de Pós-Graduação da Unicamp, formado por estudantes de graduação e pós-graduação. Com base nos registros documentais de atas e materiais de divulgação do GT, abordam-se algumas das principais discussões realizadas nas reuniões e argumenta-se a favor da existência e importância desse espaço para discutir com centralidade pautas candentes à vida das mulheres, bem como da construção de uma rede de apoio e acolhimento entre mulheres universitárias. Dentre as pautas discutidas, destacam-se a maternidade na pós-graduação, a presença de crianças nos espaços físicos da universidade e a conciliação do trabalho acadêmico com a sobrecarga de trabalho doméstico, principalmente durante a pandemia de COVID-19. Assim, espera-se contribuir para a difusão de mais grupos dirigidos a questões de gênero no ambiente universitário, visando a ampla discussão das consequências da divisão sexual do trabalho, o fortalecimento de espaços de acolhimento para mulheres e o avanço nas políticas de permanência das discentes, docentes, servidoras e terceirizadas.

*Palavras-chave:* Políticas para mulheres. Crianças na universidade. Permanência universitária.



CIÊNCIA, TECNOLOGIA &  
POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN: 2317-4854 (Online)

Editora:  
Bruna Carolina Garcia

Diagramação:  
Matheus Alves Albino

Publicado em:  
7 de Julho de 2022

Essa obra tem a licença  
"CC BY 4.0".



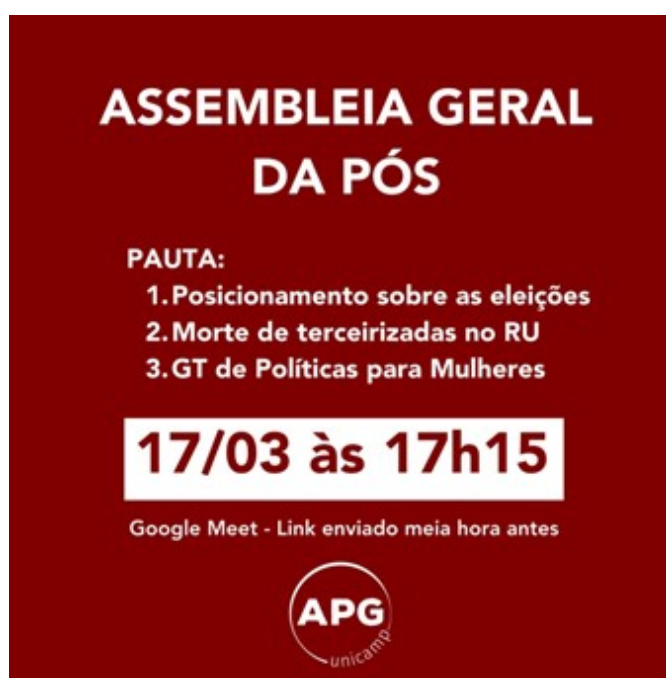
## Introdução

Diante do cenário pandêmico desde março de 2020, observa-se uma acentuação do impacto da divisão sexual do trabalho na vida das mulheres, bem como de outras dificuldades que elas comumente enfrentam no ambiente universitário — por exemplo, a falta de políticas que considerem a maternidade na pós-graduação ou na docência sem ônus para a carreira. No que se refere às questões de gênero e parentalidade no cenário acadêmico brasileiro, há iniciativas que se propõem a discutir essas pautas, a saber, o Movimento Parent in Science (SANTOS MACHADO et al., 2019); o Grupo de Trabalho “Mulheres na Ciência”, vinculado à administração da Universidade Federal Fluminense; e o MaternaCiência<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Para mais informações sobre cada uma dessas iniciativas ver: *Movimento Parent in Science* via <https://www.parentinscience.com>; Grupo de Trabalho “Mulheres na Ciência” via <https://www.mulheresnacie>

Nesse sentido, também há conquistas políticas recentes, como a criação do Programa Especial PAE – Pesquisadoras Mães<sup>2</sup>, para apoiar com bolsas as pesquisadoras mães a nível de mestrado ou doutorado em cursos da Universidade de São Paulo (USP); e a inclusão da possibilidade de registro da licença-maternidade na plataforma do Currículo Lattes<sup>3</sup>. É nesse contexto que surge o *Grupo de Trabalho de Políticas para Mulheres* (doravante GT Mulheres), iniciativa da Associação Central de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Campinas (APG Unicamp). A partir de uma proposta feita na Assembleia Geral da Pós-Graduação realizada no dia 17 de março de 2021 (Figura 1), foi criado o referido grupo de trabalho, com divulgação (Figura 2) nas redes sociais da APG Unicamp para possíveis interessadas.

Figura 1. Imagem de divulgação da Assembleia na qual a criação do GT Mulheres foi um item de pauta



Fonte: Arquivo da APG Unicamp

ncia.org; *MaternaCiência* via <https://www.facebook.com/maternaciencia/>.

2 Para mais informações sobre o Programa Especial PAE – Pesquisadoras Mães da USP ver: <https://www.papg.usp.br/pt-br/pae/m%C3%A3es-pesquisadoras>.

3 Essa medida foi anunciada em meios de comunicação oficiais do governo brasileiro no dia 7 de abril de 2021: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/cnpq-anuncia-inclusao-do-campo-licenca-maternidade-no-curriculo-lattes>. Outras entidades, como a Revista Arco (ligada à Universidade Federal de Santa Maria), pronunciaram-se a respeito da notícia: <https://www.ufsm.br/midias/arco/maternidade-no-lattes/>



Figura 2. Imagem de divulgação do GT Mulheres



Fonte: Arquivo da APG Unicamp

Um ponto de partida para as discussões do GT Mulheres foram os itens referentes às políticas para mulheres elencados na Carta de Compromisso elaborada pela APG Unicamp, gestão Lélia Gonzalez (2020-2021), e apresentada para as três chapas candidatas à reitoria da universidade (mandato 2021-2024), que assinaram o documento. Tais itens são listados a seguir.

- 1.1 Ampliação das políticas de permanência em seus programas já existentes de moradia, alimentação, transporte e creche;
- 1.4 Adoção de critérios socioeconômicos, étnico-raciais e de parentalidade para atribuição de bolsas CAPES, CNPq, PED [Programa de Estágio Docente] e PrInt [Programa Institucional de Internacionalização];
- 1.7 Defesa de reformas na Moradia Estudantil da UNICAMP e ampliação dos estúdios para famílias;
- 1.10 Ampliação das vagas na DEdIC [Divisão de Educação Infantil e Complementar] e inclusão de filhos(as) de estudantes de pós-graduação *lato sensu*;
- 1.11 Acesso gratuito ao Restaurante Universitário de filhos(as) de estudantes, desde que dependentes e menores de idade;
- 1.12 Adaptação dos espaços para o cuidado de crianças, como a colocação de fraldários nos banheiros, tanto femininos quanto masculinos;
- 1.13 Criação de Bolsas Auxílio-Moradia (BAM) para famílias;
- 1.14 Criação de espaço de socialização para crianças nas bibliote-



- cas;
- 1.15 Construção de GT para acompanhar a realidade concreta e demandas das mães pesquisadoras;
  - 1.16 Articulação de ações em parceria com o coletivo de mães da Unicamp;
  - 1.17 Criação de licença maternidade e paternidade para pós-graduandas(os). (APG UNICAMP, 2021, *acréscimos nossos*)

Esse levantamento sugere que há alguns eixos onde é possível identificar insuficiência por parte da Unicamp, assim como de outras instituições, no que diz respeito às demandas dos grupos de mulheres em diferentes categorias (discente, docente, servidora ou terceirizada), ainda que esses eixos sejam em grande parte facetas de uma questão central de permanência. Para além da ampliação por meio de políticas universitárias já existentes, destacam-se: (i) a adoção de critérios socioeconômicos, étnico-raciais e de parentalidade para atribuição de bolsas de pesquisa — de forma generalizada e não a critério de cada instituto e faculdade, ou seja, como normativa da universidade; (ii) e a adaptação dos espaços físicos da universidade, tomando como ponto de partida que é um espaço público a que crianças têm o direito de ocupar.

No que concerne a composição do GT Mulheres, este reúne estudantes de graduação e pós-graduação, destacando a presença daquelas que são mães, representantes discentes nas variadas instâncias de colegiados e professoras na rede básica. Devido a essa distribuição, no primeiro semestre de existência do GT as discussões giraram principalmente em torno dos espaços para crianças na universidade — a saber, as creches e a Moradia Estudantil da Unicamp, o retorno às aulas presenciais na Educação Básica e a sobrecarga de trabalho doméstico, com ênfase no cuidado, durante a pandemia de COVID-19. Longe de exaurir essas temáticas, a seguir apresentamos alguns trechos dessas discussões, com base no documento de atas das reuniões, e discorreremos sobre os mesmos.

## 1 As crianças (e as mães) na universidade

A Unicamp possui uma Divisão de Educação Infantil e Complementar (DEdIC), composta por cinco Unidades Socioeducativas: há quatro Centros de Convivência Infantil (CECIs) e um Programa de Integração e Desenvolvimento da Criança e do Adolescente (PRO-DECAD). O acesso à DEdIC é feito por um processo de avaliação socioeconômica, que resulta em uma classificação, sendo os bebês e as crianças chamados de acordo com a disponibilidade de vagas e o cronograma da equipe gestora. Em sua totalidade, a DEdIC conta com aproximadamente 800 vagas para crianças e atualmente possui 149 servidoras somadas a 23 terceirizadas em seu quadro de serviços (UNICAMP, 2021).

No dia 22 de abril, fizemos uma reunião sobre as creches da Unicamp, que contou com uma breve apresentação de uma graduanda, que é estagiária em um dos centros, e um relato de uma pós-graduanda que é representante no conselho escolar da DEdIC –

mais especificamente, no CECI Integral – Berçário. Foi comentado “sobre a dificuldade de conseguir vaga (precisa de um atestado de pobreza como no SAE), também falou sobre o julgamento que mães recebem até de outras mulheres, que dizem que ao engravidar você não vai conseguir seguir carreira, não vai conseguir fazer pós-graduação” (GT MULHERES, 2021, p. 2).

Esse tipo de comentário expressa um dos desafios para as mulheres inseridas na academia, isto é, a dificuldade em conciliar as exigências do trabalho acadêmico com o estabelecimento de assimetrias pela divisão sexual do trabalho, uma vez que isto implica em um acesso desigual e menor a tempo livre, renda e rede de contatos. Essa dimensão de recursos seria complementada por uma dimensão ideológica, que naturaliza competências, habilidades e responsabilidades como femininas (BIROLI, 2016). Nesse sentido, há uma discussão mais ampla sobre a ausência de mulheres no ambiente acadêmico.

Por outro lado, “é preciso também fazer uma frente em defesa das crianças nos espaços da universidade, pois muitos docentes e até estudantes não aceitam crianças na sala de aula e em outros espaços. A universidade também é das crianças” (GT MULHERES, 2021, p. 2). Isso dialoga com o que é visto no senso comum enquanto aversão às crianças, como se elas não constituíssem pessoas, com suas individualidades e seus direitos próprios, tal qual adultos. Desse modo, argumenta-se que não seria correto assumir que há espaços públicos destinados a crianças e outros que não deveriam ser ocupados por elas, ou seja, consideramos que é necessária a adaptação para acessibilidade de todos os espaços, de forma a contemplar crianças, pessoas com deficiência e quaisquer grupos marginalizados na sociedade.

Ainda que os bebês e as crianças de discentes, docentes e servidoras(es) técnico-administrativas(os) da Unicamp, assim como de funcionárias(os) da Funcamp, sejam contemplados pela DEdIC, o CECOM (Centro de Saúde da Comunidade), por exemplo, “não considera as crianças como parte da comunidade universitária. Isso é um problema para as mães, que precisam fazer consulta, vacinação das crianças em outros locais” (GT MULHERES, 2021, p. 2).

Vale ressaltar que, assim como o acesso ao CECOM, as creches são fundamentais para que estudantes mães possam se dedicar às tarefas de estudo, aulas, pesquisa, militância estudantil, vivência e socialização na universidade — todas esferas fundamentais para a vida universitária. Como afirma Federici (2019, p. 120), “[o] que nós precisamos é de mais tempo e de mais dinheiro, não de mais trabalho. Nós necessitamos de creches, não para sermos liberadas para mais trabalho, mas para podermos dar um passeio, conversar com nossas amigas ou irmãs a encontros de mulheres”.

Ademais, as crianças também ocupam a Moradia Estudantil da Unicamp. No dia 28 de abril, fizemos uma reunião sobre aquelas que vivem na moradia, com a apresentação de uma estudante que é mãe. O relato dela consta a seguir.

Ela disse que é um contexto muito diferente para uma criança crescer na moradia, é uma bolha e tem uma diversidade muito grande de crianças. As crianças convivem mais que as pessoas

adultas, o que gera trocas muito ricas. Em tempos normais, há cerca de 30-40 crianças na moradia. Durante a pandemia o número diminuiu só um pouco, pois a maioria das famílias permaneceu. Onde estão as crianças? Na creche, na escola Sérgio Porto, no PRODECAD, nas salas de aula da Unicamp, nos transportes internos, em assembleias, mesas, rodas, greves, espaços culturais, atividades. Tem uma diferença muito grande para as outras crianças da universidade que não moram na moradia, elas têm uma imersão maior nesse ambiente universitário (GT MULHERES, 2021, p. 3).

É frutífero ponderar alguns dos questionamentos que surgiram a partir dessa apresentação, por exemplo, “onde estão os pais? Por que, mesmo com pai presente, a mãe é responsável pelas tarefas de cuidado? E a responsabilidade do Estado?” (GT MULHERES, 2021, p. 3). Ainda, foram apontadas as diferenças entre mães solas e solteiras, considerando todos os preconceitos envolvidos nas avaliações e percepções sociais acerca desses papéis. Ao final dessa reunião, comentou-se que “[f]oi uma partilha de experiências muito rica e pensamos em continuar na semana seguinte falando sobre as crianças nos demais espaços da universidade” (GT MULHERES, 2021, p. 4).

Posteriormente, discutiu-se o direito das crianças aos espaços públicos, pois “quando não há lugares para bebês e crianças, elas não têm direito ao espaço. Na Unicamp não há trocadores nos banheiros, poucas unidades têm chuveiros. Mas não só na Unicamp, na cidade de Campinas em si é assim, o que leva mães a terem que trocar e/ou dar banho nos bebês nas pias” (GT MULHERES, 2021, p. 5). Isso se estende para a falta de espaços de socialização para crianças nas bibliotecas e banheiros para famílias, salientando que a presença de fraldários deveria se dar em banheiros masculinos, não só nos femininos.

## 2 A sobrecarga de trabalho doméstico

Na reunião do dia 6 de maio, uma das integrantes do GT falou sobre “a sua experiência sendo mãe em casa, a questão do cuidado [sendo] uma demanda constante na rotina com as crianças. [Há] diferença na rotina entre uma mulher e um homem fazendo home office” (GT MULHERES, 2021, p. 5). De fato “a divisão sexual entre trabalho produtivo e reprodutivo impõe um prejuízo às mulheres que, proporcionalmente, dedicam mais tempo às atividades não remuneradas (tarefas da reprodução), enquanto os homens dedicam, proporcionalmente, mais tempo às atividades remuneradas” (ALVES et al., 2017, p. 43).

Outra participante falou sobre a visão idealizada da maternidade que é cultivada pela sociedade, em que “é um tabu falar que não [se] gosta da maternidade, [...] que uma mulher pode amar os filhos e odiar a maternidade em si, ou alguns aspectos dela” (GT MULHERES, 2021, p. 5). Nessa perspectiva, “as diferenças na criação de meninas

e meninos em relação às tarefas domésticas e ao que se espera dos papéis de gênero” (GT MULHERES, 2021, p. 5) faz com que não seja humanamente possível cumprir com o que a sociedade patriarcal exige das mulheres. Isso ainda denuncia a ausência do Estado no oferecimento de suporte para as mães conseguirem combater o patriarcado, isto é, de forma mais ampla explicita uma parte do papel do Estado na manutenção das desigualdades de gênero e das relações patriarcais (SAFFIOTI, 2011).

Foi nessa reunião em que foram indicadas duas leituras de autoras que abordam a questão do trabalho doméstico na sociedade capitalista: *Mulheres, raça e classe*, de Angela Davis (2016), e *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*, de Silvia Federici (2019). Sobre o trabalho doméstico, Federici expressa que:

O trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças — os trabalhadores do futuro —, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. Isso significa que, por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas (FEDERICI, 2019, p. 68).

Por outro lado, discutiu-se a respeito da sobrecarga que geralmente acontece com as mulheres na representação discente dos colegiados da universidade. Compartilharam-se as experiências em entidades ao notar-se que comumente as tarefas organizativas recaem sobre as mulheres e como frequentemente é preciso ficar cobrando ou lembrando os companheiros homens de seus compromissos. Assim, as reuniões do GT também proporcionaram um espaço para desabafos, compartilhamento de angústias durante a quarentena e de preocupações com as tarefas sempre iminentes.

### 3 Covid-19 e o retorno às aulas presenciais

Atualmente, outro fator diretamente relacionado às políticas para as mulheres são as consequências da pandemia de COVID-19 no cotidiano das mães com suas crianças. Além daquelas sendo afetadas sobretudo pela suspensão das aulas presenciais e pelo isolamento social, há uma parcela de crianças que perderam suas famílias inteiras e se tornaram órfãs. Embora seja incontroverso que essa crise sanitária deixará grandes sequelas nas crianças, é bastante complexo tentar prever a dimensão que isso tomará nessas gerações mais novas e oneradas. Picornell-Lucas (2020) afirma que, com o isolamento social e a perda de contato com professoras(es) e outras pessoas externas ao

círculo familiar, as crianças tornam-se mais vulneráveis, um problema muitas vezes invisibilizado. Acrescentando que,

[a]lém da vulnerabilidade que implica na insegurança econômica e isolamento em espaços confinados, o fechamento das escolas e a vida familiar em período integral, sem que as crianças tenham contato com suas redes sociais físicas, transformaram a violência intrafamiliar em um dos riscos invisíveis dessa pandemia (PICORNELL-LUCAS, 2020, p. 14).

Em outras palavras, esse cenário sugere uma intensificação do trabalho de cuidado, já centrado nas figuras das mulheres. É essencial pensar que “uma sociedade não pode ser entendida sem crianças e adolescentes. E agora é a hora de focar no impacto que esta pandemia está tendo e terá no futuro próximo no bem-estar social e educacional deles” (PICORNELL-LUCAS, 2020, p. 17). Na reunião do dia 13 de maio, esse ponto foi elucidado nas seguintes palavras:

A carga de ter que direcionar o ensino durante a pandemia muitas vezes recai sobre as mães. É fundamental ter/construir uma rede de apoio para dar conta das expectativas irreais que a sociedade tem das mulheres. É preciso considerar as particularidades familiares de cada uma. Esse processo de atividades remotas com cada criança estudando na sua casa vai contribuir para um processo de individualismo que é o contrário da cultura de comunidade que as crianças da moradia têm, como conversamos em reunião anterior (GT MULHERES, 2021, p. 6).

De modo complementar, também é preocupante o avanço do vírus entre crianças e adolescentes, já que ainda falta informação sobre vacinas para essas faixas etárias. Nesse sentido, o risco de contágio no retorno às aulas presenciais motivou o GT Mulheres, e conseqüentemente a APG Unicamp, a divulgar em suas redes sociais informações sobre as melhores máscaras para crianças, tomando como base o material do perfil Qual Máscara? (Figura 3).

## **Considerações Finais**

As mulheres vêm conquistando cada vez mais espaço nas universidades, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Alves et al. (2017) dizem que a educação é a área em que as mulheres brasileiras mais tiveram conquistas nas últimas décadas, revertendo o hiato de gênero que havia quando os homens apresentavam taxas mais altas de escolarização que as mulheres em todos os níveis de instrução. Entretanto, ainda há muitas dificuldades sofridas pelas mulheres em decorrência da sociedade capitalista e estruturalmente machista em que vivemos, e que precisam ser superadas com urgência.

Figura 3. Imagem de divulgação de segurança respiratória para crianças



Fonte: Google Drive do Qual Máscara?. Disponível em: <https://linktr.ee/qualmascara>. Acesso em: 14 maio 2022.

Um desses problemas é a divisão sexual do trabalho, que relega as tarefas domésticas e de cuidado para mulheres. Assim, elas precisam realizar essas tarefas enquanto homens geralmente têm mais tempo e recursos para se dedicar aos seus estudos e pesquisas (SOLETTI, 2022). Isso se evidenciou também pela responsabilidade das mulheres com suas crianças no contexto de ensino remoto, durante a pandemia de COVID-19. A falta de espaços apropriados para as crianças na universidade — por exemplo, a escassez de trocadores nos banheiros e bibliotecas infantis —, bem como a falta de acesso das crianças ao CECOM, e o preconceito de docentes e mesmo outros(as) estudantes com a presença de crianças nesse ambiente, também dificultam o cotidiano das mães.

Movimentos coletivos de resistência, como o *Parent in Science*, são centrais para fornecer subsídios para a elaboração de políticas públicas no que se refere ao progresso e à permanência de mulheres no meio acadêmico. Santos Machado et al. (2019) apontam, com análises preliminares, os impactos da maternidade na produtividade de mulheres cientistas, como na viabilidade de trabalhar em casa e na diminuição do número de publicações (SANTOS MACHADO et al., 2019, p. 39). Ademais, seus dados corroboram para a realização de estudos mais aprofundados sobre as diferenças de impacto da maternidade e da paternidade nas carreiras acadêmicas de mulheres e homens, respectivamente.

Embora incipiente, o *Grupo de Trabalho de Políticas para Mulheres* foi um espaço importante para discutirmos essas pautas ao longo do primeiro semestre de 2021, de modo a construirmos uma rede de apoio e acolhimento e pensarmos em possibilidades para melhorar o ambiente universitário a longo prazo tanto para mulheres quanto para

crianças; assim como definirmos ações para os semestres seguintes. As políticas para mulheres fazem parte da permanência para que essas estudantes possam seguir na universidade.

Ainda há muitas potencialidades para o GT crescer. Por exemplo, na realização de rodas de conversa e outros eventos abertos à comunidade, expandindo os temas abordados em nossas reuniões. Também seria fundamental a participação de mulheres docentes, servidoras e terceirizadas, de modo que fosse possível ampliar o entendimento sobre as necessidades das demais categorias da comunidade universitária. E seria bastante produtivo discutir a questão da maternidade sob uma perspectiva de pessoas trans, algo que está no horizonte do GT.

## Referências

ALVES, J. E. D. et al. Meio século de feminismo e o empoderamento das mulheres no contexto das transformações sociodemográficas do Brasil. In: BLAY, E. A.; AVELAR, L. **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A construção das mulheres como atores políticos e democráticos**. São Paulo, SP: EDUSP, 2017.

APG UNICAMP. **Carta de Compromisso com as pautas da Associação Central de Pós-Graduação da Unicamp**. Campinas, SP: APG Unicamp, 2021. Disponível em: <http://bit.ly/CartaAPG>. Acesso em: 29 ago. 2021.

BIROLI, F. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, RJ, v. 59, n. 3, p. 719-754, 2016.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo, SP: Elefante, 2019.

GT MULHERES. **Atas das reuniões do GT de Políticas para Mulheres da Unicamp**. Campinas, SP: APG Unicamp, 2021.

PICORNELL-LUCAS, A. As crianças e os adolescentes confinados e invisíveis. In: MOREIRA, T. A. S. et al. **COVID-19, infância e adolescência: o novo mundo é um jardim ou uma cela?** São Paulo, SP: Terra sem Amos, 2020.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SANTOS MACHADO, L. et al. Parent in Science: The Impact of Parenthood on the Scientific Career in Brazil. In: INTERNATIONAL WORKSHOP ON GENDER EQUALITY IN SOFTWARE ENGINEERING (GE), 2019, 2. **Anais...** Montreal, QC, Canada: IEEE/ACM, 2019. p. 37-40.

SOLETTI, R. Ser mãe é padecer no currículo acadêmico? **Folha de S. Paulo [online]**, São Paulo, SP, 11 fev. 2022, 2022. Disponível em: <https://folha.com/s6ed5wcr>. Acesso em: 4 mai. 2022.

UNICAMP. **Relatório Síntese da Gestão da DEDIC no período de abril de 2017 a abril de 2021**. Campinas, SP: Unicamp, 2021. Disponível em: [https://www.dgrh.unicamp.br/dedic/normas-e-legislacao/dedic\\_relatorio\\_sintese\\_2017\\_2021.pdf](https://www.dgrh.unicamp.br/dedic/normas-e-legislacao/dedic_relatorio_sintese_2017_2021.pdf). Acesso em: 29 ago. 2021.



# Pesquisadora é a mãe?!

A APG Helenira ‘Preta’ Rezende como rede de apoio e acolhimento institucional às maternidades na pós-graduação na USP

Laísa de Assis Batista<sup>1</sup>, Taís Rodrigues Tesser<sup>1</sup>, Ingrid Merllin Batista de Souza<sup>1</sup>, Rafael Rodrigo da Silva Pimentel<sup>1</sup>, Amanda Caroline Harumy Oliveira<sup>1</sup> e Henrique Araujo Aragusuku<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade de São Paulo – USP

---

## Resumo

Trata-se de um relato de experiência acerca das ações de enfrentamento dos pós-graduandos na pandemia de COVID-19 liderados pela Associação de Pós-graduandos da USP Capital, Helenira ‘Preta’ Rezende, apresentando o enfoque na mobilização institucional para apoiar as mães pesquisadoras a permanecer na Universidade, o que resultou na criação de um programa de auxílio para esse grupo. São apresentados relatos das mães pesquisadoras para ilustrar as dificuldades vivenciadas no período. Por fim, ficou claro que o envolvimento das redes de apoio, era um fator-chave para a permanência das mães pesquisadoras, apesar dos inúmeros desafios relatados. Neste sentido, a APG USP-Capital buscou o desenvolvimento de uma rede de apoio institucional baseada na garantia de dignidade não só para as mães, mas para as diferentes realidades que compõem a pós-graduação dessa universidade, em defesa de uma comunidade mais equânime e inclusiva, em compasso com a vanguarda da ciência mundial.

*Palavras-chave:* Gênero e trabalho. Universidade. Carreira acadêmica. Mães pesquisadoras. Pós-Graduação.

---



CIÊNCIA, TECNOLOGIA &  
POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN: 2317-4854 (Online)

Editora:  
Bruna Carolina Garcia

Diagramação:  
Matheus Alves Albino

Publicado em:  
1 de Julho de 2022

Essa obra tem a licença  
“CC BY 4.0”.



## Introdução

A Universidade de São Paulo (USP) está entre as melhores e maiores Instituições de Ensino Superior (IES) da América Latina e do mundo (YAMAMOTO, 2020). De modo semelhante a outras universidades, sua excelência deve-se em grande parte à produção de pós-graduação (LOUZADA, 2002; ALMEIDA; GUIMARÃES, 2013). Entretanto, o não reconhecimento deste trabalho, a constante pressão por prazos e publicações, e a alta competitividade sem garantia de permanência na carreira científica tornam o ambiente acadêmico um dos mais tóxicos e críticos para o desenvolvimento pessoal (COSTA; NEBEL, 2018; UFMG, 2021).

Com a pandemia da SARS-Cov-2 (COVID-19) e a sindemia (efeitos da pandemia num determinado contexto sócio-político-econômico) no Brasil, a insalubridade na pesquisa brasileira intensificou seu pior lado: o aumento geral nos casos de ansiedade, depressão e outros transtornos (GAMEIRO, 2020). Na USP, essas adversidades refletiram em três



suicídios de estudantes num período de apenas 2 meses, ainda no primeiro semestre de 2021 (PALHARES, 2021).

Para pesquisadoras/es que cuidam, sobretudo mães, o impacto inicial na produtividade foi altíssimo e com evidente recorte racial: as pesquisadoras pretas e mães observaram 95% de queda em sua produção intelectual no início da crise sanitária (PARENT IN SCIENCE, 2020), fruto da múltipla e opressiva jornada de trabalho das mulheres. Dessa forma, a implementação de políticas de permanência e acolhimento institucional mostrou-se urgente para a remediação desses impactos na pós-graduação.

Sob constantes ataques orçamentários e políticos, a ciência brasileira caminha na contramão dessas políticas. O corte de verbas e a desvalorização das importantes agências de fomento – Capes e CNPq – impactam negativamente a vida e o futuro do/a pesquisador/a brasileiro/a (ANPG, 2020; ZANLORENSSI; SOUZA, 2021). Há mais de 8 anos as bolsas de mestrado e doutorado não são reajustadas e sofrem intensamente com a defasagem produzida pela inflação (ANPG, 2022).

Nesse contexto, ocupar a posição de uma das mais ricas e prestigiadas IES do país torna a USP responsável também pelo exemplo na reconstrução do cotidiano após a pandemia: precisamos rediscutir os conceitos de produtividade, consumo e sucesso num contexto mundial de mudanças climáticas, que certamente trarão desafios sanitários, sociais e econômicos muito maiores no futuro próximo (CALDAS, 2021).

A Associação de Pós-Graduands Helenira 'Preta' Rezende (APG USP Capital), através da gestão "Nossa Voz na Pós" (2019-2021), intensificou a luta por políticas de permanência por meio do fortalecimento da representação discente nos conselhos universitários; na defesa de pautas como a prorrogação de prazos da pós-graduação e por transferência de renda a favor da dignidade de pesquisadoras/es em vulnerabilidades, para além do contexto de pandemia.

Em particular, a construção do Grupo de Trabalho para Acolhimento Parental (GTAP) objetivou abordar especificamente o impacto da sindemia na carreira de mulheres que cuidam, mães em especial, convidando a USP e sua comunidade à reestruturação institucional para promoção da equidade de gênero através do reconhecimento da parentalidade/cuidadoria como trabalho. Esta iniciativa deu origem à versão especial "Pesquisadoras Mães" do Programa de Aperfeiçoamento ao Ensino (PAE), primeiro programa de bolsas da USP exclusivo para mulheres que exercem função contínua de cuidado familiar.

Apresentamos aqui um panorama da atuação da APG USP Capital e do GTAP, principais desafios, conquistas e derrotas ao longo da gestão, e por meio de relatos colhidos ao longo dessa experiência, um retrato das pós-graduandas mães da USP. Destacamos nosso papel de articulação entre ações coletivas como as Mães do CRUSP (Conjunto Residencial da USP), Crias na USP, Rede Não Cala USP, outras associações de pós-graduandas/os e as vias institucionais através dos Conselhos e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) da universidade.

Como principais resultados obtivemos a concessão de prorrogação dos prazos de pós-graduação por até 720 dias (para proficiência, exame de qualificação e defesa) para

discentes regularmente matriculadas/es/os até 2021; distribuição de modems de internet para moradoras/es/os do CRUSP e demais discentes sem acesso à rede durante a pandemia; distribuição de marmitas nos Restaurantes Universitários da USP tanto no Campus Butantã quanto nos que são localizados no Quadrilátero da Saúde e Direito, e na USP-Leste durante a pandemia; abertura do diálogo quanto ao Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil para Pós-Graduação, e a consolidação do PAE Pesquisadoras Mães.

## 1 A APG na pandemia: novas ferramentas métodos coletivos de mobilização

A sindemia da COVID-19 teve inúmeros impactos na vida política da universidade, inclusive em suas formas de organização. Em março de 2020 as atividades regulares da USP foram paralisadas. Todavia, as demandas e problemas da pós-graduação até então formulados pela APG USP Capital se intensificaram com os desafios oriundos dessa outra realidade. Adicionalmente, o surgimento imediato de novos problemas exigiu uma readaptação do movimento de pós-graduação em se organizar e comunicar.

Há de fato uma nova potência do uso das ferramentas digitais pelos movimentos sociais, com o objetivo de organizar e comunicar suas pautas políticas. Essa nova realidade pode ser observada a partir de 2013 nas jornadas de junho, onde novas formas de inteligência coletiva e pedagogia da luta social surgiram por meio das redes sociais (SILVEIRA; MENEZES; FONSECA, 2019). Ao longo da crise sanitária, a APG USP Capital se reinventou na organização e comunicação virtual. Adaptamos nossas atividades: assembleias, reuniões, formação de comissões, mobilização e divulgação do movimento de pós-graduação se integraram aos novos meios de comunicação e interação digital, como os aplicativos de redes sociais *WhatsApp*, *YouTube*, *Facebook*, *Instagram* e outros.

O Fórum de RDs (Representantes Discentes), que em 2019 foi uma atividade presencial, se adaptou por meio de reuniões mensais na ferramenta *Meet*, da plataforma virtual da Google. Esse é o exemplo de um dos espaços que foram essenciais para nossa reorganização como movimento. Por meio do *Instagram* e *Facebook* eram realizadas as divulgações de cartas, notas de repúdio, eventos e atividades. Mas foi o canal do *YouTube* o espaço mais produtivo em debates, comunicação e construção política com várias entidades.

Foram 8 lives<sup>1</sup> com diferentes entidades, como o movimento Parent in Science, a

1 Os debates promovidos foram os seguintes, em ordem cronológica: Conversas com os pós-graduandos - 15 de julho de 2020. APG USP Capital - Conversas com os pós-graduandos - Atividades em laboratórios: Segurança x Prazos - 10 de agosto de 2020. APGs Conversam: a APG USP Capital e APGs USP - 21 de agosto de 2020. Conversas com os pós-graduandos - APG USP Capital Mesa: Mulheres na ciência - 28 de agosto de 2020. "A Ciência no Brasil e o conceito de soberania nacional na Geopolítica mundial atual" - 24 de setembro de 2020. Conversa com os pós-graduandos "Estatuto de condutas da USP" - 18 de dezembro de 2020. Ética, Vacina e COVID-19: conversa com pós-graduandos - 26 de janeiro de 2021. Pesquisa e pandemia: PAE Mães Pesquisadoras - 22 de abril de 2021. Fórum "Acolhimento institucional na USP" - 02 de julho de 2021. As gravações estão disponíveis no canal de YouTube da APG USP Capital:

PRPG USP (Pró-Reitoria de Pós-Graduação da USP), ANPG (Associação Nacional de Pós-graduandos), ADUSP (Associação de Docentes da Universidade de São Paulo), SINTUSP (Sindicato dos Trabalhadores da USP), APG São Carlos (Associação de Pós-Graduandos da USP São Carlos), APG USP-RP (Associação dos Pós-Graduandos Ribeirão Preto), APG ESALQ-USP (Associação dos Pós-graduandos da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”), Mães do CRUSP, Crias na USP, Rede Não Cala USP. Esse novo espaço ampliou e democratizou o debate sobre a pós-graduação. Dessa forma, essas conversas foram essenciais para formular, conquistar e divulgar as principais ações políticas da APG USP Capital, inclusive o GTAP, as prorrogações e o edital PAE – Pesquisadoras Mães.

## 2 O papel do Grupo de Trabalho para o Acolhimento Parental

Na realidade brasileira, o recorte socioeconômico, de raça e de gênero, da sobrecarga mental e doméstica não é segredo: mulheres pretas e periféricas carregam nas costas as famílias, são mal ou não-remuneradas, e, ao contrário, muitas vezes pagam com a vida (suas e de suas crias) pelo trabalho que prestam à sociedade em busca de dignidade (PINHEIRO et al., 2016; VILLATORE; PERON, 2016).

O caráter da pobreza se dá em conjunto com a desigualdade de gênero, marcado principalmente no trabalho doméstico não remunerado das mulheres (BRONZO; SILVA, 2021), e junto ao efeito tesoura (diminuição do número de mulheres com o aumento da hierarquia dos postos de uma instituição (MENEZES; BRITO; ANTENEODO, 2017), temas em ampla discussão não apenas na carreira científica.

No contexto da ciência brasileira, ações revolucionárias como o movimento *Parent in Science*<sup>2</sup> e o Grupo de Trabalho Mulheres na Ciência da Universidade Federal Fluminense<sup>3</sup> demonstraram a necessidade de políticas institucionais de acolhimento parental nas IES e para a trajetória acadêmica como um todo. A adequação de espaços físicos para amamentação e o recebimento de crianças, reestruturação de processos seletivos e marcos de carreira para mães e pais pesquisadoras/es, bem como a promoção da parentalidade como uma responsabilidade social estão entre as principais bandeiras para fortalecer a permanência de mulheres na profissão acadêmica. Além disso, há necessidade amplamente demonstrada de outras políticas afirmativas tendo em vista a produção de um maior equilíbrio nos processos de seleção dos programas de pós-graduação (VENTURINI, 2016).

Através da articulação do plano Anísio Teixeira (ANPG, 2020) e da mobilização por políticas públicas para educação, ciência e desenvolvimento nacional, a atuação da

---

<https://www.youtube.com/channel/UCp4b2olkXIJ0icq-jEMf0yQ>

- 2 O *Parent in Science* é um movimento formado por pesquisadoras mães e pais com o objetivo de mobilizar este debate na ciência brasileira. Página do movimento: <https://www.parentinscience.com/>.
- 3 O grupo “Mulheres na Ciência” está vinculado à administração da Universidade Federal Fluminense, é formado por professoras, técnica-administrativas e alunas, e tem como objetivo a promoção da igualdade de gênero, discussão da maternidade e políticas de apoio e o aumento da representatividade feminina na ciência. Página do grupo: <https://www.mulheresnaciencia.org/>.

ANPG e sua atual presidenta, Flávia Calé, que bem representa a força de luta das mães pós-graduandas, promove a diversidade, permanência e reconhecimento da carreira científica nacional. Seguindo esta orientação, a gestão “Nossa Voz na Pós” se organizou nas vias institucionais da USP para garantir por meio de dispositivos legais o direito de pós-graduandas/es ao desenvolvimento pleno de suas pesquisas. Em paralelo, somamos aos movimentos sociais que defendem a democracia e cuja luta é redobrada desde o golpe institucional contra a primeira presidenta da nação, Dilma Rousseff, deposta em 2016.

O impacto inicial da COVID-19 trouxe à tona a necessidade de readequação do calendário das pesquisas de pós-graduação: com a limitação no uso de laboratórios e a necessidade continuada de distanciamento social, projetos com duração prevista entre 1,5 a 4,5 anos precisavam de garantias de continuidade caso precisassem ser expandidos. De forma geral, para pesquisadoras/es com filhas/es/os, a sobrecarga doméstica somada ao trabalho à distância traduziu-se em improdutividade sobretudo para as mães, anunciando uma possível acentuação na evasão de mulheres da carreira científica de alto nível (PARENT IN SCIENCE, 2020; MENEZES; BRITO; ANTENEODO, 2017). Também na APG USP Capital acentuaram-se os relatos de vulnerabilidades, sobretudo de mães cuja falta de rede de apoio, condições materiais e/ou de saúde física ou mental foram intensificadas pela pandemia da COVID-19.

Declarada a emergência sanitária e a instalação da quarentena, nossa gestão se posicionou pela concessão formal de adiamento em até 6 meses dos prazos de pós-graduação, deferida pela PRPG através da portaria Circular CoPGr/44/2020 de 25 de maio de 2020 (USP, 2021b). Com o aumento de casos de vulnerabilidade alimentar e de moradia, restrição no acesso a equipamentos técnicos e rede de internet para a continuidade de pesquisas, aulas na modalidade remota, e violência contra a mulher trazidos à representação discente, frentes específicas foram criadas para a garantia de alimentação, computadores, acesso à internet, moradia e dignidade em geral para pós-graduandas/es.

Assim, o GTAP surgiu da primeira plenária de pós-graduandas mães da USP, realizada em 09 de setembro de 2020, na qual destacou-se a situação de mulheres cuja proximidade de prazos da pós-graduação era incompatível com o aumento das diferentes demandas em razão do distanciamento social. A partir do exposto na plenária, o GTAP elaborou uma carta à PRPG (APG USP CAPITAL, 2020) solicitando a extensão do período de adiamento para pessoas em função de cuidado familiar por até 24 meses. Apesar da negativa inicial (e informal, já que não houve resposta oficial da PRPG até então), a PRPG autorizou a prorrogação por 360 e depois 720 dias para todas/es/os as/es/os discentes (USP, 2021d), e destinou 100 bolsas de R\$ 685,90 mensais para uma modalidade exclusiva para pesquisadoras mães no Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (USP, 2021c).

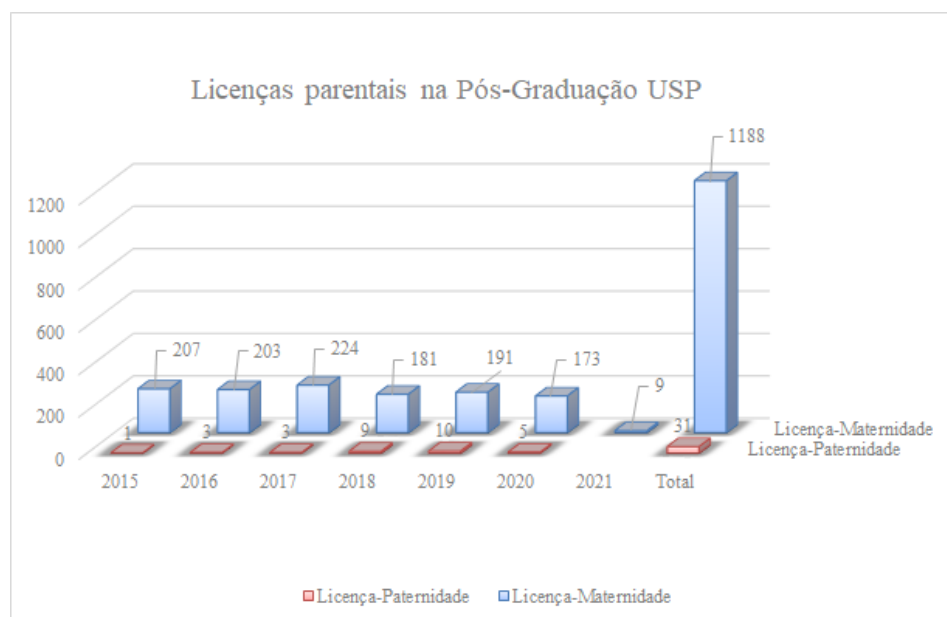
O Programa Especial PAE – Pesquisadoras Mães tem duração de 5 meses, com teto semanal de 4 horas de dedicação; prevê recortes socioeconômico, de gênero, raça, pessoa com deficiência, imigrantes e LGBTQIA+ para a seleção de bolsistas; inclui pessoas

que gestam, gestantes e mulheres em função de cuidado familiar sem vínculo materno; e já contemplou aproximadamente 278 pós-graduandas. A APG USP Capital compôs duas cadeiras na comissão de implementação do PAE especial, e fortaleceu as demandas das pós-graduandas ao longo dos 3 editais abertos em 2021 (USP, 2021c). O plano é que a modalidade deixe de ser uma “edição especial” e passe a designar uma política fixa dentro do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino.

### 3 Quem são as pós-graduandas mães da USP?

Segundo o painel USP em números, o corpo discente da universidade é formado por um quantitativo parecido entre os gêneros feminino e masculino (53 e 47% do total, de aprox. 97 mil aluna/e/os). Deste, cerca de 29 mil estão na pós-graduação e dividem-se entre o nível de mestrado (14 mil) e o nível de doutorado (15 mil) (USP, 2021a). Nessa classe, observa-se uma importante discrepância quanto ao número de licenças maternidade e paternidade solicitadas à PRPG: enquanto cerca de 200 pós-graduandas estiveram em licença entre 2015 e 2020, um número máximo de 10 pós-graduandos por ano solicitou o direito no mesmo período (dados da PRPG, Figura 1).

**Figura 1.** Número de licenças maternidade e paternidade na Pós-Graduação, por ano, no período de 2015 a 01/03/2021



Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo

A disparidade entre o período de licença paternidade (20 dias) e maternidade (seis meses) pode ser uma forma de naturalizar a sobrecarga doméstica das mulheres (BRITO, 2017). Tendo em vista a discrepância em comparação ao número de licenças maternas, seria o número de licenças paternas um reflexo real dos pós-graduandos que se tornaram pais neste período, ou apenas da falta de comprometimento masculino com a vida doméstica/familiar?

Através das redes sociais, durante o período de 08 a 15 de março de 2021, a APG USP Capital solicitou à comunidade USP um breve relato sobre a vivência da parentalidade junto à pós-graduação. Apenas mulheres mães responderam à pesquisa e os relatos de ansiedade e depressão foram predominantes e intensos. Separamos alguns trechos dos depoimentos em três temáticas: “sobrecarga física e mental” (Pesquisadora é a mãe?!), “risco de evasão” (Cadê a pesquisadora que estava aqui?) e “responsabilidade coletiva” (É preciso a aldeia toda para criar-se uma criança). Esses excertos serão publicados nas redes sociais da APG USP Capital como campanha de conscientização (Figuras 2 a 4), e a íntegra dos relatos está disponível em nossos canais de comunicação.

### 3.1 *Sobrecarga física e mental – Pesquisadora é a mãe?!*

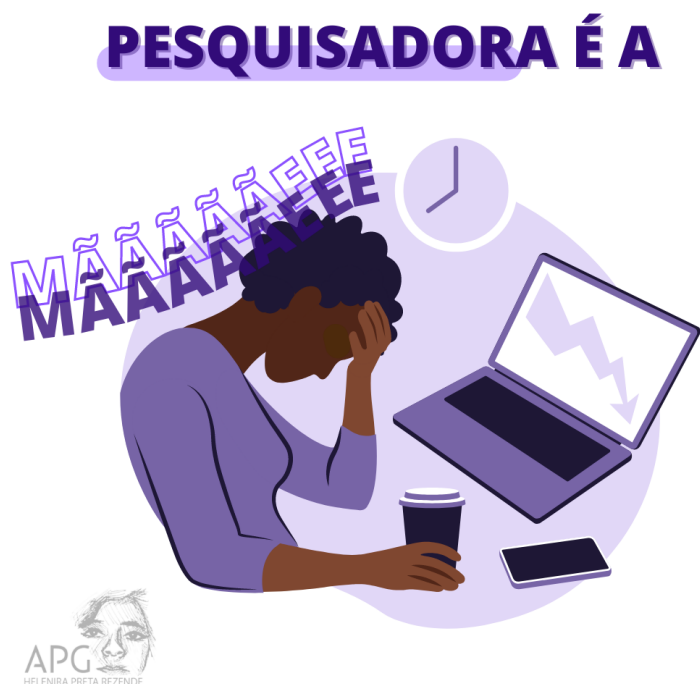
Enquanto a maternidade é compulsória no Brasil, a paternidade ativa é vista como facultativa e tratada como preciosa oferenda à qual a mãe deve ser e expressar-se grata. Mesmo neste caso, por entender-se como da mãe ou figura feminina a responsabilidade de cuidadoria, a falta de mecanismos institucionais de acolhimento parental (por ex.: licença paternidade de pelo menos 4 meses, trocador no banheiro masculino) incentiva o abandono paterno e deseduca a sociedade para o desenvolvimento de uma infância coletiva saudável (BRITO, 2017). Neste sentido, fica clara a sobrecarga enfrentada pelas mães que compartilharam suas experiências:

A maternidade exige atenção e cuidado contínuo, assim como a pesquisa. Ou seja, são dois filhos disputando uma pessoa só. (...) é uma mudança total na vida de uma mulher. Essa mudança feita em meio à formação acadêmica e a exigência infinita de publicações, produções e posicionamentos em grupos de estudo e seminários da pós-graduação tornam a experiência quase um sofrimento (**Relato A – Mãe durante a Pós-Graduação**).

Eu prestei o ENEM grávida (...) Durante a graduação toda me dividi entre amamentar e levar ele para as terapias (...), porque ele (...) precisava de intervenção precoce (...), mesmo assim consegui me formar. [Na pós-graduação] Vem sendo complicado porque quero dar atenção (...) e ao mesmo tempo tenho que me dedicar pra aprender (pois a pós exige muito) e a maioria das mães com certeza sentem o peso (**Relato B – Mãe durante a Pós-Graduação**).

Pesquisadora é a mãe?! Doze pessoas, apenas mulheres, responderam à chamada da APG USP Capital para relatos de parentalidade na pós-graduação. A naturalização da cuidadoria como uma tarefa das mulheres coloca essas pós-graduandas num vórtex de culpa e ansiedade, como demonstram os relatos recebidos.

Figura 2. Pesquisadora é a mãe?!



Fonte: Associação de Pós-Graduandos da Universidade de São Paulo, Capital

Eu me sinto culpada o tempo todo. Culpada por virar as costas pra minha pesquisa e cuidar do meu filho. E culpada por virar as costas pro meu filho e me dedicar à pesquisa. Eu nunca me sinto tranquila. E sei que a competição é feroz! **(Relato A – Mãe durante a Pós-Graduação).**

Muito se bate na tecla de que filhos atrapalhariam o pós doutorado e pouco se fala sobre o real futuro da pós-doutoranda no Brasil. Muitas pesquisadoras não continuam na pesquisa não pelo trabalho que os filhos geram mas, sim, pela falta de perspectiva financeira na área acadêmica para quem tem filhos a sustentar **(Relato C – Mãe durante a Pós-Graduação)**

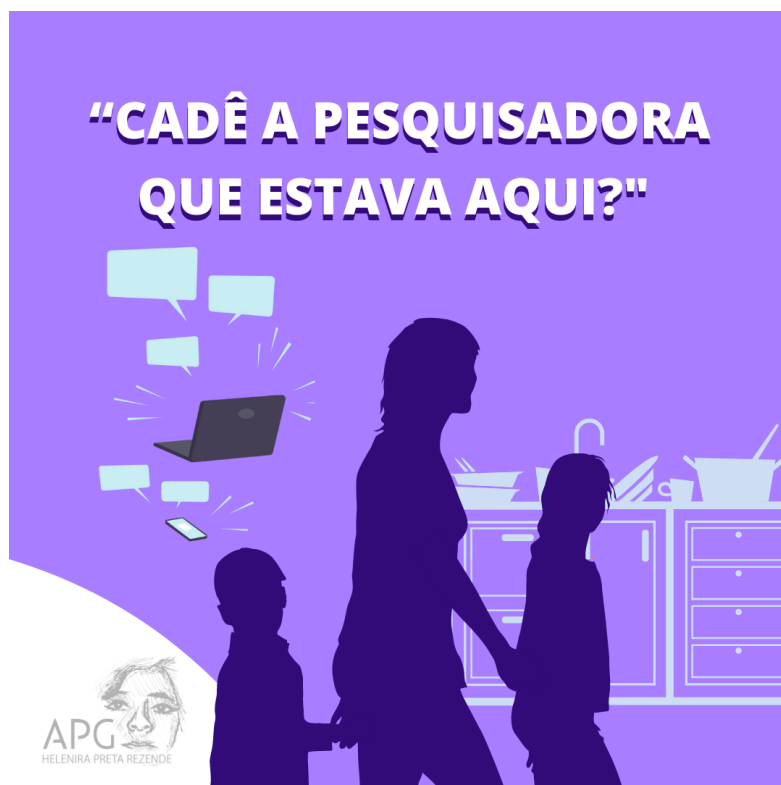
Eu ainda tenho sorte de ter um companheiro que divide as funções de casa e cuidados, mas ele tem que trabalhar período integral. (...) divido meu tempo entre cuidar da cria, fazer pesquisa de doutorado e preparar/dar aulas. É uma rotina insana, tive crise de ansiedade, estou exausta. Acabei reduzindo a carga de trabalho, o que comprometeu minha renda (que já está no limite). Estou na esperança de conseguir uma bolsa, mas a situação está bem difícil **(Relato D – Mãe durante a Pós-Graduação).**



### 3.2 Risco de evasão: cadê a pesquisadora que estava aqui?

Conscientizar a sociedade da responsabilidade coletiva pela infância é um desafio civilizatório, e começa dentro de casa. Combater desigualdades de classe e raça, além de romper com o mito da mãe super-heroína, são os primeiros passos de contraposição da sobrecarga física e mental que acomete a comunidade acadêmica, sobretudo as mulheres, mas esse ainda é um grande desafio:

Figura 3. Cadê a pesquisadora que estava aqui?



Fonte: Associação de Pós-Graduandos da Universidade de São Paulo, Capital

Como evidenciado no levantamento do grupo Parent in Science (2020), com quase 15 mil pesquisadora/es, os desdobramentos da pandemia de COVID-19 aprofundam o risco de evasão para pesquisadoras/es/os que cuidam, sobretudo as mães, já que 90% delas não mantiveram sua produção acadêmica. Com o descontrole da doença e a recessão econômica nacional, como superar os desafios materiais e mentais para permanecer na carreira acadêmica após a pandemia?

Se já nos desdobrávamos entre cuidar das crianças, fazer doutorado e trabalhar (muitos não tem bolsa, como no meu caso), agora é muito mais complicado pois não podemos contar com nossa rede de apoio de forma integral. Com as escolas fechadas, além de cuidar mais horas das crianças em casa, temos que acompanhá-las em suas atividades remotas de ensino (**Relato E – Mãe durante a Pós-Graduação**).



(...) meu filho com TDAH passou a exigir mais atenção, pois as aulas online são difíceis de acompanhar. Ele perde a atenção da aula com facilidade, se levanta e anda pela casa, conversa com colegas... preciso ficar permanentemente atenta para que ele se concentre na aula. Mesmo assim, ano passado, quase repetiu de ano (**Relato F - Mãe durante a Pós-Graduação**).

A depressão não começou com a pandemia, mas está cada vez pior. Minha bolsa foi cortada por incapacidade minha de pedir a renovação. Não posso mais pedir trancamento ou prorrogação de prazo. Gostaria que isso fosse automático (**Relato E - Mãe durante a Pós-Graduação**).

O tempo voa e fico irritada porque a casa não pára durante o dia; meus filhos reclamam da minha ausência, meu marido também. Brigo pelo meu espaço constantemente, para que baixem o volume da TV, para que conversem em outro lugar, para que não me perguntem sobre o que vamos jantar ou almoçar... A biblioteca, nessa hora, faz muita falta (**Relato F - Mãe durante a Pós-Graduação**).

(...) me sinto atrasada com relação aos meus colegas, e ao mesmo tempo não quero me ausentar totalmente da vida do meu filho. Por outro lado sinto que tenho que me dedicar para conseguir dar um futuro digno pra ele. Enquanto escrevo esse relato já fui interrompida algumas 50 vezes, o que torna alguma concentração impossível, coisa essencial para a realização da pesquisa (**Relato A - Mãe durante a Pós-Graduação**).

Do ponto de vista físico, a dinâmica de acordar logo cedo e sentar para trabalhar na frente de uma tela, levantar para cumprir tarefas domésticas urgentes e só conseguir parar no fim da noite (...). Tudo isso associado ao medo da doença, ao sofrimento de perder pessoas próximas, das preocupações sobre o desenvolvimento do meu filho e suas próprias ansiedades e medos, de perder o emprego e de ver amigos perdendo seus empregos, de uma falta de perspectiva por conta de um desgoverno que piora ainda mais as condições sociais, etc. O impacto de tudo isso no desenvolvimento da minha pesquisa de doutorado tem sido muito significativo, com um desempenho aquém do pretendido e grande frustração (**Relato G - Mãe durante a Pós-Graduação**).

Não há possibilidade de sair para espairecer. Tive crises de ansiedade diversas vezes. Tem dias que é difícil levantar. Consegui

atendimento com o escritório de saúde mental da USP, mas eles estão sobrecarregados. O parceiro indicado para atendimento ainda não entrou em contato. Consegui um agendamento com o IPQ no HC, infelizmente o atendimento precisa ser presencial, morando em outra cidade e com o bebê pequeno é impossível com o número de casos explodindo (**Relato E - Mãe durante a Pós-Graduação**).

Muitas vezes prefiro trabalhar de madrugada para ter silêncio e poder me concentrar, mas isso me deixa morta durante o dia. Estou tentando fazer alguma atividade física, mas neste período surgiu uma tendinite no ombro e tenho poupado meu braço para poder digitar a tese. Dores nas costas também têm sido constantes (**Relato F - Mãe durante a Pós-Graduação**).

A pressão por cumprir prazos, especialmente considerando que já foi prorrogado em 12 meses, me deixa ansiosa. Já fazia uso de antidepressivo antes da pandemia, mas agora, além de ter dobrado a dose (que era baixa), também estou utilizando outra medicação, para transtorno de ansiedade generalizada. Apesar da medicação, não tenho dormido bem (**Relato F - Mãe durante a Pós-Graduação**).

A esperança que superaremos este momento e que aprenderemos com tudo isso é grande, mas o processo tem sido muito dolorido (**Relato G - Mãe durante a Pós-Graduação**).

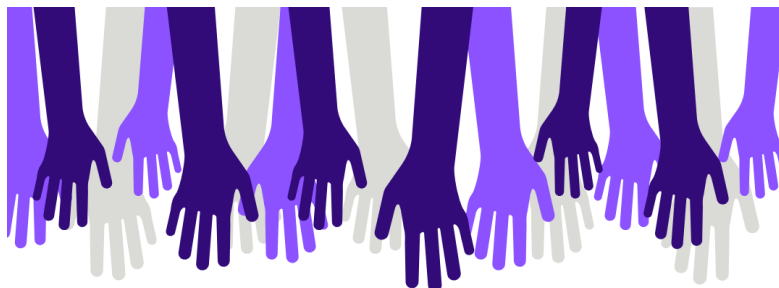
### 3.3 *Responsabilidade coletiva: é preciso a aldeia toda para criar-se uma criança*

A frase de origem africana e popularizada em livros da década de 1990 ressalta a importância do envolvimento coletivo para o desenvolvimento infantil, e nos convida à reflexão quanto ao nosso papel na vida das crianças, mães e pais que compõem nossa comunidade. Como vamos lidar com o trauma coletivo causado pela pandemia?

Se algo acontecer comigo, quem cuidará da minha filha? Ninguém liga pra essa resposta, mas exige que eu esteja trabalhando na escola, numa sala sem ventilação, cinco dias por semana, pra "economia não parar" ou a "nova função social da escola" acontecer. E cá estou (**Relato H - Mãe durante a Pós-Graduação**).

Já perdi amigos, colegas de trabalho, mães de grupos de apoio. Não sei pra onde ou com quem ficaram seus filhos, quantos órfãos a pandemia deixou. E dias melhores, com segurança e vacina a todos, continua um sonho longínquo e quase irreal. Vejo

Figura 4. É preciso a aldeia toda para criar-se uma criança



## “É PRECISO A ALDEIA INTEIRA PARA CRIAR-SE UMA CRIANÇA”

(Provérbio Africano)



Fonte: Associação de Pós-Graduandos da Universidade de São Paulo, Capital

tanta gente com o privilégio de ficar em casa, de usar a pandemia para “dar um tempo”, e tantas outras que estão em desespero. É triste viver uma sociedade tão desigual, negligente com os mais necessitados e totalmente indiferente com as singularidades de quem precisa estar em casa, cuidando de seus familiares (**Relato H - Mãe durante a Pós-Graduação**).

Já se passou um ano que eu não tenho segurança de até quando conseguirei me manter em isolamento resguardando a mim e a minha filha. Ao mesmo tempo que obrigam o retorno ao trabalho, mais existe escola que funcione todos os dias, trazendo um total buraco aos casos de mãe/pai solo, sem família próximo (**Relato H - Mãe durante a Pós-Graduação**).

Posso contar nos dedos da mão quantas pessoas meu bebê, que nasceu durante o isolamento social, conhece. O trabalho da casa aumentou, a tensão para comprar itens de primeira necessidade aumentaram, a rede de apoio para apoiar o trato com o bebê é nula (**Relato E - Mãe durante a Pós-Graduação**).

O número de relatos formalizados e autorizados para divulgação é uma pequena parcela se comparado ao número de mães e pais pós-graduandos na USP (e.g. número

de licenças, figura 1), mas reflete a escuta diária feita pela APG USP-Capital nos ambientes de pesquisa da universidade, através dos cargos de representação discente e dos diversos coletivos citados como parceiros neste documento. Essa sub-representação nos parece efeito da sobrecarga enfatizada em todos os depoimentos (quantas das mães puderam priorizar um tempo para responder esse questionário?), além do medo de exposição explicitado por pessoas que preferiram não documentar suas experiências.

(...) tenho privilégio de poder contar com ajuda dos avós, mas com certo limite, uns tem idade, são grupo de risco e outros moram em outra cidade (**Relato D - Mãe durante a Pós-Graduação**).

Minha orientadora tem me apoiado muito neste período, tem sido presente e conversamos semanalmente, mas há um limite ao que ela pode fazer para me ajudar, sobretudo quanto ao material para a conclusão do trabalho e ao prazo (**Relato F - Mãe durante a Pós-Graduação**).

Espero que estes relatos encontrem acolhida e possam criar mecanismos de suporte para situações tão limitadas (**Relato E - Mãe durante a Pós-Graduação**).

Enquanto representantes da pós-graduação, ficou claro que o envolvimento da comunidade além-parental, ou seja, das redes de apoio, era um fator-chave para a permanência das mães pesquisadoras, apesar dos inúmeros desafios relatados. Neste sentido, a APG USP-Capital buscou o desenvolvimento de uma rede de apoio institucional baseada na garantia de dignidade não só para as mães, mas para as diferentes realidades que compõem a pós-graduação dessa universidade, em defesa de uma comunidade mais equânime e inclusiva, em compasso com a vanguarda da ciência mundial.

## Considerações finais

O acolhimento parental nas instituições (não só) de ensino superior e a conscientização da parentalidade como responsabilidade social são movimentos civilizatórios para a construção da equidade de gênero para além do ambiente acadêmico. A inclusão da licença-maternidade no currículo lattes (CNPQ, 2021), a criação de bolsas exclusivas para mães<sup>4</sup>, e a adequação do plano de carreira e de editais públicos para a não exclusão de mulheres mães e cuidadoras são passos fundamentais para a garantia de equidade de gênero na ciência nacional.

No âmbito da USP, a flexibilização de prazos no contexto da sindemia da COVID-19 e a criação de bolsas exclusivas para pesquisadoras cuidadoras são passos iniciais

4 O movimento *Parent in Science* promove, por exemplo, o Programa de Incentivo à Conclusão da Pós-Graduação, visando garantir a permanência de alunas mães nos cursos de pós-graduação. Mais informações sobre o programa: <https://www.parentinscience.com/amanha>.

importantes no reconhecimento do trabalho doméstico como impactante na carreira acadêmica. Entretanto, é necessário que essas medidas de emergência se traduzam em políticas institucionais contínuas, uma vez reconhecido o agravamento de problemas estruturais prévios à crise sanitária iniciada em 2020.

Além da garantia de continuidade do programa de bolsas para pesquisadoras mães e cuidadoras, com extensão desse recorte para os demais editais da universidade, temos como desafio imediato a adaptação das estruturas físicas da USP para o acolhimento de crianças no cenário de retomada das atividades pós-vacinação da sociedade. A luta pela reabertura da Creche Oeste (Campus Capital) e manutenção dos demais espaços de educação precisa ser fortalecida, e para isso a participação coletiva é fundamental. Por isso, convidamos toda a comunidade acadêmica a somar conosco nas lutas que virão, dentro e fora da Universidade de São Paulo.

Todo esse processo com conquistas importantes se deu porque as/os/es membros da gestão da APG USP Capital "Nossa Voz na Pós" se permitiram refletir e se unir em prol das causas legitimamente defendidas historicamente pela entidade, como também em abrir espaços de diálogos para construção de novas frentes de defesa da pesquisa nacional, como por feliz exemplo, a parentalidade com as conquistas garantidas por meio das articulações do GTAP, e a garantia de direitos básicos em recursos multimídia, alimentação e permanência durante a pandemia.

A luta por uma sociedade diversa e inclusiva não para, e nos convida à atuação em nossos diversos campos de vivência, exemplificados aqui através da comunidade de pós-graduação, com ênfase nas mães da USP.

Nesta experiência de gestão horizontal e baseada em escuta e promoção de redes de apoio em diversas escalas, perdemos e ganhamos coletivamente. Por mais que o sistema tenha nos imposto obstáculos, a materialização das políticas de permanência desenvolvidas durante a gestão Nossa Voz na Pós demonstra que estivemos, estamos e estaremos aqui em prol da comunidade, como nos inspira Helenira Preta Rezende.

## Referências

ALMEIDA, E. C. E.; GUIMARÃES, J. A. **A pós-graduação e a evolução da produção científica brasileira**. São Paulo, SP: Senac, 2013.

ANPG. **Plano Nacional Anísio Teixeira**. 20 ago. 2020. Disponível em: <http://www.anpg.org.br/25/08/2020/anpg-lanca-plano-emergencial-anisio-teixeira-para-reconstrucao-nacional-atraves-da-ciencia/>. Acesso em: 12 mai. 2022.

ANPG. **Campanha Nacional pelo Reajuste Já das Bolsas de Estudo**. 4 fev. 2022. Disponível em: <https://www.anpg.org.br/04/02/2022/campanha-nacional-pelo-reajuste-ja-das-bolsas-de-estudos/>. Acesso em: 12 mai. 2022.

APG USP CAPITAL. **Produtividade, pandemia e parentalidade: carta aberta à Pró-Reitoria, às Comissões e aos Programas de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo**. São Paulo, SP: Associação de Pós-Graduandos Helenira 'Preta' Rezende, 2020. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1aKRsiOaqLTjc6WxMcgbuR68Gbk\\_FSnJ3/view](https://drive.google.com/file/d/1aKRsiOaqLTjc6WxMcgbuR68Gbk_FSnJ3/view). Acesso em: 15 jun. 2022.

BRITO, C. G. **Licença-maternidade e licença-paternidade: elementos de igualdade ou diferença de gênero?** 2017. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2017.

BRONZO, C.; SILVA, M. **Desigualdade de gênero na pobreza e três pontos para seu enfrentamento.** 2021. Disponível em: <http://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=1534>. Acesso em: 15 jun. 2022.

CALDAS, S. T. Mudanças climáticas, pandemia e saúde: para onde vamos? **Jornal da Unicamp**, Campinas, SP, 2 fev. 2021. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/artigos/ambiente-e-sociedade/mudancas-climaticas-pandemia-e-saude-para-onde-vamos>. Acesso em: 15 jun. 2022.

CNPQ. **CNPq anuncia inclusão do campo licença-maternidade no Currículo Lattes.** 7 abr. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/cnpq-anuncia-inclusao-do-campo-licenca-maternidade-no-curriculo-lattes..> Acesso em: 15 jun. 2022.

COSTA, E. G.; NEBEL, L. O quanto vale a dor? Estudo sobre a saúde mental de estudantes de pós-graduação no Brasil. **Polis**, Santiago, Chile, v. 17, n. 50, p. 207–227, 2018.

GAMEIRO, N. **Depressão, ansiedade e estresse aumentam durante a pandemia.** 2020. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/depressao-ansiedade-e-estresse-aumentam-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

LOUZADA, R. C. R. Sobre o crescimento da produtividade científica brasileira: anotações. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, PR, v. 2, n. 18, p. 1–3, 2002.

MENEZES, D.; BRITO, C.; ANTENEODO, C. Efeito Tesoura: no Brasil, o número de mulheres envolvidas com a física decresce à medida que a carreira progride. **Scientific American Brasil**, São Paulo, SP, n. 1, 2017. Disponível em: [https://www.if.ufrgs.br/cbrito/publicacoesGenero/artigoTesoura\\_SAm\\_Brito.pdf](https://www.if.ufrgs.br/cbrito/publicacoesGenero/artigoTesoura_SAm_Brito.pdf). Acesso em: 15 jun. 2022.

PALHARES, I. Suicídio de três estudantes nos últimos dois meses acende alerta na USP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, SP, 3 jun. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/06/suicidio-de-tres-estudantes-nos-ultimos-dois-meses-acende-alerta-na-usp.shtml>. Acesso em: 15 jun. 2022.

PARENT IN SCIENCE. **Produtividade acadêmica durante a pandemia: Efeitos de gênero, raça e parentalidade.** 2020. Disponível em: [https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b\\_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf?index=true](https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf?index=true). Acesso em: 15 jun. 2022.

PINHEIRO, L. S. et al. **Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014.** Brasília, DF: IPEA, 2016.

SILVEIRA, C. T. J.; MENEZES, C. S.; FONSECA, N. C. Tensões criativas e inovações táticas no movimento sindical urbano: os casos dos teleoperadores e dos rodoviários no Rio de Janeiro. **CADERNOS Metrôpoles**, São Paulo, SP, v. 21, n. 46, p. 929–950, 2019.

UFMG. **Saúde Mental de pós-graduandos é desafio ainda maior durante a pandemia.** 2021. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/saude-mental-e-pos-graduacao-os-desafios-durante-a-pandemia>. Acesso em: 15 jun. 2022.

USP. **Anuário Estatístico da Universidade de São Paulo**. São Paulo, SP: USP, 2021. Disponível em: <https://uspdigital.usp.br/anuario/AnuarioControle#>. Acesso em: 15 jun. 2022.

USP. Circular CoPGr 44/2020. Recomposição dos prazos dos alunos de pós-graduação frente à pandemia por COVID-19. In: SÃO PAULO. **Diário Oficial Poder Executivo**. São Paulo, SP: Imprensa Oficial, 2021. p. 48. Disponível em: [https://www.prgp.usp.br/attachments/article/6404/CircCoPGr44PrazosGerais\\_COVID-19.pdf](https://www.prgp.usp.br/attachments/article/6404/CircCoPGr44PrazosGerais_COVID-19.pdf). Acesso em: 15 jun. 2022.

USP. **Programa Especial PAE - Mães Pesquisadoras**. 2021. Disponível em: <https://www.prgp.usp.br/pt-br/pae/m%C3%A3es-pesquisadoras>. Acesso em: 15 jun. 2022.

USP. Resolução CoPGr nº 8082. Estabelece autorização excepcional e temporária, decorrente da pandemia da Covid-19 (Novo Coronavírus SARS-CoV-2), para prorrogação de prazos na Pós-Graduação e para aumento do limite de orientandos. In: SÃO PAULO. **Diário Oficial Poder Executivo**. São Paulo, SP: Imprensa Oficial, 2021. p. 48. Disponível em: <http://www.leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-copgr-no-8082-de-05-de-maio-de-2021>. Acesso em: 15 jun. 2022.

VENTURINI, A. C. Ações afirmativas para pós-graduação: desenho e desafios da política pública. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2016, 41. **Anais...** Caxambu, MG: ANPOCS, 2016.

VILLATORE, M. A. C.; PERON, R. C. A. O trabalho doméstico análogo à condição de escravo como exemplo de trabalho forçado ainda existente no Brasil. **Revista eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, PR, v. 5, n. 52, p. 7-17, 2016.

YAMAMOTO, É. **USP é a melhor na América Latina segundo ranking da US News**. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/institucional/usp-e-a-melhor-da-america-latina-segundo-ranking-da-us-news/>. Acesso em: 31 ago. 2021.

ZANLORENSSI, G.; SOUZA, C. **Orçamento da Capes e do CNPq caíram 73,4% desde 2015**. 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2021/10/20/Or%C3%A7amentos-da-Capes-e-do-CNPq-ca%C3%ADram-734-desde-2015>. Acesso em: 12 mai. 2022.